



Reunião de 13/05/2026

ATA N.º 09/2026

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NELAS, REALIZADA EM TREZE DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS

---- Aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, na Vila de Santar e da Sede da União de Freguesias de Santar e Moreira, reuniu pelas quinze horas, a Câmara Municipal de Nelas, em reunião ordinária, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral, estando presentes, na referida Sede da União de Freguesias, o referido Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores Dr.^a Sofia Relvas Marques, Nuno Daniel Silva Pereira, Dr. Diogo Manuel Andrade de Figueiredo, Dr.^a Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues, Ilídio José Morais Loureiro e Dr. Manuel da Conceição Marques. -----

SITUAÇÃO FINANCEIRA

---- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia 12 de maio de 2026, que apresentava os seguintes saldos: Total de disponibilidades da Câmara Municipal: 2.954.275,14 euros (dois milhões novecentos e cinquenta e quatro mil duzentos e setenta e cinco euros e catorze centavos); - De operações orçamentais: 2.442.964,79 euros (dois milhões quatrocentos e quarenta e dois mil novecentos e sessenta e quatro euros e setenta e nove centavos); - De operações não orçamentais: 511.310,35 euros (quinhentos e onze mil trezentos e dez euros e trinta e cinco centavos). -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

---- O Senhor Presidente: -----
---- - Muito boa tarde a todas e a todos. Cumprimento, naturalmente, as Senhoras Vereadoras por deferência que tem que ser assim, Senhor Vice-Presidente, não leve mal, o Senhor Vice-Presidente, os Senhores Vereadores, a Ex.m.^a Senhora Presidente da União de Freguesias de Santar/Moreira. Aproveito o ensejo para lhe agradecer a disponibilidade e a colaboração para a organização desta reunião. Naturalmente ao Público presente e aos Senhores Colaboradores Dr.^a Ana Santos, Fernando Santos e Luís Ribeiro. Obrigado pelo vosso apoio técnico. E, se calhar, então, não sei se a Senhora Presidente da União de Freguesias quer falar? No final. Muito bem, então, entrávamos já, diretamente na reunião ordinária de hoje, dia 13 de maio de 2026. Uma reunião, certamente, abençoada. E, portanto, começaríamos pela situação financeira da Autarquia - Conhecimento. Portanto, que se reporta ao dia de ontem, que é o apuramento, dia 12 de maio de 2026, que tem um total disponibilidades - 2.954.275,14 euros, das quais, operações orçamentais - 2.442.964,79 euros, tem a ver, naturalmente, com as Despesas de Capital e operações não orçamentais - 511.310,35 euros. Período de Antes da Ordem do Dia. Dar só, naturalmente, as informações do Executivo e, naturalmente, depois as questões que entenderem por bem, as recomendações, os contributos, as críticas, o que entenderem. Deixar-vos, então, só uma, ou duas notas, porque foi isso que também, entretanto, foi falado. Este é o mês, não quer dizer que os outros não sejam, particularmente, onde a água está em cima da Mesa, a temática da água. Foi feita uma reunião convocada pelo Ministério do Ambiente e da Energia, em Lisboa, no edifício do Governo, na antiga Caixa Geral de Depósitos, onde era a sede, portanto, na passada quinta-feira. E foi sobre a questão

de Girabolhos, nessa altura. E estiveram presentes os cinco Municípios que, de alguma forma, estarão envolvidos na questão de Girabolhos. Portanto, Nelas, Seia, Gouveia, Fornos de Algodres e Mangualde. Sobre este projeto de Girabolhos, dizer-vos que vou transmitir-vos aquilo que nos foi transmitido a nós e do que nós falámos também. Aliás, até no seguimento, que fomos a falando aqui um pouco nas reuniões de Câmara. Girabolhos é para ser retomado. E o Decreto-Lei que fala da Barragem de Girabolhos, nós já falámos aqui, eu acho que até o distribuímos, falava no início e fala ainda, para fins diversos. Os fins diversos da Barragem de Girabolhos é como, por exemplo, a Barragem do Alentejo, que é uma barragem que serve para produção de energia hidroelétrica, para Proteção Civil em termos de abastecimento dos Canáderes, ou dos helicópteros, ou até dos carros dos Bombeiros, para regadio, para a questão agrícola também e abastecimento de água. Sendo certo que o Governo tem falado agora mais e nesta deixou, isso ainda ficou mais vincado, que numa primeira fase será mais a recuperar o que era o projeto original. Portanto, nós estamos a falar do Projeto que foi sufragado em 2010, que foi construído a partir de 2007, 2008. E o Projeto original, basicamente, é direcionado para a produção hidroelétrica. E esta celeridade toda, prende-se também com o que aconteceu, como na política nacional, gosto muito de falar no comboio de tempestades, que decorreu das tempestades que existiam e do que aconteceu, particularmente, no Baixo Mondego, em particular, em Coimbra. Da Barragem de Girabolhos, a Barragem de Girabolhos, numa primeira instância, é para, de alguma forma, controlar o Rio Mondego e evitar que isso se repita. Embora, como sabem, há vários Pareceres que podiam ser nas seiras, mais em baixo, mais em jusante, que seria, porventura, mais proveitoso, mas é como é. Está recuperado, está em cima da mesa e o Governo vai avançar com a Barragem de Girabolhos. Parece-me também claro e é só uma suposição, eu posso estar errado ao dizer isto, mas também partilho: Parece-me que, eventualmente, possa haver já, ou lançar o concurso, possa haver interessados em que façam a exploração do que a Barragem estará na parte hidroelétrica, digamos assim. O que é que os cinco Municípios estiveram todos de acordo? Primeiro, é que é integrada na Comissão de Acompanhamento da empreitada da construção da Barragem de Girabolhos. E nessa altura da construção, com o mesmo cronograma, haver a repercussão de que possam ser medidas de apoio aos territórios e à generalidade deste território, decorrentes da construção da Barragem de Girabolhos. Eu não lhe chamaria contrapartidas porque parece estamos a levar alguma coisa que merecêssemos, ou não. Não era esse o caso. Mas, manifestamente, estamos a falar de um empreendimento nacional que terá repercussões mais expressivas, mais a jusante e não tanto nos territórios. E, portanto, os territórios ficaram aí direcionados. A temática de grande parte dos Municípios foi na questão da rede viária. Houve ali a questão de três vias que estiveram em cima da mesa, que são transversais, ou acima dos territórios. Desde logo, o IC37, que é um anseio grande de toda a Região, inclusive da nossa. O IC12/A35, a sua conclusão e o IC7 para os Municípios ale Mondego. De qualquer maneira, nós pedimos o acesso à versão completa do Projeto, porque, eventualmente, pode ter algumas atualizações, além do que é do Projeto original. A integração dos Autarcas da Comissão de Acompanhamento do Projeto. E, isso foi definido. E uma atualização do Estudo de Impacto Ambiental, que foi assegurado, que seria feito pelo Senhor Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente. Dizer-vos ainda que o enfoque da parte dos Municípios foi no abastecimento de água e na respectiva ligação da Barragem para os territórios. Salvaguardado o apoio de regadio, a questão da agricultura, a Proteção Civil e, naturalmente, a produção hidroelétrica. A produção hidroelétrica, como sabem, há vários Estudos sobre isso e nós injetarmos energia na rede. Há também a ideia que os Autarcas falaram que, de alguma forma, possam ter um retorno dessa injeção na rede da produção de energia hidroelétrica, seja para equipamentos municipais, seja para a parte empresarial, seja para a parte de associativismo e Proteção Civil. A outra questão, não menos importante também, tem a ver até com a parte económica que tem. Como sabem, as concessões têm montantes que são consignados e que são remunerados, são pagos. E, portanto, também isto está em cima da Mesa, bem como questões que parecem de somenos importância, mas que não são, nos valores exacerbados que são pagos de IMI nos Produtores e que vão para o Estado e não nos territórios onde estão localizados. Portanto, Dar-vos essa nota que essa reunião foi com a Senhora Ministra do Ambiente e Energia, Maria



Reunião de 13/05/2026

Graça Carvalho, o Senhor Secretário de Estado do Ambiente, João Manuel Esteves e, como disse, o Senhor Presidente da Agência Portuguesa, além dos cinco territórios. Ficou definido isto. E ficou definido que, brevemente, o Governo irá contactar outra vez os Municípios para dar informação acrescida de como isto esteja. Ou seja, neste momento não há nada de concreto. O que é que os Municípios, os cinco, estão alinhados? Só para resumir: 1. A Barragem, os Municípios são todos favoráveis, em teoria, a que a Barragem seja construída desde que os pressupostos estejam lá consignados, sejam todos concretizados: Abastecimento de água, hidroeléctrica, regadio, Proteção Civil. E, naturalmente, que as contrapartidas, agora falando mais correto. Embora me pareça que é uma palavra muito forte. As questões associadas à construção da Barragem também sejam, naturalmente, satisfeitas. O que foi condicionado por parte dos Municípios é haver a questão do Impacto Ambiental. E vou falar só mais um bocadinho e termino por aqui, para já, a questão de Girabolhos. Nom que concerne ao Estudo de Impacto Ambiental e há vários artigos que têm saído depois do anúncio da Barragem de Girabolhos, têm a ver com o impacto que pode ter. Como sabem, a Barragem da Aguieira teve um impacto grande no nosso microclima. Em particular, quer na agricultura, no produto endógeno, não só da fileira da vinha e do vinho, mas também no que são os Estudos que podem também influenciar as pastagens. Portanto, há um conjunto de fatores que da Barragem da Aguieira, embora seja, relativamente, distante do nosso território, tem implicação, entre outras coisas, o facto de que há estudiosos que a cota de Viseu, por exemplo, é superior à de Nelas. Eu lembro que em Viseu, de vez em quando, nevava e deixou de nevar. E, alegadamente, tem a ver com o facto do ar estar mais húmido. E pode ter impactos ali. Os impactos, daquilo que se ouve, podem ter a ver, por exemplo, com o nosso vinho, com o nosso Queijo da Serra da Estrela, ou até com a própria neve em si, em Seia. Portanto, esta questão da atualização do Estudo do Impacto Ambiental, acho que é importante. Nós estamos cá para tomar decisões. Nós todos que estamos aqui. Quanto mais informados nós estivermos, melhor decidiremos. Agora, depois podemos estar em acordo, ou em desacordo. Isso faz parte da perspectiva que nós façamos. Agora, o que é importante é que tenhamos esta atualização do Estudo de Impacto Ambiental e o concreto do que é que vai ser o Projeto, para depois, nós deliberarmos. Eu acho que é uma maneira correta como foi abordado. Portanto, esta é a questão de Girabolhos. Sobre Fagilde, há outra reunião a realizar amanhã com os Concelhos adstritos à Barragem de Fagilde, nós. Nós, Mangualde, Penalva do Castelo, Sátão e Viseu. Somos nós, os cinco Concelhos, que vamos estar amanhã às 16 horas e 30 minutos, também com a Senhora Ministra do Ambiente e Energia, que nos convocou, para saber ao certo o que é para fazer do Projeto da Barragem de Fagilde. Quer a Barragem em si, quer a ETA. Nós já falámos nisso. Os Municípios falam muito e bem. Há sintonia sobre a construção da Barragem de Fagilde. É muita Barragem. Mas o maior problema, atualmente, é a questão da ETA, da Estação de Tratamento de Água que, neste momento, mesmo os Estudos do próprio SMAS são no sentido de uma valência que já tem anos mais do que era expectável. E, portanto, é um equipamento que tem alguns condicionalismos e pode não estar, já não está a tratar a água que devia estar a tratar. Ou seja, Fagilde já não está a reter a água que devia reter porque não tem estrutura física para ter um maior volume de massa de água. E o tratamento é o mesmo com a ETA. Só que a ETA, se, eventualmente, houver um problema com a Barragem, consegue-se resolver isso porque está lá compactada. A ETA, se tivermos um problema, deixamos de ter água em Viseu, em Nelas e em Mangualde. Portanto, naturalmente, na próxima reunião daremos conhecimento do que foi lá. Se houver, entretanto, da vossa parte algum contributo, ou alguma coisa que seja assegurada, ou referenciada, estejam à vontade. E, portanto, nós já tínhamos também abordado esse assunto. E é nesse

sentido que vai ser feita a reunião da Barragem de Fagilde. Nós não tínhamos Barragem nenhuma, agora temos duas. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Para já, tem uma. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Sim, sim. Mas eu estou a dizer que há Projetos para haver duas. Mas essa também é para deixar de existir. Outra questão, nós temos também Decreto-Lei e haverá tempo para falar sobre isso, porque na próxima reunião de Câmara teremos de trazer o assunto, obrigatoriamente, para debater e para votar, que é a questão do que está a suceder, porque saiu o Decreto-Lei que vence a 7 de junho de 2026, que tem a ver com o que foi instituído pelo Governo, ou pelos Governos, neste caso, que é a solução da construção da Barragem de Fagilde associado à Águas Douro e Paiva. E tem que haver pronúncia obrigatória até ao dia 7 de junho. Há Concelhos que já se pronunciaram. Neste momento, faltam-se pronunciar Nelas, Mangualde e Penalva do Castelo. E é obrigatório, nós todos pronunciarmo-nos. Ou quem, eventualmente, se pronunciou, voltar outra vez com a Agenda. Mas nós vamos ter que nos pronunciar. Seja qual for a pronúncia, mas é obrigatório pronunciarmo-nos quanto a isso em reunião de Câmara e em Assembleia Municipal. Nós, portanto, na última sexta-feira, vamos ter que fazer uma Assembleia Municipal Extraordinária no final do mês, na sexta-feira, que é 29 de maio de 2026. Portanto, nós temos no dia 27 de maio de 2026, reunião de Câmara e dia 29 de maio de 2026, Assembleia Municipal Extraordinária. E, portanto, sobre a água, Fagilde e Girabolhos, estamos conversados. E, ainda mais estas notas, que são importantes, que são: Neste momento, neste mês, no que passou e no que vem aí, até ao final do mês, serão os grandes debates. Nós estamos também a aguardar a possibilidade. Fizemos uma sessão há um ano atrás, sensivelmente, com o Senhor Presidente da Água Douro e Paiva, na altura, o Senhor Engenheiro António Borges, para haver um esclarecimento do que era o Projeto da Águas Douro e Paiva. Foi com exposição, com perguntas e respostas. Mas, entretanto, foi um compromisso que assumimos e bem, nós não nos pronunciámos na altura porque era um fim de um mandato, digamos assim. E havia ainda a possibilidade do novo Ciclo que viesse, fosse ele qual fosse, que se pronunciasse, fosse qual fosse também a sua intenção. E, portanto, nós deixámos para este ano, que era com novos Órgãos, tanto na Câmara, como na Assembleia Municipal, haver essa pronúncia. Nós convidámos o novo Presidente da Água Douro e Paiva, o Senhor Engenheiro Bruno Guimarães para estar presente na Assembleia Municipal. Portanto, a ideia que havia era fazer uma sessão de esclarecimento na Assembleia Municipal, começando por volta das 17:00 horas, que é para permitir depois que às 21:00 horas a Assembleia Municipal fosse retomada, em segundo momento, ou fazendo a Assembleia Municipal seguida das 17 até às 19:00 horas, ou 20:00 horas. O objetivo é haver uma sessão onde é apresentado o Projeto, onde há perguntas e respostas e depois, naturalmente, a deliberação. Independentemente de qual seja a nossa ideia e o nosso posicionamento, continuamos a achar que a melhor forma é mesmo essa. É informar, é dizer o que está em cima da Mesa. Haver conhecimento. E, depois, as pessoas, naturalmente, votarão de acordo com a sua consciência, com a forma como abordam e percebem as coisas. E é assim que tem que ser. Acharmos é que faz sentido ser feito outra vez isso por duas razões e por aqui termino: Uma – Há um novo Presidente da Águas Douro e Paiva. Há desenvolvimentos também inerentes ao que é a questão da Água Douro e Paiva. E há um novo Executivo, tanto na Câmara, como na Assembleia Municipal. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas: -----

---- - Posso só fazer um comentário sobre o que o Senhor Presidente acabou de dizer? -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Da água? Sim, sim, Esteja à vontade. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas: -----

---- - É muito rápido. Então, muito boa tarde a todos, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores. Relativamente àquilo que o Senhor Presidente nos informou no decurso da reunião a propósito da Barragem de Girabolhos, eu tenho a destacar que se for tudo como o Senhor Presidente referiu, da forma como estão a acompanhar, ou a solicitar o



Reunião de 13/05/2026

acompanhamento das obras, parece-me Cinco Estrelas. Parece-me tudo muito bem. Ela já tinha um Estudo de Impacto Ambiental. Acredito que não seja este, uma vez que disse que a prioridade vai ser, de facto, recuperar o Projeto que já existe. Portanto, esperamos que isso permita acelerar todo o Processo para a construção da mesma. Mesmo com aquilo que são os impactos sabemos que estes Projetos têm no nosso território, parece-nos que nós não temos que também sem fazer nada porque o Impacto é bastante mais gravoso daquilo que hoje nós não conseguimos controlar como o que aconteceu há pouco tempo com os comboios de tempestade e as cheias que, daí, decorreram. E se a recuperação deste Projeto é, sobretudo para podermos ter alguma estratégia, isso tem que ser enfatizado. No entanto, eu não posso deixar de dizer que não fico satisfeita por saber que, desde a primeira hora, a questão é colocar como ócio de contemplações filosóficas das infraestruturas rodoviárias que informou, já que, anos e anos, se reclamam por elas e que o investimento nacional nunca chega à nossa Região. Portanto, fico muito satisfeita. Relativamente a Fagilde e segundo a informação que o Senhor Presidente deu relativamente à exposição que, antecipadamente, organizou para acontecer no dia da reunião da Assembleia Municipal Extraordinária, se me permite a sugestão, julgo que poderia ser bastante mais. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Mais cedo ainda. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas: -----

---- - Esta sessão de esclarecimento fosse no dia da reunião de Câmara, por exemplo, de forma a que se nós possamos, a reunião de Câmara pudesse ser pública. Os Membros da Assembleia Municipal que quiserem estar presentes, estão. E não, até o Público, em geral. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Até para terem mais tempo para pensar. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas: -----

---- - Porque uma sessão de esclarecimento no mesmo dia da tomada de decisão, acho que não tem efeito prático do que pretende. Portanto, faço essa primeira sugestão. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Pode ser. Podemos até fazer uma primeira sessão até só para o efeito. Pode ser. Pode ser.

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas: -----

---- - Faça como quiser. No mesmo dia não me parece que deva ser. Segunda sugestão, ou aliás, segundo pedido, era uma sugestão: Tendo em conta que há pessoas que neste Executivo não acompanharam tão por dentro o Processo que decorreu durante o mandato anterior. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Da Águas Douro e Paiva? -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas: -----

---- - Certo? Eu não sei se é possível facultar.

---- O Senhor Presidente: -----

---- - A documentação toda? Sim, sim. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas: -----

---- - Sim, a documentação toda. Acredito que na reunião da próxima reunião de Câmara ela seja enviada. Mas, como os documentos não nos foram enviados. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Eu acho que já percebi o que a Senhora Vereadora está a dizer. Quer que se reencaminhe o que foi enviado e discutido na anterior Executivo. Já percebi. É enviarmos, mas a documentação é muito extensa, em abono da verdade. E é preciso tempo para a analisar. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas: -----

---- - Eu concretizo e peço desculpa se percebi de forma errada, mas a proposta de adesão, aquela que ficou dependente da aprovação da Assembleia Municipal é esse texto que poderá ser remodelado neste momento, é esse texto que importa, da nossa parte, ler com tempo e, antecipadamente, sabemos os termos em que o Acordo vai ser elaborado. Acredito que não uma grande alteração destes termos para agora lermos o texto com algum tempo prévio. Fio com expectativa de ler o Acordo, ou a Proposta de Acordo, uma vez que há esta reunião que vão ter amanhã com a Senhora Ministra, possa, de facto, ficarmos a par desta situação. No fundo, estas duas variáveis, estas duas questões que estão em torno de toda esta situação do Acordo de Adesão da Águas Douro e Paiva para suprir as necessidades que, habitualmente, são faladas publicamente, com a falta de água, a falta de água, precisamos da Barragem de Fagilde, precisamos de uma nova Barragem de Fagilde. Mas, se calhar, não se aborda com tanta intensidade aquilo que o Senhor Presidente tem dito e bem, que o problema não está só na Barragem de Fagilde, o problema está numa infraestrutura, que é a ETA, ao que parece com graves problemas de subfinanciamento, ou subinvestimento, nesta infraestrutura que salvaguarda as necessidades. Ou seja, se calhar, o problema não é um problema só de falta de água, mas é um problema de tratar a água, que nós temos. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - É o maior atualmente. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas: -----

---- - Isto porque eu acho que nós, pese embora a discussão política, pese embora tudo isso que nós bem sabemos, todos nós estamos preocupados com o mesmo assunto e todos nós queremos que o assunto fique resolvido para não ficarmos responsabilizados no futuro por não termos sido capazes de decidir. Correto? -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Correto. Muito bem. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas: -----

---- - E, portanto, se o problema não é um problema, exclusivamente, não tão de falta de água, mas é da capacidade de a tratar. Peço desculpa por me antecipar pelo que eu vou dizer. É a minha forma de ser, nem sou muito ponderada. Se calhar, devia ser mais. Mas se o problema é esse, fico com dúvidas de que se precise de um tubo muito grande para trazer para cá a água, quando afinal de contas o problema está mais da capacidade de tratar a água de que propriamente, da falta de água. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Exatamente. E de quem vai pagar este tubo de cento e tal quilómetros. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas: -----

---- - Eu peço desculpa por estar a antecipar, mas não posso deixar de fazer este comentário.

Mas, posso, de facto, dizer-vos que conheço com exatidão os documentos que garantem ao Município de Nelas que dessa forma poderá resolver a sua situação. Não conhecendo, penitencio-me já se tiver dito alguma coisa contrária àquilo que o Acordo de Parceria possa garantir. Desconhecendo, não posso deixar de, impulsivamente, até dizer aquilo que, no mínimo me parece estranho. Portanto, obrigada por e deixar fazer este comentário. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Sim, sim. Sem problema. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Já está a ser, Senhora Vereadora. Já está a ser, minimamente, estranho. Pela intervenção do Senhor Presidente da Comissão Política do PSD do Distrito de Viseu. Já está a ser muito estranho. Está a ser muito estranho já com a intervenção política do Senhor Presidente da Comissão Política do PSD de Viseu. Há uma intervenção no poder na decisão dos Municípios, que eu lamento. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Eu não lamento nada porque todos os Municípios. Só para dar aqui dois esclarecimentos muito rápidos ao que disse a Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas. Estamos a falar de coisas, apesar de tudo, distintas. Eu também não quero antecipar a discussão porque vamos ter uma reunião lematizada. E também não queria dar. Eu tenho a opinião formada e vou expressá-la.



Reunião de 13/05/2026

Não me parece que faça sentido fazê-lo agora porque neste momento o que interessa é que quem está cá agora de novo tenha acesso à informação, leia-a, documente-se e depois ouça a explicação e depois, conscientemente, tome a decisão. Eu acho que é o melhor caminho. É um caminho correto, mas posso estar equivocado. Eu, entretanto, envio-os por Watshap. Não tenho o número de telemóvel do Senhor Vereador Dr. Diogo Figueiredo registado. Mandei para os Senhores Vereadores Dr.^a Sofia Relvas e para o Dr. Manuel Marques o Parecer da Avaliação de Impacto Ambiental pelo Watshap. Têm lá o documento. Foi a Comissão de Avaliação que emitiu um Parecer sobre o Impacto Ambiental de Girabolhos. E, entretanto, nós temos. Vamos reencaminhar. Tem lá o EVEF, o Estudo de Viabilidade Económica Financeira, tem lá o Estudo do Impacto Ambiental. Tem lá tudo. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Não estou preocupado com Girabolhos. Estou preocupado é com Fagilde que pode entrar no bolso dos consumidores da água. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Muito bem. Duas coisas. Já lhe passo a palavra, Senhor Vereador. Já lhe passo a palavra com todo gosto. Já lhe passo a palavra com todo gosto. Sobre a questão da ETA e a Barragem de Fagilde. São coisas distintas, apesar de tudo. Uma coisa não substitui a outra. O investimento total são 65 milhões de euros. A Barragem está estimada num financiamento de 30 milhões de euros. Ora, 15 milhões de euros estão, alegadamente, assegurados através do PO. Faltam os outros 15 milhões de euros só para a Barragem. A ETA são 35 milhões de euros. O orçamento que lá está. Grosso modo, são 65 milhões de euros, no geral, para tudo. A curto prazo, é bem verdade, que a questão mais premente é da ETA. Se a ETA deixar de funcionar, não é distribuído água, porque não é tratada. E, em abono da verdade, a ETA já teve funcionamento de quase 40 mil metros cúbicos diários e, neste momento, está reduzido a pouco mais de $\frac{2}{3}$. Está entre 26 mil metros cúbicos a 27 mil metros cúbicos diários de água tratada. E, com o tratamento e com o prazo de vida que já passou e com as lamas acumuladas, independentemente, dos trabalhos que sejam lá feitos, pode também demorar algum tempo a que possa ser feita uma nova ETA para o efeito. A Barragem tem a ver com o armazenamento. Uma coisa não está dissociada da outra. Porque nós, é a pescadinha de rabo na boca. Nós precisamos da ETA para tratar a água e a metermos na torneira das pessoas Mas precisamos da Barragem para armazenar água. Portanto, precisamos dos dois equipamentos. E, independentemente, do que os outros Municípios se pronunciaram, os Senhores Vereadores, ou isto, ou aquilo e isto é uma questão geral, a decisão nossa tem que ser do Município. Portanto, eu respeito as opiniões de todos, concordando, não concordando. Também ouvi a exposição e há lá até uma crítica implícita a quem não decidiu. A Câmara de Nelas ainda não decidiu. Nós não fizemos uma Agenda. Fizemos a própria Agenda. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Mas não é isso que eu estou a dizer. É o que se que chama: Tapar rasto, na gíria popular.

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Ó Senhor Vereador, deixa-me dizer uma coisa que me parece clara: Eu parece-me que em termos do que é um processo transparente, um processo que não ficou inquinado. Eu estou a falar da nossa parte. Estou a falar do Município de Nelas. Podíamos ter aproveitado, se não estivéssemos de boa-fé, nós podíamos ter aproveitado o mandato anterior, que estávamos lá, porque podíamos ter feito isso, essa votação, porque houve Municípios que o fizeram, no ano das eleições autárquicas, aproveitando uma maioria qualificada, se tivéssemos uma Agenda ou pressão de alguém para fazer isso. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Ó Senhor Dr., não estava há 15 dias, estava a um mês, dois meses, estava a 8 meses das eleições. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Ó Senhor Vereador, não estava nada. Não podíamos ter feito isso antes. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - O Senhor Presidente viu a revolta popular? -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- Ó Senhor Vereador, Senhor Vereador, eu estou-lhe a dizer que a pronúncia podia ter sido feita mais cedo. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Viu a revolta popular, foi em março, foi em março. Mas deixou isto prolongar-se até às eleições. Vocês não o quiseram assumir. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Ó Senhor Vereador, podia ter sido feita mais cedo a pronúncia. Nós não podíamos ser acusados de ter cão e não ter cão. Desculpe lá. Então, o Senhor Vereador também dizia na altura que faltava legitimidade para se fazer a pronúncia. Não nos pronunciámos. Ó Senhor Vereador, desculpe lá. Não faz sentido que esta decisão seja tomada. Ouça, pode achar o contrário. Para mim, faz sentido que, uma vez que ia haver um novo ciclo político, fossem os decisores políticos que tomassem esta decisão. É a minha opinião. Agora, posso estar equivocado. Agora, parece-me, claramente, que é essa. E teremos oportunidades. Senhor Vereador, faça favor, antes de passarmos, nesta questão da água. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Senhor Presidente, é só para lhe dizer que Girabolhos, dou de barato porque não traz encargos para os Concedidos, obviamente, até porque já os terrenos todos comprados. Pode haver aqui uma questão ambiental. Mas não é assim tão grave como será grave se aumentarem o preço da água, deixarmos de ter o direito de decisão da água, se começarmos a pertencer, ou aderirmos às Águas Douro e Paiva. É estranho que, de facto, estão preocupados com a capacidade do armazenamento da Barragem do Fagilde, capacidade de retenção de armazenamento de água e é por isso que estão muito preocupados. Mas não estão preocupados, de facto, com o tratamento da água da ETA. Pois, aí é que devíamos começar primeiro porque, começando primeiro aí, garanto-vos, depois, então, fazermos a retenção. Agora, vamos fazer a retenção e não temos condições de tratamento, não me leva a lado nenhum. E voltando outra vez, eu sei qual será a ambição e qual será a intenção do Executivo do PSD e do CDS, excluindo-me a mim e do PS, excluindo a Senhora Vereadora Dr.^a Sofia e o Senhor Vereador Dr. Diogo, a vontade que vocês têm. Aliás, ela foi notória, claramente, na entrevista que deu o Senhor Presidente da Comissão Política do PSD de Viseu. Toda a gente sabe o que é que ele disse. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - E o que é que tenho a ver com isso? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Agora, há uma coisa que eu lhe digo, Senhor Presidente da Câmara: Se não for provado no contrato que este Município vai outorgar com a adesão às Águas Douro e Paiva, que não há um prejuízo para os Cidadãos, que o Município de Nelas deixa de ter poder na decisão, com sérios no abastecimento de água, Senhor Presidente da Câmara, vou-lhe dizer: Há uma coisa que se chama em Direito e vou estudar isso e vou já, previamente, começar a estudar, que se chama Previdência Cautelar, aliás, como fez o Concelho vizinho de Mangualde. E eu meterei uma Previdência Cautelar no Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, se isto não for, cabalmente, esclarecido, para que a decisão que este Executivo do PSD, do CDS e do PS, assim, estes quatro, seja favorável à adesão. Isso, vou fazê-lo. E tentarei tudo quanto estiver ao meu alcance, em termos de Direito permitido, para que as Populações do Concelho não sejam prejudicadas, que eu sei o que é que vai acontecer se nós aderirmos às Águas Douro e Paiva. Aliás, bati-me numa Assembleia Municipal, quando o Senhor lá veio apresentar o Projeto. E digo que me vou continuar a bater porque eu sei o que é que vocês todos querem.



Reunião de 13/05/2026

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Leu os documentos, Senhor Vereador? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Li os documentos. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Não leu nada. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Senhor Presidente, li, li. Então, porque é que vossa Excelência, se não era tão penoso para as populações, porque é que vossa Excelência, a oito meses das eleições autárquicas, não tomou esta decisão? Tem uma maioria tão absoluta? Tão clara? Porquê que não tomou? Porquê que não tomou? -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Acabei de lhe dizer isso. Então, mas eu acabei de lhe dizer. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Porque sabiam o que é que lhes ia acontecer. E sabiam que aquilo era penoso para os Cidadãos, para os Consumidores. Eu não admito que venha um tubo de 130 kms. -----

---- - Isso é que não é verdadeiro. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Mais uma vez lhe pergunto: Quem é que vai suportar as obras para a adução das Águas Douro e Paiva para o Concelho de Nelas? -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - A Águas Douro e Paiva. Não é para o Concelho de Nelas. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - E o Município não intervém, financeiramente? -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Ó Senhor Vereador, dá-me um minuto, só para lhe explicar uma coisa: A adução da Águas Douro e Paiva não vem para o Concelho de Nelas. Vem para Viseu. A adução são 10 mil metros cúbicos de águas diários. A redundância é feita em Fagilde, que vai Viseu buscar menos de 10 mil metros cúbicos de águas diário à Barragem de Viseu. Deixe-me acabar. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Só fiz um gesto. Só fiz um gesto. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Pronto. Ou seja, cria uma redundância maior em termos do que é a distribuição dos 10 mil metros cúbicos de água diários. Nesses 10 mil metros cúbicos de água diários, na percentagem que existe, o Município que tem mais percentagem é o Município de Nelas. E, portanto, vale o que vale. Mas é só para fazer esta correção. A segunda: Há duas questões. Uma é a distribuição em alta. Outra em baixa. Á Águas Douro e Paiva só é responsável, como hoje o SMAS o é, na alta. O preço da baixa, quem o define são os Municípios. Isto está na lei. Nem é no Projeto da Águas Douro e Paiva. É a lei. Portanto, quem define o tarifário em baixa somos nós. Eu até lhe podia fazer uma analogia, mas não era agora, porque é assim: Há Municípios que compram a um valor a água a Fagilde e vendem-na mais cara do que nós que a compramos mais cara. Mas somos nós que definimos o valor. Nós, quando digo nós, qualquer um dos Municípios, da água em baixa. E como nós temos um tarifário social, bem ou mal, mas temos. Temos um valor para as empresas, diferenciado. Vamos ter um valor para as empresas com APR, para tirarmos o stress hídrico ao abastecimento da água. Portanto, na baixa, quem decide isso, o tarifário, são sempre os Municípios. E o que temos que fazer é: Nós pedimos isto aos nossos Serviços e antes da reunião queremos enviar também um

dossier, que me parece que é importante termos, que é: Um - Nos últimos 10 anos, quanto é que nós consumimos de água. A água que nós recebemos e a água que nós pagamos. Ou seja, nós pagamos a água, compramos, mas vendemo-la depois aos munícipes. E há um diferencial. E o diferencial sempre foi negativo. E há perdas de água. As perdas de água são na ordem quase dos 40% do Sistema. Mas sempre foi. Mas nós pagamo-la. Portanto, este levantamento tem que ser feito. E tem que ser feito também quanto é que pagamos de água. Porque nós não pagamos água diretamente a Fagilde. Nós pagamos a água a Tabosa que é gerida por Mangualde. Mangualde compra a um valor e vende-nos a um outro valor. E no final do dia também convém saber que valor é de que estamos a falar aqui nesta proposta e qual é o valor que falamos agora. E esse Estudo está solicitado aos Serviços. E mal esteja completo, acreditamos no início da próxima semana, ou mais tardar. Quando o tivermos até o disponibilizamos aos Senhores Vereadores. Fica aqui com a Senhora Dr.^a Ana e o Senhor Fernando, que estão a ouvir, o mais tardar, quando encontrarem, reencaminhem, por favor. Reencaminham para todos, mesmo para quem lá esteve, para os Senhores sete vereadores a questão que lá está, porque a documentação, basicamente, é a mesma. E quando tivermos o Estudo só deste, o interno, para nós decidirmos, eu mantenho a mesma coisa em relação ao que falei das barragens. Para decidir é termos o conhecimento do Sistema a funcionar. E decidir bem. O bem é relativo. Mas eu tenho que saber, por exemplo: Compensa? É mais barato? Assegura-nos água na torneira? Eu, há três coisas basilares Assegura-nos água? Ótimo. É mais barato? Sim, ou não? Pronto. Porque nós estamos a falar de um investimento e temos que falar só de uma coisa. E por aqui termino. São 65 milhões de euros. O dinheiro vai ter que vir de algum lado. E não me parece, não me parece. Mas, ó Senhor Vereador, a solução que havia antes no Projeto Supramunicipal, os custos eram imputados aos Municípios no original. Aos municípios. Que depois era repercutido até no saneamento, que era o projeto original, porque era a água em baixa e o saneamento. Mas pronto. Mas parece-vos o princípio de enviarmos a documentação toda. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Senhor Presidente, Sim, sim. Porque vamos ver as novas condições para estudarmos isto. Sabe porquê? O Senhor acabou de dizer que, de facto, a água vem para Viseu e que há uma redução do consumo do Concelho de Viseu da Barragem de Fagilde. Então porquê que Viseu não adere sozinha às Águas Douro e Paiva e não ficamos nós com uma cota mais elevada na Barragem de Fagilde, que é nossa? -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Isso não funciona dessa maneira. A Barragem é da APA. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - À, pois, não quer que funcione dessa maneira. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - A Barragem é da APA. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Mas é outra pergunta que eu lhe faço: O Senhor diz que compra água em baixa. Pois bem. Em alta. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Não, não. Compramos em alta e vendemos em baixa. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Peço desculpa. Pois bem. O que é que o Senhor disse aos Cidadãos do meu Concelho por causa da água estar a dar prejuízo e estar a ser vendida mais barata que aquela que estava a comprar? Sabe o que é que disse? Que a ERSAR o obrigou a aumentar o valor da fatura da água. Lembra-se disso? -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Sim, mas é verdade. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - E que, se não fosse isso, o Senhor nem sequer conseguia concorrer ao Ciclo Urbano da Água. Não foi? -----

---- O Senhor Presidente: -----



Reunião de 13/05/2026

---- - Não. Só um minuto. São duas coisas distintas. Uma tem a ver com o compromisso. ----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----

---- - O compromisso que houve, que o Partido Socialista não executou. ----

---- O Senhor Presidente: ----

---- - Houve uma cláusula obrigatória na candidatura às ETAR,s, quando foi do financiamento, comprometi-me a fazer o comprometimento da taxa da água por causa das perdas. E que depois não foi feito. E nós tivemos que fazer essa atualização, primeiro, obrigatória pela ERSAR, até 2023. ----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----

---- - Para a água não poder dar prejuízo. ----

---- O Senhor Presidente: ----

---- - Não é bem assim. É para diminuir o prejuízo. Mas não só. É para compensar o investimento público, por um lado e obrigar-nos, dessa maneira, a tentarmos ter o menor número de prejuízo nas perdas e ficar um Sistema quase auto-sustentável. Seja o que isso for. Essa era a primeira questão. A segunda questão da Águas Douro e Paiva, do Pré-Acordo, que eu acho que era isso que o Senhor Vereador estaria a falar também, tem a ver com, as candidaturas, agora, nós, por exemplo, mesmo no início, o que foi dito nas candidaturas era e ainda é, que tem que haver agregação. Os Municípios têm que fazer, ou terem mais de 50 mil habitantes, ou fazer agregação. Nós falámos disso com Mangualde e Penalva do Castelo. Viseu tem. ----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----

---- - Se Viseu tem que se agregue sozinho. E o Município de Nelas fica com a mesma coisa, com a água de Fagilde e ser menos consumida por Viseu. ----

---- O Senhor Presidente: ----

---- - Eu, se Viseu aceitar isso, por mim, tudo bem. Por dia a dia, não vejo mal nenhum. ----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----

---- - Mas isso é uma das condições que o Município de Nelas tem que propor a Viseu. ----

---- O Senhor Presidente: ----

---- - Mas não é só Viseu. É o investimento todo que está. Está lá uma ETA. Está lá uma ETAR. Está a ver, Senhor Vereador? ----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----

---- - Sim. E depois? ----

---- O Senhor Presidente: ----

---- - Quem investe lá, tem que ter retorno. Ou você acha que vai ficar com a Barragem de Girabolhos é por causa de altruísmo? Não é, como é óbvio. ----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----

---- - Senhor Presidente, acha que a ERSAR permite que o Senhor compre a água em alta, cara e depois a venda barata aos Cidadãos? ----

---- O Senhor Presidente: ----

---- - Você tem autonomia para isso. Tem autonomia para isso. Mas eu duvido. Mas não é isto que eu estou-lhe a dizer. Agora, também duvido, seja quem for a pessoa que defina isso, que não faça o equilíbrio. ----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----

---- - Com que percentagem é que nós ficamos no capital social das Águas Douro e Paiva? ----

---- O Senhor Presidente: ----

---- - Atualmente? O capital social é o correspondente ao qual você tem agora. Só que tem num universo maior. Nós, neste momento, temos disposição de água.-----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Uma coisa é o equilíbrio entre cinco Municípios e quatro. Outra coisa é ser num monopólio de Municípios. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - O mundo maravilhoso é uma coisa fantástica. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Nós temos por aqui a ver que o mundo não seja tenebroso. E o Município, da maneira que isto está a acontecer, não o quer fazer. E continuo a dizer: Porque o Senhor Presidente da Comissão Política do PSD já veio dizer. E não tem nada que se meter nisto. Não tem o que o fazer. Isso é uma jogada política. Lá com as Águas contra o Senhor Presidente da Câmara de Viseu, que o faça. Agora que não se envolva de outra forma. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Olhe, o que eu li foi isso. Até lhe digo outra coisa: Se você quiser, há ali uma parte, uma crítica implícita, a quem não se pronunciou. E nós não nos pronunciámos. Não temos Agenda. A Agenda é o interesse das populações. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Espero bem que sim. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Então, mas andamos cá a fazer, todos? Quer dizer: Qual é o interesse? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Vamos ver quando for a decisão. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Eu tenho a minha. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Eu também tenho já a minha, se não tiver estas condições. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Mas eu tenho informação sobre o que eu estudei na altura. A não ser que tenham mudado as regras do jogo. Porquê? Por isso é que tem que vir cá, na minha ótica. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Estão todos doidos, o Senhor Presidente da Câmara de Penalva do Castelo, o Senhor Presidente da Câmara de Mangualde e Vossa Excelência. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Mas, se calhar, estávamos. Não, não era doido. Olhe, o alinhamento que havia e essa informação é genérica e vocês podem ir buscar: Havia um alinhamento, no sentido positivo, julgo eu, entre Nelas, Mangualde e Penalva do Castelo, que era ter acesso a mais informação. Saber mais as coisas. Para Girabolhos, falei com o Marco e com o Luciano, de Seia e o entendimento é a mesma coisa: É termos mais informação. E tentarmos que nós tenhamos, no final, a decisão seja vantajosa para os nossos territórios. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Devem também impor o uso do turismo para efeitos na Barragem de Fagilde para esse efeito. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Turismo recreativo? Não sei se depois. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Pois, pois o mal está aí. Veja o efeito recreativo que tem a Barragem da Aguireira. O Senhor vai lá no verão, em junho, julho. Aquilo, parece a Praia de Mira, por exemplo. Não estou a brincar. Se calhar, é melhor que o Rio Mondego, nas Caldas da Felgueira. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Então, para concluirmos esta parte, por agora, se calhar o que nós vamos tentar fazer é o seguinte: Vejam lá também se estamos alinhados. Portanto, nós temos a 29 de maio a Assembleia Municipal, decisória. Temos a 27 de maio a Reunião de Câmara, que é quarta-feira, 27 de maio. Vou tentar marcar com o Senhor Presidente da Águas Douro e Paiva, uma



Reunião de 13/05/2026

sessão, a montante da Reunião de Câmara e da Assembleia Municipal, esta semana. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Senhor Dr., com algum prazo relativo, para que as populações tomem conhecimento. E nós, os Políticos, interessados nesta matéria, possam esclarecer também algumas pessoas e tomar-se até, se for necessário, um Movimento que se oponha a esta Presidência. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Está bem, está bem. E manifestações e cortes de estrada. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - A defender o Concelho de Nelas, a defender a Freguesia de Santar, a defender o Tribunal. Já fui tantas vezes fazer manifestações a Lisboa. Posso fazer mais uma. Não há problema nenhum. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas, o Senhor Vereador Dr. Diogo Figueiredo, a Senhora Vereadora Dr.^a Elsa Loureiro, eu, o Senhor Vice-Presidente, O Senhor Vereador Ilídio Loureiro, fazíamos a mesma coisa que você, que é defender os interesses das pessoas. Casa um à sua maneira. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Espero que não seja o interesse partidário. Senão faço-o salientar. Espero. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Você não é o nome da verdade, Senhor Vereador. Tenha paciência. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Mas a verdade é que está aqui no Facebook, o Senhor Presidente da Comissão Política PSD. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - O que é que eu tenho a ver com isso? Eu não posso. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - São os factos. Contra factos não há argumentos. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - É da Concelhia de Nelas? Eu sou obrigado a concordar? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - O Senhor é que manda no PSD em Nelas. É quem manda na Câmara em Nelas. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Está enganado. A única pessoa que manda em mim, só há uma pessoa que manda em mim é a minha mulher e os meus filhos. O resto é vida. Conhece-me muito mal. Olhe, conhece-me muito mal. Mas pronto, adiante. Então, vamos fazer o seguinte: A informação vai esta semana sobre a Águas Douro e Paiva, do e-mail que foi debatido. E ainda esta semana, fica o compromisso de vos dar uma data com a presença do, eu não posso responder por ele. Eu tinha-lhe pedido para ele vir para a Assembleia Municipal. Parece-me sopesável. Embora a decisão que conta não é da reunião de Câmara. É da Assembleia Municipal. Mas, como vai também a votação, também convém, se calhar, que haja essa apresentação prévia. Nós vamos, mal acabe isto, vou tentar contactá-lo e ver data. Se ainda tiver hoje, ainda respondo isso, hoje, sem problema, absolutamente, nenhum. Ficamos assim alinhavados? Pronto. Eu dou essa resposta. Sobre a água está. Agora, eu dava a palavra aos Senhores Vereadores também e depois a vocês, por outras temáticas que, assim, o entenderem. Senhor Vice-Presidente, faça favor. -----

---- O Senhor Vice-Presidente: -----

---- - Então, Senhor Presidente, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Estimados Funcionários da Autarquia, Estimado Público, um Cumprimento especial à Senhora Presidente da União de Freguesias de Santar e Moreira por tão bem nos receber. Também vou ser rápido. Só meia dúzia de notas, até mais desportivas. Parabenizar o Atleta Nelson Santos, que foi o grande vencedor de mais uma prova. Esta a Prova Rainha da Estrela Grande Trail em 2026, depois de percorrer quase 100 km, a mim, até de carro me custa, quanto mais a correr. Mais uma vez e acho que poucas reuniões de Câmara fizemos, ou se calhar, nenhuma, em que não tivéssemos que dar os parabéns ao Cristiano Pereira. Mais uma vez, sagra-se Campeão Nacional dos 10 kms de estrada na vertente adaptada. Referir aqui também que houve a instalação dos novos Órgãos do Conselho Municipal da Juventude. Um Órgão importante no qual permite dar voz ativa aos Jovens na política local. Queria também parabenizar um conterrâneo nosso, um Jogador formado nas camadas Jovens do GDR de Canas de Senhorim, o Guilherme Leal, que assina contrato profissional de futebol com o Sport Lisboa e Benfica. Que desejamos sorte, de certeza que todos nós, que tenha muito sucesso e que seja uma afirmação, tanto no futebol nacional, como no internacional, que é uma honra quando a gente os vê no pequeno ecrã. É sinal que eles todos triunfaram. E é excelente até para a nossa visão do Concelho, porque ele tem sempre, como muitos, ou quase todos que eu conheço, têm sempre a honra de dizer que são da Freguesia, seja ela, Santar, Canas de Senhorim, de Nelas, do Concelho de Nelas. Todos eles se intitulam sendo do Concelho. Isso é bom para a nossa visibilidade. Acho que nos mostra um bocadinho ao País e ao Mundo. Depois, na Divisão de Honra de Futebol, dar os parabéns ao Sport Lisboa e Nelas pela manutenção alcançada. Na Primeira Divisão, temos a lamentar as descidas do Sport Vale de Madeiros e Benfica e do Grupo Desportivo e Recreio de Canas Senhorim. Como sabem, a Primeira Divisão Distrital foi alvo de uma reprogramação e desceram muitas equipas, em que o Sport Vale de Madeiros e Benfica e o Grupo Desportivo e Recreio de Canas Senhorim foram condenados a essa descida. Na Primeira Divisão Distrital também tirar aqui o chapéu ao Sporting Clube de Santar. Fez uma época excelente. Salientar que o Sporting Clube de Santar andou uma Época com as malas às costas. Temos que dar os parabéns pela grande Época, a toda a sua Equipa, aos seus Treinadores, à sua Direção, que fizeram um trabalho incansável por conseguirem mais este feito de numa Época que correu. Às vezes, temos que dar um passo atrás para ter mais alguma coisa. E o Sporting Clube de Santar, de certeza absoluta, com este andar de malas às costas, na próxima Época terá aquilo que sempre sonhou, que é um relvado sintético e terá a oportunidade de poder fazer grandes épocas na sua terra, na sua localidade. E, às vezes, como disse, tem que se andar um bocadinho com as malas às costas. E eles fizeram um trabalho excelente. Depois, nesta fase, mais nada. Só dizer que na parte desportiva tivemos um Campeonato, tanto ele, na Divisão de Honra, como na Primeira Divisão Distrital, em que o Município esteve sempre ao lado das equipas, sejam elas, seja o Grupo Desportivo e Recreio de Canas Senhorim, seja o Sport Vale de Madeiros e Benfica, o Sporting Clube de Santar, o Sport Lisboa e Nelas. E não há nenhum Clube que possa dizer o contrário. Estivemos sempre ao lado dos Clubes, na primeira hora, sempre que foi preciso, fosse que tipo de ajuda fosse. Temos pena que o Grupo Desportivo e Recreio de Canas Senhorim e o Sport Vale de Madeiros e Benfica tenham descido de Divisão, mas, às vezes e como disse há bocadinho, para o Sporting Clube de Santar, às vezes temos que dar um passo atrás para poder dar dois à frente. E esperemos que daqui a um ano tenhamos todos dar um passo à frente, que é um bom sinal para o Desporto do Concelho. Para já, Tenho dito. ----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Obrigado, Senhor Vice-Presidente. Senhora Vereadora Elsa Loureiro. -----

---- A Senhora Vereadora Elsa Loureiro: -----

---- - Obrigada, Senhora Presidente. Cumprimentar a Mesa. Boa tarde para o Público, Senhores Vereadores da Autarquia. Começo também por agradecer à Senhora Presidente por nos receber aqui em Santar. É uma grande alegria. Eu tenho aqui alguns assuntos. Nomeadamente, falar sobre o nosso Projeto, o Projeto Municipal das Aldeias Seguras. Nos dias 5 e 6 fizemos uma Ação de Sensibilização nas localidades destinadas no Projeto para o efeito, que foi Póvoa de Luzianes, São João do Monte e Póvoa de Cima. Entretanto, estas



Reunião de 13/05/2026

Ações têm sempre um objectivo que é informar e sensibilizar a População para a preservação e para a autoprotecção, face a riscos possíveis de incêndios rurais, dando a conhecer sempre os procedimentos de segurança e as medidas de recuperação e comportamentos a adotar, nestas situações de emergência. Dentro de breve também iremos marcar uma simulação, um simulacro, que faz parte destas Aldeias Seguras – Pessoas Seguras, deste Projeto, onde serão, então, realizados ensaios de confinamento, nos quais os Moradores serão dirigidos para Abrigos designados nestas Aldeias. Na Aldeia temos também nomeado um Oficial de Segurança, que é assim que é denominado de acordo com o Projeto, que é responsável pela articulação com as Forças de Segurança e pela orientação dos residentes durante as operações de evacuação. Este Oficial tem um papel crucial na garantia da segurança e na eficácia dos exercícios que decorrem na Aldeia, agora como sensibilização, mas depois, esperamos que não possa acontecer na realidade como situação de emergência. Ainda no âmbito da floresta, o Município tem também a decorrer a limpeza das faixas de combustível, que terminará na altura adequada para o efeito. Isto é, quando terminar para o corte e para a realização de ignição. Portanto, irá terminar nesta época também. Dizer ainda que decorreu no passado dia 8 de maio um Seminário sobre Saúde e Bem-Estar na Infância e na Adolescência. Temas que são bastante pertinentes na Sociedade que temos hoje em dia. Este evento foi constituído por dois painéis. Um sobre Saúde Mental e os comportamentos aditivos na Infância e na Adolescência, Momentos em crescimento e sinais precoces, como detectá-los? Foram abordados vários temas. Existiam várias pessoas convidadas, nomeadamente, na Área da Saúde. E, entre os quais também os Projetos do Município, Projetos do CLDS, do Radar Social, os Gabinetes de Psicologia dos Agrupamentos de Escolas, que também estiveram presentes. E, portanto, o objectivo é manifestar também, informar e ministrar preocupação com os comportamentos dos Jovens e tentar dar uma resposta integrada para colmatar estes mesmos procedimentos de risco que muitas vezes existem. Nós não nos apercebemos deles. E, depois damos conta que poderá ser tarde no sentido de alertar para estas situações. Foi realizado, então, este Seminário. Também, ontem, dia 12 de maio, tivemos o Edifício dos Paços do Concelho iluminado com luz roxa, que é o símbolo da Fibromialgia. Associado o Município trabalhou em colaboração com a Associação Portuguesa de Fibromialgia, que participou também e colaborou nesta Ação de Sensibilização. Dizer ainda que dia 16 de maio, sábado, temos mais uma Ação de Sensibilização sobre os Biorresíduos, que é feita também pelo Planalto Beirão, com o qual o Município também trabalha. Como sabem, os Biorresíduos fazem parte, 40% dos resíduos comuns. E diz respeito a tudo o que é vegetais, restos verdes, cascas de batata, que nós colocamos no caixote de lixo, mas que tem, efetivamente, valor. E, justamente, para valorizar estes Biorresíduos existe agora também a sensibilização para a separação, para a recolha e depois para o tratamento que é feito no Planalto Beirão. Já está a ocorrer no Município de Nelas com alguns Produtores, algumas pessoas, que adquiriram os contentores, quer domésticos, quer não-domésticos. E estamos a incentivar. Há mais procura e vamos distribuir mais contentores neste sentido também como Ação de Sensibilização para a recolha. E eu penso que tudo que eu tinha para dizer, esta tudo. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Muito bem. Senhor Vereador Ilídio Loureiro: -----

---- O Senhor Vereador Ilídio Loureiro: -----

---- - Boa tarde, Senhor Presidente, Boa tarde Senhoras Vereadoras, Boa tarde Senhores Vereadores, Senhores Funcionários do Município e Estimado Público. A limpeza dos caminhos florestais mantém-se em bom ritmo e mantém-se uma limpeza e manutenção dos caminhos florestais com prioridade e planeamento definido com a colaboração dos Bombeiros

Voluntários de Nelas e de Canos de Senhorim. Também com os Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia. Atualmente, andaram a limpar os caminhos de Nelas e de Canas de Senhorim. E agora vão passar para a União de Freguesias de Carvalhal Redondo e Aguieira. Em breve, vão dar início os trabalhos da segunda fase da candidatura dos incêndios de 2024, com outra frente de trabalho, a qual vai requalificar 68 kms² da Rede Viária Florestal nas Freguesias de Senhorim, Nelas, Canas de Senhorim e Lapa do Lobo, num montante aprovado de 66.359,00 euros nessa rubrica de Requalificação da Rede Viária. E não tenho mais nada. --

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Muito bem. Senhora Vereadora, Senhores Vereadores. Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas: -----

---- - Então, Senhor Presidente, no Período de Antes da Ordem do Dia, já tinha dito algumas coisas, mas nós trazíamos aqui algumas questões sobre aquilo que são alguns dos Avisos de candidatura, abertos no âmbito do Centro 2030 e, particularmente aqueles que estarão consensualizados no âmbito da CIM Viseu Dão Lafões e da ITI, da Intervenção Territorial Integrada. E, portanto, Senhor Presidente, as nossas questões colocam-se desta forma: Nós gostaríamos de saber quais as decisões de candidatura que o Município de Nelas tomou no âmbito da ITI, da CIM Viseu Dão Lafões e que estejam previstas e que nos capacite e que nos torne elegíveis, para nós podermos candidatar, particularmente, ao Aviso da Mobilidade Ativa Pedonal e Ciclável. O que é que está previsto em termos de vias pedonais e ciclovias que estejam projetadas para ser candidatas a este Aviso, que a CIM Viseu Dão Lafões têm cerca de 2 milhões de euros previstos para os 14 Municípios. Relativamente também ao Aviso sobre a possibilidade de se constituírem Corredores Verdes em contexto urbano. E, portanto, uma oportunidade de financiamento muito interessante para parques urbanos, para zonas de preservação da biodiversidade. Enfim, tudo aquilo que está descrito no aviso e que vemos que estaremos a falar de projetos, no mínimo, de 200 mil euros. O que é interessante para um Aviso, também ele bem dotado para a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões. Cerca de 5 milhões de euros. O que também destaco como interessante. Há um terceiro Aviso que também está aberto, este só até ao final de maio, para intervenções que, às vezes, podem não ser tão valorizadas, mas são muito importantes, os Balcões de Inclusão, Unidades Móveis em Territórios de Baixa Densidade. E não são Unidades Móveis de Saúde. Portanto, são intervenções que até as próprias Juntas de Freguesia podem ser entidades elegíveis para o efeito. Não sei se já foi manifestado por alguma intenção. Se existe alguma intenção do Município de Nelas de candidatar a algum Balcão de Inclusão, aproveitando este financiamento. E perguntar também, relativamente às estratégias dos PROVERES, que também estão com os Avisos abertos, o que é que o Município de Nelas, dentro destas Redes PROVERES, das quais faz parte, ou pode fazer parte, que tipo de prioridades, que tipo de estratégias, sobretudo, estão consensualizadas, ou estão, de alguma maneira, em construção para se candidatar e o Município de Nelas ser beneficiário dessas candidaturas no âmbito das Redes das Aldeias Históricas, ou do Programa de Valorização do Património Romano da Região Centro, ou do PROVER, Queijo do Centro de Portugal, ou do Prover Fileira dos Vinhos das Regiões Vitivinícolas da Região Centro, ou ainda, como é evidente, do PROVER para os Territórios Termais. Portanto, se o Senhor Presidente tiver informação oportuna, muito bem. Senão pode fazer-nos chegar da forma como entender. Mas gostaríamos de saber qual é que é a estratégia para estes Avisos que estão, neste momento, abertos. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Senhor Vereador Dr. Manuel Marques. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Uma pergunta apenas e uma recomendação. A pergunta que eu faço também, relativamente a Santar, é: Como é que está? Já foi assinado o Contrato com as Entidades Oficiais sobre o Sintético de Santar? E como é que está a decorrer o Processo, porque nós nunca mais tivemos conhecimento sobre isso? Outra questão, de facto, é de louvar e é salutar, todos aqueles Dirigentes Associativos que promovem a Cultura, o Desporto, no Concelho, no País. E, de facto, comungo, exatamente, parabeno também todos aqueles nomes que o



Reunião de 13/05/2026

Senhor Vice-Presidente da Câmara elencou, o Cristiano, o Nelson, o Guilherme Leal, todos aqueles. Mas há uma coisa que me preocupa bastante, que é um nome também com Pergaminhos na História do Futebol: É ao ponto a que chegou o Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim. De facto, vi uma Assembleia Geral com três pessoas lá. Eu não estou a dizer para o Senhor Presidente da Câmara, ou os Senhores Vereadores, mas embora isso tivesse acontecido, assumam a liderança do Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim. Não é isso que eu estou aqui a dizer. Eu já o fiz quando fui Assessor do Senhor Dr. José Correia, Deus o lá tenha em descanso, fui Presidente do Sport Lisboa e Nelas. O Senhor Rui Neves foi Presidente do Sport Lisboa e Nelas quando ninguém quis pegar na miséria em que o Sport Lisboa e Nelas estava. E era Vereador. Por isso, Senhor Vice-Presidente da Câmara, eu sei que o Desporto está-lhe adstrito a si. Uma tarefa que lhe está incumbida pelo Senhor Presidente da Câmara. Não, um Pelouro. Outra questão seria diferente se fosse um Pelouro. Mas pedia-lhe, permita-me aplicar aqui um termo jurídico que muito, habitualmente, se usa, a sua douda intervenção no GDR de Canas de Senhorim. Porque o GDR é, foi e, na minha modesta opinião, tem, que ser um Clube representativo no Concelho de Nelas. E não podemos permitir que esteja na desgraça em que está. E vê-se, é notório, desceu de Divisão. As pessoas não têm condições para gerir aquele Clube. E era importante que o Município, que tanto apregoeou e acho bem e que tanto forneceu e acho bem, dê também a mão na ajuda ao GDR de Canas de Senhorim. É uma recomendação. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Muito bem. No que concerne ao investimento em relação ao que disse a Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas, sobre a ITI, da Intervenção Territorial Integrada, tem, já falámos sobre isso. Até já foram elencados os que estão elencados. Mas só dizer-lhe duas ideias que me parecem importantes: A primeira é que as áreas foram definidas à partida. Portanto, como foram os Municípios e a CIM, escolheram a intervenção. Não escolheram a intervenção para uma área qualquer. Mas a intervenção já veio negociada com a União Europeia. Vou-lhe dar um caso, por exemplo, que é, na verba a atribuir pelos territórios. Não há um apoio, por exemplo, para as Acessibilidades, para a Requalificação das Redes Viárias. E foi pedido por todos. Mas na negociação com a União Europeia neste pacote de Fundos não foi contemplado. Assim como outros também não foram. Portanto, quando abre o Aviso, os avisos é o que depois cada Concelho, é obrigatório, como sabe, o aviso ser lançado. Mas depois, os Municípios, se têm já investido, os investimentos já estão a montante, já definidos.

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas: -----

---- - Eu sei como são, como funciona. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Sim, sim. Pronto. O que é dizer que a única possibilidade que há, em alguns dos investimentos, é o que remanesce desse aspecto. Sendo certo que já falámos aqui, no que concerne ao PT 2030, há, neste momento, muitas das candidaturas que estão a submeter com os elementos que estão, para ter uma discussão também mais profunda. Sobre os Projetos que falou, em particular, na Mobilidade Pedonal e Ciclável há muito pouca coisa que a CIM tem, em termos de estratégia global, para candidatar, é a parte ciclável de fechar o anel que está da linha descontinuada, que ligava Viseu, Sever do Vouga, Alto Mondego, que está em Santa Comba Dão, a passar em Carregal do Sal. A ideia é ligar os Concelhos todos da CIM. E há uma candidatura que já está formalizada pela CIM. E o investimento vai ser feito nesse sentido. Na Mobilidade Pedonal foi feito um Protocolo, que é o do Parque Fluvial das Caldas da Felgueira, com a Agência Portuguesa do Ambiente, de 200 mil euros. E há o compromisso que vai ser, brevemente, assumido, da segunda fase, que ligará o que é a ligação entre a

denominada Praia Fluvial, como nós a conhecemos, não há lá nada, mas, nós a conhecemos, até à Ponte de Seia. Também no que é a questão associada à Barragem de Girabolhos foi falado na possibilidade de haver a extensão, estamos a falar, grosso modo, agora em termos de Ecoturismo e Turismo de Natureza, para já, não Urbano. Da ligação também, depois, aos territórios, em termos dessa Mobilidade Pedonal e Ciclável também. Resumidamente O que existe é, em termos de Projeto de CIM. Existe, em termos de Município, acordos e financiamentos que foram feitos através do Fundo Ambiental, quer no que concerne na primeira parte da Praia Fluvial, quer no que concerne à segunda fase, que vai ser exarado o Protocolo. E, portanto, é nesse sentido que fizemos essa candidatura, ou a abordagem nesta área, em particular. No PROVERE a aceção é muito semelhante ao que é um financiamento, que também está argumentado no conjunto dos Municípios todos. Nós manifestámos também o interesse nisso na Sede da CIM. E é em Sede da CIM que muita da concretização dos projetos estão a ser desenvolvidas, quer na Fileira do Vinho e da Vinha, quer na Fileira do Queijo Serra da Estrela, quer na Fileira do Termalismo, em particular. Serão Projetos que, de alguma forma, serão, além de âmbito municipal, terão outra flexibilidade na extensão da CIM Viseu Dão Lafões. Há muitos Avisos em aberto. Os Corredores Verdes: A dotação é feita, grande parte, incluindo, apesar de ser do ITI, no âmbito do PT 2030, vem do Fundo Ambiental, nós temos também candidaturas feitas no Fundo Ambiental noutra aceção, em particular, nos Parques Fluviais. No que concerne aos Balcões de Inclusão é nossa intenção, eventualmente, fazemos a candidatura. Se e o se tem a ver com a questão da disponibilidade depois em termos de Autarquia poder-se candidatar, o Município, porque nós não definimos esta área no financiamento do Município. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas: -----

---- - Nem tem que definir. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Sim, sim. Eu sei que não tem. Mas por exemplo, nós, para definirmos na ITI. Diga.-----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas: -----

---- - Mas, basicamente, desculpe interrompê-lo. Mas o que eu posso retirar é que, destas quatro questões específicas, neste momento, o Município de Nelas não tem planeado nenhum Projeto para concorrer a nenhuma delas. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Na PROVERE, sim. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas: -----

---- - Em qual? -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Na parte do Termalismo. E já está. E está a ser feito. O Projeto está instituído. O Município fez a manifestação de interesse e está a ser construído o Projeto a nível regional, como sabe. E o Município de Nelas faz parte desse Projeto e dessa candidatura. Esse financiamento está feito e fazemos parte integrante, no Termalismo. Independentemente disso, há Projetos na própria CIM, macro, na Fileira do Queijo da Serra e do Vinho. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas: -----

---- - Mas relativamente aos Percursos Pedonais, Cicláveis, ou Corredores Verdes, não têm nada previsto, porque uma coisa é haver outras candidaturas no âmbito do Fundo Ambiental, ou de Acordos-Quadro. Neste caso concreto, o Município de Nelas não vai apresentar nenhuma candidatura até 30 de setembro, que é o período em que está aberto. E, relativamente aos Balcões de Inclusão, uma vez que a candidatura termina a 29 de maio, disse que está a pensar apresentar uma candidatura. Mas para alguma Freguesia, já está decidido qual é o Balcão de Inclusão que vão candidatar? Para que Freguesia? -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Nós temos que falar primeiro em termos dessa candidatura. Quando tivermos novidades, falaremos. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Ó Senhor Dr., nós não podemos admitir, nós não podemos admitir que não haja candidaturas. Eu, pessoalmente, fui coagido pelo Senhor Presidente da Câmara, de uma forma



Reunião de 13/05/2026

escrita, na Internet, de todas as formas possíveis e imaginárias. Sim, sim, sim. Que coagiu os Senhores Vereadores da Oposição que eles iam nomear os Vereadores que nomearam, os Assessores que quiseram nomear, porque havia projetos fundamentais para se candidatarem. Ora, não cabe na cabeça de ninguém, nem é imaginário sequer, que se ficasse um Projeto por se candidatar, Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Senhor Vereador, sabe quantos projetos estão? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Não sei, nem quero saber. O Senhor tem que os apresentar depois. Pronto, eu leio o Relatório. Agora, o Senhor disse isto, escreveu isto. O seu Partido escreveu isto. E não posso agora conceber, não posso agora conceber que os Senhores deixem passar candidaturas de projetos, não sei porquê. Porque tem a parte humana que o Senhor exigiu e que o Senhor pretendeu. Ponto. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Senhor Vereador, deixe que eu diga uma coisa. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - O que o Senhor quiser. Tudo o que o Senhor quiser. Tudo o que o Senhor quiser. O Senhor é que dirige as reuniões. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Pronto, candidaturas, há várias em várias áreas. Neste momento, se você pesquisar na Internet, basta ir ao Google, há centenas, pelo menos duas centenas de possibilidades que existem. Portanto, temos de definir o que é feito. Umas têm uma participação diferenciada. A maior parte tem uma participação em 85%. Não podem ser feitas todas. São feitas algumas. A prioridade está feita, está definida. Pronto. E é isso que eu lhe posso dizer. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Era o que faltava. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Como é óbvio. Agora, olhe o seguinte: Em termos de gestão, eu espero deixar a gestão mais equilibrada quando eu sair da Câmara, do que aquela que eu encontrei e que foi no passado. E para isso é preciso. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Não se esqueça de dizer que o PSD não era maioritário no Executivo, porque a gestão do PSD é que é a boa. É que o Senhor Presidente da Câmara tem a mania, desculpe o termo, de atirar isto ao Manuel Marques. O Senhor era o Presidente do PSD. O Governador Financeiro era do PSD. Era tudo do PSD, na má gestão da Câmara Municipal, nos mandatos de 2005 a 2013, tudo que foi mau foi o Marques, tudo o que é bom foi a Isaura. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Então, deixe ver se eu percebo. A obra é sua. A carinha. O osso é meu- -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Não, a obra, é tudo meu. Não, não. O Senhor atira tudo que é de mau para mim. O que é bom é do PSD. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Não, olhe que não, olhe que não, olhe que não. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Onde é que o Senhor andava nessa altura quando foi preciso defender o Concelho, o Tribunal, as Juntas de Freguesias? Olhe, a desgraça que isto foi. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Está enganado. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - Está enganado o quê? -----
---- O Senhor Presidente: -----
---- - Senhor Vereador, Senhor Vereador: Então, você é que começou a reunião a dizer. Eu tomei uma posição política. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - Que posição política é que você tomou? -----
---- O Senhor Presidente: -----
---- - Tomei uma posição política. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - Olhe, eu nunca o vi nas manifestações em Lisboa. -----
---- O Senhor Presidente: -----
---- - Está enganado, está enganado. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - Ó, mas está enganado o quê? Só se fosse um sócia seu. Quando é mau foi o Marques, no Executivo da Isaura. Quando é bom, foi o PSD. Não, não. -----
---- O Senhor Presidente: -----
---- - Você é que, geralmente, nas suas publicações é que faz esse dualismo, de quem fez. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - Dos Trabalhadores da Câmara. -----
---- O Senhor Presidente: -----
---- - Sabe que para fazer alguma coisa é preciso dinheiro. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - Ainda agora me disseram, ainda agora me disseram que a Casa de Senas é minha. Não, a Casa de Senas não é minha. E há testemunhas que ouviram isso. A Casa de Senas é do Município e é dos Trabalhadores do Município. Foram eles que a fizeram. Mas que obra é que o Senhor fez? Mas que obra é que o Senhor fez? -----
---- O Senhor Presidente: -----
---- - Nenhuma. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - Dos Trabalhadores da Câmara? Diga-me lá uma. Diga-me lá uma, que é para eu me calar. -----
---- O Senhor Presidente: -----
---- - Nenhuma, Senhor Vereador. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - Miseravelmente, deixou o Estádio Municipal de Nelas deixou cair no abandono. -----
---- O Senhor Presidente: -----
---- - Nenhuma. Nenhuma. Isso, Senhor Vereador. Olhe, mas não houve nenhum, até agora não houve assistência financeira à Câmara. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - Foi o PSD também, não foi só o Manuel Marques. -----
---- O Senhor Presidente: -----
---- - Mas eu não estou a dizer o contrário. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - À, mas assumo isso. Assumo isso. Foi o PSD também. A assistência financeira não foi só do Manuel Marques, Senhor Presidente. Foi o PSD que voltou ao Poder em 2005. Que voltou ao Poder em 2005. Vocês andaram 20 anos, ou 30 anos a marcar o passo, sem se unirem a nós. E desta vez, olhe, não perderam porque, porque, porque. À, não foi isso. Foi Tribunal Constitucional. E o PSD tomou uma posição na Assembleia Municipal. Percebem? Senão, nem a Presidência da Assembleia Municipal era vossa. Mas pronto. -----
---- O Senhor Presidente: -----
---- - Senhora Vereadora, no que concerne às questões que colocou. -----



Reunião de 13/05/2026

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas: -----
 ---- - Eu estou esclarecida. -----
 ---- O Senhor Presidente: -----
 ---- - Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, no que concerne aos sintéticos, o Senhor Vice-Presidente faz questão de fazer a intervenção. Para mim, está explicado. Embora, que no que concerne à questão do relvado sintético, dizer, duas coisas que me parecem importantes. -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
 ---- - Só perguntei se já estava assinado o contrato. Foi o que eu perguntei. -----
 ---- O Senhor Presidente: -----
 ---- - Estou-lhe a dizer que sim. -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
 ---- - Pronto. Se está assinado, pronto. -----
 ---- O Senhor Presidente: -----
 ---- - Foi aceite a candidatura. -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
 ---- - Aceite é uma coisa. Assinado, formalmente, é outra coisa. A pergunt que eu lhe faço é a formalidade da assinatura do protocolo do contrato. -----
 ---- O Senhor Presidente: -----
 ---- - Eu sei o que é isso. Isto não é uma questão jurídica. Eu também sei o que é isso. Estava-lhe a dizer que é assim: As candidaturas são apresentadas. E são aprovadas, ou não são aprovadas. Primeiro passo. Foi aprovada. E agora segue-se a assinatura do Protocolo. Foi aprovado. Da mesma forma que foi formalizado, com o apoio da Autarquia, deste e de outros Clubes, uma outra candidatura recente, espere, que é o COP, o Comité Olímpico Português, com uma comparticipação financeira até 50 mil euros. E o que está no espírito da candidatura era os Concelhos serem, os de baixa densidade, serem aprovados, serem, preferencialmente, contemplados. E o que podia haver, todos os Clubes e Associações Desportivas foram convidadas para apresentar os Projetos, com o apoio da Autarquia, com a explanação do Senhor Secretário de Estado do Desporto. E só uma Coletividade é que concorreu para essa candidatura. Eu não lhe vou dizer o que me parece óbvio, porque a decisão não é minha. Mas o objetivo era, pelo menos, os territórios de baixa densidade serem contemplados com a aprovação de uma candidatura. Se só houve uma candidatura, em princípio, será essa. E a única candidatura que houve ao COP foi o Sporting Clube de Santar. Portanto, é expectável também que seja contemplado, quer com a candidatura que já está aprovada no âmbito dos equipamentos desportivos da CCDRC, quer do COP. -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
 ---- - Podemos aqui garantir que na próxima Época Desportiva, o Sporting Clube de Santar vai jogar no seu Estádio, é isso? -----
 ---- O Senhor Presidente: -----
 ---- - Eu espero bem que que sim. -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
 ---- - Mas espera, ou dá a certeza? -----
 ---- O Senhor Presidente: -----
 ---- - Não dou a certeza porque não posso dar a certeza. Olhe, ó Senhor Vereador, seria, eventualmente, desonesto da minha parte, dizer o contrário. Já o disse a quem de direito. Eu prefiro começarmos a Época Desportiva e estamos a trabalhar nesse sentido, do que dizer agora uma coisa e depois, eventualmente, não se concretizar e demorar um bocadinho mais. --
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Espero que depois seja compensado, financeiramente. -----
---- O Senhor Presidente: -----
---- - Ó Senhor Vereador, cá estaremos. No que concerne ao Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim, subscrevo a mesma ideia na parte política e na parte dirigente. Tem que haver apoio, mas tem que haver autonomia das próprias Coletividades, Coletividades públicas. E, naturalmente, que fazem o que têm de fazer. O apoio ao Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim nunca foi regateado. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - Sabe quem foi o Presidente do ABC de Nelas, assim, enquanto Vereador? -----
---- O Senhor Presidente: -----
---- - Eu não fui. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - Sabe quem foi? -----
---- O Senhor Presidente: -----
---- - Eu não fui. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - Pronto, só lhe estou a fazer uma pergunta. Se quer responder, responda. Se não quer responder, não responda. Pronto. -----
---- O Senhor Presidente: -----
---- - Sei. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - Então, não funciona muito bem aqui. Para uns, pode ser. Para uns pode-se imiscuir, para outros não se pode imiscuir. É isso que eu depreendo. Pronto. É a minha conclusão. -----
---- O Senhor Presidente: -----
---- - Senhor Vice-Presidente: -----
---- O Senhor Vice-Presidente: -----
---- - Bem, em relação ao Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim, estava aqui e estava-me a lembrar de uma pessoa que, se calhar, esta Bancada toda, inclusive aqueles Senhores, o Senhor Carlos, Senhor Presidente, conhecem e conhecem muito bem. Não tem nada a ver, mas tem a ver para aquilo que eu vou dizer: Faz hoje anos uma pessoa que, infelizmente, já não está entre nós, que é desta terra, que é o Paulo Deus. E o Paulo Deus, há uns anos atrás, pegou no Sporting Clube Santar de rastos. E eu nunca me esqueço as palavras dele. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - Eu peguei no Sport Lisboa e Nelas de rastos e nesse ano subiu. -----
---- O Senhor Vice-Presidente: -----
---- - E nunca me esquece as palavras dele, que ele era meu Colega de trabalho e ele dizia isto muita vez: Às vezes, temos que dar um passo atrás para poder dar dois à frente. E o Sporting Clube de Santar deu uns passos atrás, há uns anos atrás, com o Paulo Deus e hoje está um passo à frente, ou dois, ou três, ou quatro passos à frente. Mas, não, não. Estou a falar nele. Era a pessoa que conhecia. Acredito. Acredito. Acredito. Mas, na altura, mera o Paulo. Claro que sim, claro que sim. Ele era o Tesoureiro. Isto para enquadrar no que eu vou dizer agora. O Mauro e eu não conheci o Mauro, do Sporting Clube de Santar, nessa altura, a não ser a parte que ele me contava. Mas conheço o Mauro do Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim, como a maior parte das pessoas que aqui estão, conhece. O Mauro do Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim são os erros do passado. E os erros do passado é a má gestão, até do Município, porque eram preciso cinco, davam dez. E o dinheiro desaparecia. E a coisa não era feita. Sabem porque é que o Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim não se candidatou a um sintético, também porque como o Sporting Clube de Santar? Não, não, não. As dívidas, nós contornávamos. Nós, Município. Até conseguíamos ajudar porque conseguimos falar com os Credores. E tínhamos o aval dos Credores para poder concorrer ao Sintético, que era uma mais-valia até para quem era Credor. Mas nós não podemos concorrer a um Sintético, nós, neste caso, a Direção do Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim porque o campo do Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim



Reunião de 13/05/2026

do Canas de Senhorinho não existe. Nem o relvado, nem o pelado. O campo relvado do Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim é constituído por videiras e pessegueiros. O campo pelado é constituído por macieiras e oliveiras. Não existe. Nada está legal. É um trabalho que vem. E por isso que eu digo que são os erros do passado. E a fatura pagou-se caro. E está-se a pagar caro. E esta Direção que lá está e no meu ver, bem, não quis arriscar em endividar-se ainda mais. Fez uma Época à medida que pôde. Desceu de Divisão. E eu, se fosse Presidente, vou dizer isto e vai ficar registado, mas paciência, se eu fosse Presidente do Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim, nem Sócios tinha tido este ano. O Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim tem 100 miúdos em que não lhes falta nada, que eu sei. Não lhes falta nada. Têm as continhas deles agora em dia. Estão a pagar as dívidas em atraso. E por isso é que eu digo que vêm os erros do passado. Estão a pagar as continhas deles. Têm tudo certinho. O Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim vai daqui a algum tempo, espero que em curto tempo, espero que em curto espaço de tempo, tirar o pescoço para, ou melhor, tirar a cabeça debaixo da areia. Espero, espero eu também que sim. E esta Direção está a fazer esse trabalho. Vai haver agora eleições. Não sei como é que vai ficar. Mas, para lhe dizer que a situação com o Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim chegou, é um abrutar de erros do passado. Não quer dizer que no presente e em qualquer Clube e em qualquer Associação faz-se erros, comete-se erros, como é lógico. Mas ali foram erros, uns atrás dos outros. E não vale a pena estar aqui a falar quais são porque todos nós sabemos o que é que se passou e o Senhor Dr. também sabe bem o que é que se passou lá. E não se pode. É impossível haver saúde numa casa em que, como se costuma dizer aquele ditado: Todos ralham e ninguém tem razão. E o Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim, mas deixar, deixar e acredito que no passado também, eu só posso dizer, só posso falar destes meses que estou, o Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim tem contacto direto, seja comigo, seja com o Senhor Presidente, seja com qualquer um dos Senhores Vereadores, tem contacto direto, assim como os outros Clubes. E temos ajudado muito. E eles sabem disso. E eu sei, infelizmente, não pude ir a esta última Assembleia, mas houve uma pergunta direta de alguém da Assembleia: Qual era a relação que tinham com o Município? E eu também sei qual foi a resposta do Senhor Presidente do Clube. E, isso, não vou transmiti-la aqui porque também não estava lá. Mas, só para lhe responder que nós estivemos sempre dentro do assunto. E a decisão, claro que eles não queriam descer de Divisão. Mas não quiseram manter-se. E quando eu digo: Não quiseram. Não quiseram fazer um investimento porque há coisas prioritárias. E a prioridade deles foi manter os miúdos e não faltar nada aos miúdos. E não faltar nada. E pagarem as dívidas que têm. E acho que não vou entender, muito bem. -----

---- O Senhor Presidente: -----
 ---- - Muito bem. Obrigado, Senhor Vice-Presidente. Então, acho que podemos dar por concluído o Período de Antes da Ordem do Dia. Avançaríamos, então, para o Período da Ordem do Dia. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – ÓRGÃOS DA AUTARQUIA

1.1.DISSCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2026

---- Presente a ata da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 11 de março de 2026. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Temos aí quatro atas. E, desta feita, portanto, com a aprovação destas atas, se assim for o entendimento, ficarão as atas todas com o seu Cronograma em dia porque é desde o mês de março, 11 e 25 e de abril, 9 e 24. Dizer ainda duas questões, só muito rápidas, sobre essa questão: Portanto, com isto resolvido. Então, antes de pôr, naturalmente, à votação e poria as quatro, pergunto se há algum contributo, alguma correção, alguma sugestão das atas? Posso colocar à votação? Portanto, o ponto 1.1 e o ponto 1.2, com a abstenção da Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas, no decorrer do requerimento que fez e que apresentou. E, portanto: Quem vota contra? Quem se abstém? Uma abstenção da Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas. Portanto, aprovados, por maioria, com seis votos a favor e uma abstenção. Ponho à votação os pontos 1.3 e 1.4: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovados, por unanimidade. Portanto, aprovados por unanimidade, os pontos 1.3 e 1.4. E os pontos 1.1 e 1.2, aprovados, por maioria, com seis votos favoráveis e uma abstenção pelas razões aduzidas pela Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria, com seis votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores Nuno Daniel Silva Pereira, Dr. Diogo Manuel Andrade de Figueiredo, Dr.^a Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues, Ilídio José Morais Loureiro e Dr. Manuel da Conceição Marques e uma abstenção da Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas Marques, aprovar a ata da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 11 de março de 2026. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas Marques absteve-se em virtude de não ter estado presente na reunião a que a ata se refere, por motivos de saúde. -----

1.2. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2026

---- Presente a ata da reunião ordinária pública da Câmara Municipal, realizada em 25 de março de 2026. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria, com seis votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores Nuno Daniel Silva Pereira, Dr. Diogo Manuel Andrade de Figueiredo, Dr.^a Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues, Ilídio José Morais Loureiro e Dr. Manuel da Conceição Marques e uma abstenção da Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas Marques, aprovar a ata da reunião ordinária pública da Câmara Municipal, realizada em 25 de março de 2026. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas Marques absteve-se em virtude de não ter estado presente na reunião a que a ata se refere, por motivos de saúde. -----

1.3. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2026

---- Presente a ata da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 09 de abril de 2026. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 09 de abril de 2026. -----

1.4. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2026

---- Presente a ata da reunião ordinária pública da Câmara Municipal, realizada em 24 de abril de 2026. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião ordinária pública da Câmara Municipal, realizada em 24 de abril de 2026. -----

2 - DIVERSOS



Reunião de 13/05/2026

2.1.REGULAMENTO DE INCENTIVO À NATALIDADE. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVO – PROCESSO N.º 2026/650.10.301/21, DATADO DE 15/04/2026 - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO COM REDUÇÃO DE 10% - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente o Processo n.º 2026/650.10.301/21, datado de 15/04/2026, dos Serviços de Intervenção Social, desta Câmara Municipal, referente à atribuição do incentivo à natalidade pelo nascimento de uma criança em março de 2026. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Com o requerente que os Senhores Vereadores têm no documento que receberam, com a redução de 10%, que tem a ver com o Regulamento no que está estipulado. E, portanto, é nesse sentido que os Serviços propõem que seja feito, depois da devida análise e enquadramento, essa votação. Não sei se alguém se quer pronunciar, ou se posso colocar a votação? Colocando a votação: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado, por unanimidade. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido do incentivo à natalidade pelo nascimento de uma criança em março de 2026, nos termos e de acordo com o Processo n.º 2026/650.10.301/21, datado de 15/04/2026, dos Serviços de Intervenção Social, desta Câmara Municipal, com redução de 10%, em virtude da criança ter sido registada fora do Concelho. --

2.2.PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE NELAS E A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CANAS DE SENHORIM, PARA AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA DE COMBATE A INCÊNDIOS – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente uma proposta de Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município de Nelas e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim, para aquisição de uma viatura de combate a incêndios, que a seguir se transcreve: -----

---- “PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO -----

---- Entre: -----

---- 1.º “MUNICÍPIO DE NELAS”, com sede no Largo do Município, 3520-001 Nelas, titular do NIPC 506 834 166, representado, nos termos legais, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Joaquim Augusto Alves de Amaral, como Primeiro Outorgante e adiante designado “Município”/”Câmara Municipal” e -----

---- 2.º “ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CANAS DE SENHORIM”, com sede no Largo do Cruzeiro, n.º 1, 3525-013 Canas de Senhorim, titular do NIPC 501 138 358, representada, nos termos legais, pelo Senhor Presidente da Direção, António Dias, e pelo Senhor Comandante, representante do Corpo de Bombeiros, André Filipe, como Segunda Outorgante e adiante designada “AHBVCS”/”Associação”. -----

---- Considerando: -----

---- I- Que a Associação, no âmbito dos fins que prossegue, coopera ativamente na Proteção Civil e presta os mais variados serviços de cariz social às populações abrangidas pelas suas áreas de atuação e a sua mera existência constitui um fator de segurança para as mesmas; -----

---- II- Que este tipo de associações vive do voluntariado e da boa vontade de todos aqueles a quem servem, logo, com enormes dificuldades financeiras para cumprir o seu desiderato; -----

---- III-Que nos termos do disposto na alínea j) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, diploma que aprovou a Lei de Bases da Proteção Civil, constituem atribuições dos municípios atuar, nos interesses próprios das populações, no domínio da Proteção Civil; -----

---- IV- Que nos termos da alínea o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito de apoio a atividades de interesse municipal, “deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes (...)” e “apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças”; -----

---- V- Que o parque de viaturas de combate a incêndios florestais da Associação é muito antigo, sendo essencial a aquisição de veículos novos; -----

---- VI- Que se justifica, face à insuficiência de recursos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim, o apoio financeiro a atribuir. -----
É estabelecido o presente Protocolo nos termos dos considerandos supra, do disposto nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e, ainda, das cláusulas seguintes: -----

---- Cláusula 1ª – Objeto -----

---- O presente protocolo tem por objeto a concessão de um apoio financeiro a prestar pelo Município à Associação, para aquisição de uma viatura de combate a incêndios. -----

---- Cláusula 2.ª - Formas de apoio -----

---- 1- O Município compromete-se a prestar apoio financeiro à “AHBVCS” no montante total de 75.000,00€ (setenta e cinco mil euros) para aquisição de uma viatura de combate a incêndios. -----

---- 2- O pagamento do apoio previsto no número anterior será efetuado, por transferência bancária, no dia da assinatura do presente protocolo, a realizar no dia 24 de maio de 2026. ----

---- Cláusula 3.ª - Colaboração entre as partes. -----

---- 1- A “AHBVCS” compromete-se a assegurar uma estreita colaboração com o “Município”, no âmbito das suas atribuições, finalidades, eventos e responsabilidades, com vista ao mais correto acompanhamento e execução da atividade de ambas as partes e do presente protocolo e, em especial, a assegurar princípios de boa gestão financeira na aplicação das verbas atribuídas, tendo em conta o custo/benefício relativo à aquisição da viatura de combate a incêndios. -----

---- 2- Até 60 dias após o pagamento do apoio previsto no n.º 1 da cláusula 2.ª, a Associação deverá entregar ao Município documento comprovativo da aquisição da viatura. -----

---- Cláusula 4.ª - Resolução pelas Partes Outorgantes -----

---- Sem prejuízo dos fundamentos gerais da resolução, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes. -----

---- Cláusula 5.ª - Acompanhamento e controlo do protocolo -----

---- O acompanhamento e controlo do presente protocolo são feitos pelo Município, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução. -----

---- Cláusula 6.ª - Revisão do protocolo -----

---- Qualquer alteração ou adaptação ao presente protocolo carece de prévio acordo de ambas as partes, a prestar por escrito. -----

---- Cláusula 7.ª – Vigência -----

---- O presente protocolo vigora desde a data da sua assinatura até ao cumprimento do previsto no n.º 2 da cláusula 3.ª. -----

---- Pelos Outorgantes foi declarado que aceitam o presente protocolo com todas as suas condições, de que tomaram inteiro e perfeito conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam nos termos nele expressos e nos demais impostos pela Lei. -----

---- E por estarem de acordo vão assinar as partes em dois exemplares.” -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Tem a ver com o apoio que já vamos falar sobre isso para a aquisição. Sendo certo que no que concerne a esta matéria, nós sabemos, já falámos aqui várias vezes que uma viatura de combate a fogos tem uma expressividade e um orçamento muito considerável. E, portanto, como nós tínhamos falado na altura até para consignar em termos de ITI, era no sentido de consignar um apoio para a aquisição. Na altura foram feitas reuniões para o efeito e tinha-se



Reunião de 13/05/2026

ponderado a possibilidade e havia algum entendimento nessa matéria do que pudesse ser feito o que costuma ser feito pelos nossos Bombeiros que têm a ver, os nossos e não falo só dos nossos, do Concelho, dos Bombeiros nacionais, que é a aquisição de viaturas em bom estado e com, não novas, naturalmente, com uso. E, portanto, foi o valor, na altura, que se tinha falado como feito dessa, ou que podia ser adquirido dessa maneira. Dito isto, falou-se na possibilidade de ser integrado em termos de ITI. Em termos de ITI, na reformulação, não foi aceite, como não foi para nós, como não foi certo para ninguém. E, de qualquer maneira, nós, como, em vez de ser de ITI e de Fundos Estruturais, vai do Orçamento Municipal. Dizer-vos ainda, também conforme tínhamos aqui falado em termos complementares, do que foi a definição através da CIM. Os equipamentos já vieram para a CIM. Estão sob a orientação do Senhor Comandante Sub-Regional, a motoniveladora, a motoniveladora não, peço desculpa, a máquina de rastros, os tractores e todo o equipamento que foi adquirido para a ajuda de prevenção e de combate, vai ser amanhã, não, desculpem, na sexta-feira, em reunião de CIM, apresentado o Cronograma e a estratégia definida pelo Comando Sub-Regional para a intervenção da maquinaria por todos os Concelhos que, também, naturalmente, estarão interessados em que seja o mais breve possível. Também vai a reunião da CIM uma solicitação da Câmara de Nelas e de outras também, que tem a ver com uma dotação para EPI,s. E a proposta que está, não está votada, é só uma proposta. Mas dar conhecimento porque ela também já chegou ao nosso conhecimento para a reunião. E para se ficar com uma ideia, em termos de EPI,s, o objectivo é dotar este ano e no próximo ano, os Corpos de Bombeiros com EPI,s. E eu vou-vos dizer depois o que é que está aqui consignado: Os Senhores Presidentes consideram interessantes os equipamentos e que eles são, adequadamente, comprados. E eu vou dizer o que está cá elencado. Podem, eventualmente, ser outros: Capacetes com óculos de proteção; botas; luvas, fatos de proteção florestal, calças, fatos de proteção floresta, dolmens, camisolas, cogula, máscara de proteção florestal. O objectivo é que há um investimento de 1.200.000,00 euros, sensivelmente. O número de Operacionais estimados são 1403 Operacionais. E, portanto, haverá a ideia de fazer o procedimento para ter este ano 50% da pujança. E no próximo ano, 50% também. Portanto, é dar nota que nós tínhamos dado, que tenha a ver com o que era a estratégia da CIM, em termos de equipamento de intervenção do Comando Sub-Regional para a intervenção na CIM Viseu Dão Lafões. A questão que nós tínhamos também deixado em cima da Mesa, que se concretizou, na questão dos EPI,s, também foi falado pelas Corporações de Bombeiros do Concelho e não só. Também, naturalmente, por toda a CIM. E complementando com o apoio do Município, que é o seu Orçamento Municipal, na dotação de 75 mil euros para cada uma das Corporações. O objetivo é disponibilizar o Protocolo que, como vêm aí, tem uma vertente que antecipa a disponibilidade financeira, porque o que interessa nos Bombeiros, para concretizar a aquisição, é ter a disponibilidade financeira para o adquirirem. E, portanto, geralmente, no Protocolo, o que fazem é: As entidades compram e depois apresentam a faturação. Aqui, naturalmente, os Bombeiros não teriam essa disponibilidade financeira. E, portanto, é antecipado isso. E os Bombeiros depois têm 60 dias, depois de adquirirem a viatura, para apresentar o comprovativo do custo da viatura que adquiriram. Sendo opção de uma, ou de outra Corporação, o tipo de viatura que julguem por bem adquirir no âmbito do combate aos fogos florestais. Portanto, é este enquadramento. O Protocolo está aí. Senhores Vereadores, sintam-se confortáveis. Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, Senhor Vereador Dr. Diogo Figueiredo. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Como o Senhor Presidente da Câmara já explicou numa anterior reunião de Câmara, este

Protocolo não vai colidir com o habitual subsídio anual. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Não, não, não. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - O resto. Sim, sim, sim. É isso que eu queria saber. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - O outro há-de vir e é empurrado, como nós falámos, lá para mais do final do ano. Senhor Vereador Dr. Diogo Figueiredo. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Diogo Figueiredo: -----

---- - Começo por cumprimentar a Mesa, o Senhor Presidente, o Senhor Vice-Presidente, as Senhoras Vereadores, os Senhores Vereadores, o Distinto Público e os Senhores Colaboradores da Autarquia. O Senhor Presidente já começou até por recordar que há algumas questões que fomos abordando noutras reuniões. Tenho aqui uma outra nota relativamente até a datas. E, por exemplo, numa reunião em dezembro, o Senhor Presidente referiu que existia a possibilidade de apresentação de candidaturas em articulação entre os Corpos de Bombeiros e a Autarquia, sendo, igualmente, afirmado que o Município assumiria a parte que não era comparticipada nessas mesmas candidaturas. Depois, na reunião de 11 de fevereiro, voltámos a falar no assunto, tendo sido referido o montante global de 180 mil euros para os dois Corpos de Bombeiros de Canas de Senhorim e de Nelas. E, segundo foi dito, também houve um consenso entre o Município, as Direcções e os Comandos de cada Corpo de Bombeiros para a aquisição de viaturas de combate a incêndios, sendo essa a prioridade. E também, nessa mesma reunião, o Senhor Presidente explicou que, no âmbito da CIM e da reprogramação do ITI, poderiam existir candidaturas com comparticipação de 85%, ficando os restantes 15% a cargo das Entidades beneficiárias. Sendo, então, referido que o Município entraria na componente da comparticipação pública e que as Associações assumiriam os 15%. Chegados ao dia de hoje e aquilo que temos nestes Protocolos é um apoio de 75 mil euros para cada Associação. Sabemos que a necessidade identificada e a ambição das duas Associações Humanitárias, apontavam para a aquisição de um VFCl. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Numa delas. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Diogo Figueiredo: -----

---- - Daquilo que se vai falando, as duas ambicionam o VFCl, até tendo em conta o risco que temos no Concelho. E, no meu entender, faz todo sentido. Eu lembro-me, já há uns anos, particularmente, numa das Associações, estar uma rubrica aberta para quando fosse possível, nos candidarmos a um veículo florestal. Sendo que os valores desses veículos florestais rondam os 300 mil euros, os 350 mil euros e que esse valor fica, ou o valor que temos em termos de Protocolo, fica longe daquilo que permitiria concretizar essa ambição. E, perante isso mesmo, começámos a falar também noutras alternativas, nomeadamente, na aquisição de veículos usados. E, quando falamos em veículos usados, já sabemos que, com um determinado historial, com muitos milhares de quilómetros. E, depois, para além desta possibilidade, também falámos aqui de uma outra, que era, em vez de um VFCl, serem adquiridos VLCLs, veículos ligeiros de combate a incêndios. E aí, os valores já se aproximariam um bocadinho mais daquilo que temos também no Protocolo, ainda assim, não sendo suficiente, porque o valor de um veículo ligeiro de combate a incêndios rondará, atualmente, entre os 90 mil euros e os 100 mil euros. Isto para dizer que se criou alguma expectativa quando falámos nas candidaturas, nos 85%, nos 180 mil euros. E, pronto, agora o Protocolo, como eu já referi, dos 75 mil euros, mesmo assim, não vai ser suficiente para pagar, na totalidade, o veículo ligeiro de combate a incêndios, se assim for a decisão das Associações. E, basicamente, é isto. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Muito bem, Eu, há bocadinho, na resposta à intervenção do Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, esqueci-me de responder a uma questão e peço-lhe desculpa por isso. Foi um pedido de informação sua, que pediu numa reunião anterior, sobre o Mapa de Pessoal. O Mapa de Pessoal está aqui com os documentos que estão cá. No Mapa do Pessoal, o que



Reunião de 13/05/2026

estava no Relatório. Tanto um, como o outro, já foram entregues aos Senhores Vereadores. De qualquer maneira, fica aqui. O que eu pedia era à Senhora Dr.^a Ana para lhe enviar, imediatamente, por e-mail, além da parte do suporte de papel, para poder melhorar consultar também os dados. No que concerne ao que disse o Senhor Vereador e voltando agora outra vez, desculpem este aparte, mas no que concerne à discussão deste ponto do Protocolo. Eu confesso que não. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Senhor Presidente, continua a servir os interesses da minha preocupação. Continua a servir. Posso, devolvo-lhos. Devem-me mandar relativo ao ano 2025. Muito obrigado. Não, mas aqui diz de 2021 a 2025. Eu quero só do ano 2025. Portanto, devolvo-vos os documentos. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Mas, Senhor Vereador espere aí. Posso? Importasse? Importasse? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Não, eu só quero os nomes das pessoas. Não, não. Não é isto que eu quero. Só do último ano do serviço. Em que condição? Se foram contratos indeterminados? Se foram contratos de Avanças? Se foram até contrato determinado? É isso que eu quero. Os nomes. A Área. O que é que foi? Como é que entraram? O vínculo? Isto é o que eu quero saber. O nome. Mas não está o. Diz de 2021 a 2025. Eu li só por cima. Só li o título. Só li o título. Só li o título. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Olhe, tem aqui em 2026, os nomes, os vínculos, a categoria e o serviço. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - E também estão aí os recibos verdes? Também estão aí? Não, não, não. Eu quero saber em que condições é que foram admitidas as pessoas no ano de 2025 e quantas. Os nomes e quantas. E em que condições. Que é para eu saber se foram, ou não foram admitidas 25 pessoas, ou mais. Ou 30. No ano eleitoral. Isso é que eu quero saber. Quantas pessoas é que entraram ao serviço do Município? Também lá estão pessoas que, mas olhe, eu vi nomes que não estão lá. Mas eu vi nomes, desculpe, eu sei de nomes que estão a trabalhar para o Município que não constam aí. Mas eu quero-os todos. Tudo. Tudo. Que sejam remunerados. Eu não disse que não queria das Escolas. Eu disse que queria todos. Vamos lá ver. Não interessa, quero todos que vieram ao serviço da Câmara no ano de 2025, para sabermos se houve, ou não, eleitoralismo. Pronto, é isso que eu quero saber. Porquê estamos aqui a pintar a macaca para quê? -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Ó Senhora Dr.^a Ana: Não. Isto não é preciso. É das Escolas. Os que ficaram alocados às Escolas do Ensino Básicos. E faz favor de ter lá o concurso e a bolsa que entraram para o Centro Escolar. Pode ser? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Exatamente. Que é para eu depois poder consultar. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Pronto. Muito bem. Está feito. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Eu sou sincero. Eu sou sincero. Neste momento, não me interessa. Deixe-me explicar-lhe: Neste momento, não me interessa muito, nem quero falar muito nisto porque isto é objeto que eu participei ao Tribunal de Contas e à IGF. E portanto, não queria agora, estar a meter-me, depois da participação que eu fiz as Entidades oficiais. Não queria agora estar-me a valer

no Processo. Não me interessa muito. O que me interessa a mim agora. Aliás, porque Vossa Excelência, depois de eu ter levantado o incidente na reunião de Câmara sobre as contraordenações, Vossa excelência, para tentar ilibar-se do crime de denegação de justiça, andou, sim, que é crime de denegação de justiça. Eu sei o que é que estou a dizer. Para ilibar-se do crime de denegação de justiça, à posteriori, andou a notificar Arguidos para virem pagar. Eu tenho lá cartas dessas. Tenho-os aqui até. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Não. Senhor Vereador, esteja a vontade. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Não. Estou à vontade. Não quero isso para nada. Nem quero mais nada disso. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Só para dizer uma coisa: Tudo isto, Senhor Vereador, está disponível na Página do Município. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Não está, desculpe, não está. Há nomes que estão ao Serviço. Posso-lhe dizer só uma coisa? Há nomes na Educação que foram admitidos pela Câmara que não constam. Pronto.

---- O Senhor Presidente: -----

---- - A Senhora Dr.^a Ana vai enviar-lhe. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Não quero nada. Não preciso mais nada disso. O Ministério Público há-de depois averiguar. Esqueça, o Ministério Público há-de averiguar. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Senhor Vereador Dr. Diogo Figueiredo, peço desculpa. Pode continuar. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Também peço desculpa ao Senhor Vereador Dr. Diogo Figueiredo. O Ministério Público há-de averiguar. Ainda agora prenderam o Senhor Presidente da Câmara de Caminha. Porque é que eu hei-de estar preocupado com isso? -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Escute, eu não estou preocupado. Senhor Vereador Dr. Diogo Figueiredo, dizer-lhe só duas coisas muito rápidas e digo isto sinceramente: Eu não me recordo, não me recordo mesmo de todo. Já não tenho presente, isso, em memória, no tempo da Coligação de 2005 a 2013, não me recordo mesmo, de 2013, claro, que A equipe de apoio é que foi feito para a aquisição de viaturas. Eu sei dos Quartéis. Não me lembro. Não estou a dizer que não foi feito. Estou a dizer que não me lembro. No apoio dos Quartéis, sim, tanto num, como noutro.

O que quer dizer com isto é o seguinte: Em termos de viaturas, a questão das viaturas é das viaturas do Parque Automóvel. Eu não me recordo de haver um apoio tão significativo, por parte do Município, como este. Não me recordo. A aquisição de viaturas. A aquisição de viaturas. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Ó Senhor Dr., por alguma razão o Povo tirou-nos de lá. Tirou-me a mim e à Senhora Dr.^a Isaura, tirou de lá o Senhor Dr. Borges da Silva, para lá pôr o Senhor. O Senhor quer fazer o equilíbrio. Mas escusa de estar a dizer isto de uma forma para se safar. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Pode ser. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Pode. Claro que pode. Mas sejamos claros com a política que fazemos. Sejamos claros.

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Então, mais claro que isto? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Olhe mais claro é que o Senhor prometeu 86 mil euros. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Posso dizer? Posso explicar? Está nas atas. Eu não tenho dúvidas nenhuma disso. Mas já lá vamos. Mas vai ter que me deixar é falar. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----



Reunião de 13/05/2026

---- - Claro que deixo. Por amor de Deus. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Um: Dar o objetivo. Em termos de viaturas, de apoio para a aquisição de viaturas, é o maior montante de sempre. Que eu me lembre. Aquisição de viaturas. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - O que é que uma coisa tem a ver com a outra? O que é que uma coisa tem a ver com a outra? -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Quer que eu fale com o seu raciocínio, ou fale com o meu? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Não, Senhor Dr. O que é que uma coisa tem a ver com a outra? -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Obrigado por me autorizar. Portanto, estamos a falar de um investimento do Orçamento Municipal, não participado e temos que dividir o dinheiro para duas viaturas. Volto a dizer a mesma coisa: Obviamente, isto é como tudo. Se há um orçamento de 400 mil euros para comprar uma viatura nova, era o desejável? Era. Se calhar, sim. Eu percebo isto. Mas, por uma questão de equidade, 800 mil euros, não estou a dizer que não pudessem ser feitos. Não é possível. Agora, há um montante significativo que foi abordado com os Municípios, 90 mil euros para 75 mil euros. Está lá e está explicado. Quando era para meter no ITI, atenção, que vai dar, rigorosamente, a mesma coisa, com uma vantagem. Uma vantagem não. Com um esforço acrescido, financeiro. Porque o que nós tínhamos falado quando eram 90 mil euros, a comparticipação era de 85%. Como diz o outro: É fazermos as contas. Dá, grosso modo, nos Bombeiros mexeria em cerca de 14 mil euros. Que era isso que estava definido. E o Senhor Vereador disse isso e bem. Portanto, havia uma comparticipação de 85%. E, depois, havia um montante que era os próprios Bombeiros que o custeavam, am Entidade proponente. O que quer dizer o quê? A Entidade receberia 90 mil euros. Mas o Município, o Município não, o Município não recebia do ITI e deixava lá alocado esses 150 mil euros, que seriam 75 mil euros para cada um. E a comparticipação do remanescente era dos Bombeiros, como é o que aqui está. Igual. Não mudou, rigorosamente, nada porque o que estava instituído desde logo do início, era a comparticipação da parte dos Bombeiros da parte não participada, O que é que o Município tinha de assegurar? Era a comparticipação que faz parte dos Fundos Estruturais no ITI. Como não foi possível no ITI, o Município manteve. Só que em vez de ser a verba, que não sai dos cofres do Município, deixava de receber, é verdade, mas o dinheiro vinha através dos Fundos Estruturais, não. É o próprio Município que disse assim: Vá e vai ao Orçamento Municipal, que eu acho que é uma prova do que o Município não recuou e fez. Podia-se ter escusado e assim: À, não foi possível fazer a reprogramação e fiquemos por aqui. Não, foi assumido e está lá. O montante é o mesmo, é fazer as contas

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Não é o mesmo, 75% não é o mesmo que 86%. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Ó Senhor Vereador, se ouviu 85%, não foi da minha boca. Foi do Senhor Vereador Dr. Diogo, 85% e 15% de comparticipação dos Bombeiros, dá montante de 90 mil euros. Os 15% de 90 mil euros, faça as contas. É o mesmo. Pode. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas: -----

---- - Eu peço desculpa, mas. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - Senhora Vereadora, posso interrompê-la só um minuto? -----
---- A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas: -----
---- - Não. Deixa-me só aqui, desculpe lá, Senhor Dr. Marques. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - Não, era só para responder ao Senhor Presidente. Numa reunião que houve no dia 9 de fevereiro, onde o Sen hor Presidente da Câmara prometeu 86 mil euros. Está aqui escrito. Não fui eu. -----
---- O Senhor Presidente: -----
---- - No dia 11. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - 9 de fevereiro, diz aqui. Estou correto na data? À. Desculpe, Senhora Dr.^a. -----
---- A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas: -----
---- - Nada, nada.-----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - Só para dizer isto. -----
---- A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas: -----
---- - Era mesmo só para não perder aqui o raciocínio. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - Só para dizer isso, Senhora Dr.^a. Foi a Câmara que pediu essa reunião e lhe ofereceu 86 mil euros. É isso que eu estou a dizer. Alguém está a mentir, ou o Senhor Presidente da Câmara, ou quem me disse, ou quem me escreveu. Alguém está a mentir. -----
---- O Senhor Presidente: -----
---- - Já fala. Senhora Vereadora. -----
---- A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas: -----
---- - Eu peço desculpa, mas vou partilhar também o meu raciocínio porque, independentemente, de, volto a dizer e peço e de alguma maneira digo isto acreditando mesmo no que estou a dizer, que é: Todos nós queremos o melhor para os Bombeiros. E todos nós queremos gerir as disponibilidades do Orçamento Municipal o melhor possível para aquilo, que possa ser as expectativas, as necessidades e de como nós beneficiamos dessas mesmas expectativas e necessidades satisfeitas por parte de condições e equipamentos dos Bombeiros. Portanto, partindo desse pressuposto honesto, que todos queremos o mesmo, só tentar aqui esclarecer que há algumas coisas que são ditas, que me parece que são ditas com uma intenção e que se fossem outras pessoas a dizer, diriam de outra forma. É o Senhor Presidente que conduz as reuniões que teve com as duas Associações de Bombeiros. E foi o Senhor Presidente que as conduziu, ouviu aquilo que foram as necessidades que lhe colocaram. E, de acordo com as informações que o Senhor Presidente tem, no momento, nomeadamente, daquilo que são oportunidades de candidaturas e de financiamentos, lhes responde. Não fomos nós que lá estivemos. E o Senhor Presidente, aquilo que fez à Câmara foi e agradecemos por isso, ter-nos dado a informação daquilo que tinham sido as reuniões que estabeleceu com as duas Associações de Bombeiros. Correto? Pronto. Portanto, se o Senhor Presidente, quando tem reuniões com as Associações e com os Senhores Presidentes das Associações e os Comandos, lhes garante determinadas condições é porque tem informações que nós não temos que vai ser possível candidatar o financiamento, particularmente, da aquisição destas duas viaturas, ou daquilo que fosse nessa altura que tem com eles. E não estamos a falar de uma reunião que ocorreu há dois anos. Não, as reuniões ocorreram no início deste ano com as duas Associações. Por isso é que em fevereiro nos prestou a informação que prestou. Não somos nós que estamos a questionar. -----
---- O Senhor Presidente: -----
---- - Já respondi ao Senhor Vereador Dr. Diogo. -----
---- A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas: -----
---- - Mas o Senhor Presidente, quando respond ao Senhor Vereador Dr. Diogo responde-nos a nós, que nós articulamos as nossas intervenções. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----



Reunião de 13/05/2026

---- - Não. Responde ao Órgão. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas: -----

---- - Pronto, mas o que eu estou a querer dizer é: Não fomos nós que criámos uma dúvida. A dúvida existe, porque em fevereiro o Senhor Presidente garantiu à Câmara uma informação que tinha dado em reuniões com as duas Associações. E, depois, de repente, porque é de repente, muda a mesma informação dizendo que aquilo que era uma certeza de que era possível candidatar, no âmbito da ITI e da CIM, a aquisição dos equipamentos e dessa oportunidade significava que nós íamos ter um investimento no Concelho, no mínimo, de 180 mil euros e já completo o que eu estou a dizer com isso, no mínimo, mesmo nessa altura, já sendo pouco para aquilo que é o custo da aquisição destes equipamentos, certamente, as Associações compreenderam, a Câmara compreendeu, que dentro do pouco era uma ajuda para aquilo que são receitas próprias que as Associações têm, ou outro tipo de ajudas de Mecenato, que possam recolher para isso mesmo. Toda esta discussão surge porque, de facto, um mês e meio depois, o Senhor Presidente, quando traz a proposta de atribuição deste apoio de 75 mil euros a cada um dos Corpos de Bombeiros a discussão surge a partir daí. Que nós sabemos o que é que se passou, dentro de uma garantia que deu às Associações e à informação que deu à Câmara, de que ia ser possível esta candidatura, num mês e meio deixa de ser possível. Tudo aquilo que depois explica em relação ao valor que está a dar, eu recorro que o que era prática, e julgo até que o Senhor Presidente concorda com essa prática, o que era prática a Câmara fazer-se, quando existe candidaturas de apoio, até com paralelismo do que acontece nas IPSS,s, a Câmara acompanha o valor que não é financiado. É a prática. Vamos ver se nós nos entendemos, porque é um bocadinho. Certo, mas eu só estou aqui a recuperar a explicação do Senhor Presidente. A prática é a Câmara acompanhar a componente que não é financiada. A prática não é dizer que a componente que não é financiada é da responsabilidade das duas Associações de Bombeiros. São coisas, completamente, diferentes. Ainda para mais, justificar que assim tem de ser, porque a Câmara deixa de ir buscar à ITI um valor e, portanto, é por essa razão que agora, como deixa de ir buscar, é que o Senhor Presidente confunde coisas, completamente, diferentes, porque se o Senhor Presidente. Mas eu vou explicar-lhe: A ITI, contrariamente àquilo que se calhar as pessoas sabem como funciona, a ITI não é bem aquilo que o Senhor Presidente há pouco nos explicou. A ITI chama-se Intervenção Territorial Integrada. Ok? E significa que, no âmbito das Comunidades Intermunicipais, consensualizou-se, dentro da estratégia da própria Comunidade Intermunicipal, que é uma estratégia que tem várias prioridades de intervenção: Saúde, Escolas, Educação, Proteção Civil. Tudo aquilo que diz respeito ao desenvolvimento de um território, seja da CIM Viseu Dão Lafões, seja de Portugal, ser essa estratégia. E consensualiza-se, dentro das prioridades de vários Municípios, que os Municípios têm níveis de desenvolvimento diferentes. Há Municípios que têm muitos sintéticos. Há outros que não têm nenhum. Há Municípios que têm o Parque Escolar em melhores condições. Há outros que não têm. Há Municípios que têm níveis de necessidades em função daquilo que aconteceu ao longo dos anos do investimento que fez. E então, dentro daquilo que é o valor da ITI, suponhamos, porque não é à toa que eu tenho pedido estas informações que, se calhar, escusava de estar a falar no vazio. Suponhamos que o valor da ITI para a CIM Viseu Dão Lafões são 10 milhões de euros. Cabe ao Município de Nelas um determinado valor de acordo com aquilo que é a sua componente de dupla participação, ou de fator de coesão, da forma como é distribuído o valor da CIM para cada um dos Municípios. Esse valor depois tem que ser justificado, candidatando aos Avisos que estão abertos em função das prioridades que o Município de Nelas tem, negociou e defende. Nós percebemos isto tudo. Se o Município de

Nelas tiver direito a 2 milhões de euros, ou 3 milhões dessa ITI, só os consegue ir buscar, entre aspas, este termo, que não é um termo muito correto, só consegue executar essa receita se apresentar candidaturas aos Avisos que entende querer candidatar-se porque é a sua prioridade. Pronto. Agora, não é: Eu deixo de ir buscar valor a uma determinada prioridade. Não, deixa de ir buscar se não fizer a candidatura para o ir buscar. Então, das duas, uma: Não fez a candidatura porque não quer? Ou não fez a candidatura porque não podia, porque ela nunca esteve aberta para essa possibilidade? Então, em janeiro, ou quando reuniu com as Associações, porque é que nos garantiu essa? O que é que mudou de janeiro para fevereiro, que não mudou nada, porque garantiu-nos que era o que ia fazer? O que é que mudou depois? E depois, ou seja, parece que há um valor que decide distribuir aos Bombeiros para compensar qualquer coisa que não veio da CIM. Não, aqui, das duas, uma: Ou pode fazer a candidatura e não a fez, ou não podia fazer a candidatura. Nunca devia ter dito que a podia fazer e não criava essa expectativa. Quanto ao valor que está previsto nos Protocolos, nós já dissemos isso quando ele foi aprovado, independentemente, desta discussão que existe, peço-lhe desculpa, Senhor Presidente, que o Senhor Presidente a criou. Relativamente ao valor, o Senhor Presidente é quem gere o Orçamento. E daquilo que nos parece que são os valores que existem no Orçamento para a Execução de Despesa, parece-nos que o Senhor Presidente tem condições para manter o mesmo compromisso, ou compromisso não, a expectativa que criou, que era, de facto, existir a possibilidade de atribuir 90 mil euros a cada uma das Associações de Bombeiros. Sobretudo até, quando a atribuição deste valor está condicionado e compreende-se, àquilo que é o reembolso de uma Despesa, o reembolso de uma Despesa que as Associações vão ter que assumir. E, assim, esperemos que tenham condições para o fazer porque, de facto, o Concelho beneficia disso mesmo. Portanto, peço desculpa pela intervenção alongada, mas eu só queria mesmo esclarecer que parece-me que se confundiu um pouco. Por um lado, aquilo que é a percentagem do que é financiamento e aquilo que é comparticipação do que não é financiado. Julgo que é importante relembrar a prática do que acontecia na Autarquia quando acompanhava candidaturas financiadas. E apelar, mais uma vez, para que durante este ano se considere a possibilidade de, nalguma Alteração Orçamental, ou da forma como o Senhor Presidente entender, conseguir manter o valor que se criou como expectativa às duas Corporações de Bombeiros. Muito obrigada. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Então, em relação ao aspecto, como estava a falar, só dizer aqui duas coisas: O que são os investimentos que estão a ser comparticipados. Essa é a primeira questão. Segunda questão: A forma como funciona o PT 2030 não é igual ao PT2020. No PT 2020 havia um conjunto de avisos onde se podiam candidatar os Municípios para investimentos. O PT 2030 ainda tem outras regras. Veio, através da Autoridade de Gestão, para a CIM Viseu Dão Lafões, há estes investimentos. E neste conjunto de investimentos os Municípios escolhem. A dotação orçamental para a ITI, para a CIM Viseu Dão Lafões, do ITI, no Portugal 2030, foi de 118 milhões de euros. Desses 118 milhões de euros, não são todos distribuídos pelos Municípios, pelos territórios, porque há investimentos supra territoriais, como foi o caso da Proteção Civil, como foi o caso da Mobilidade, como foi o caso da Promoção do Sucesso Educativo, entre outros. Resumindo: Nós falámos isto até hoje. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas: -----

---- - Já antes assim era. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Não era bem assim, porque você podia ir ao PO SEUR e podia ir a outras candidaturas diferenciadas, mas no ITI e no PT 2030 não pode. E não pode porque está definido. Nós, se abrir uma, quando abre um Aviso ITI, se nós não estivermos contemplados nas nossas escolhas, não podemos candidatar. Porque não somos candidatos. Não somos contemplados. Nós só vamos aos Avisos em que são obrigados a ser anunciados naquilo que nós almofadamos nos projetos que definimos. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas: -----

---- - Mas este não foi o caso neste. O Sr. Presidente, o Sr. Presidente. -----

---- O Senhor Presidente: -----



Reunião de 13/05/2026

---- - Eu vou terminar. Se não se importar, eu ia terminar. E, portanto, no ITI, o financiamento estava a encerrar. O que eu estou a dizer, e também é do conhecimento público, há no que são as áreas que ainda estavam definidas para a CIM Viseu Dão Lafões, haver a possibilidade de haver reprogramação. Ou seja, que é o que vai acontecer, mas nas áreas onde estão. Ou seja, nós temos aqui áreas que não são contempladas para a CIM Viseu Dão Lafões, onde nenhum Município nem é sinalizado para ir ao Aviso. Estão destinadas e estão muitas atrasadas. Os Avisos têm de serem públicos. No que concerne a esta questão, em resumo, eu não sei, como é óbvio, é assim: Os Senhores Vereadores têm informação de pessoas, de Bombeiros que estiveram nas reuniões, que eu respeito. Não estou a pôr isso em causa, nem quero. Mas as anotações estão aqui, o que o Senhor Vereador fez. E o que nós falámos, desde sempre, nas reuniões com os Bombeiros de, Nelas e de Canas de Senhorim, no dia 09/02/2026, reuniões separadas, 75 mil euros para um veículo para os Bombeiros. Os Bombeiros de Canas de Senhorim falaram para dizer, por exemplo, que isto foi com os Bombeiros de Nelas e com os Bombeiros de Canas de Senhorim. Pedem uma EIP nova. Falam que devia haver fiscalização sobre as EIP,s. Remetem para a ampliação do Quartel. Os 12.500,00 euros em falta, visto que falta de 2025. E vão pedir ao Município para aprovar a licença para o funcionamento do Bar. De Nelas, a mesma coisa, 75 mil euros para um veículo. Eu já lá vou, depois ao resto. Se me deixarem. Outra vez a mesma coisa. Mantém-se o valor anual dos 25 mil euros. O apoio regular, digamos assim. Precisavam de um VLCI importado, que deve rondar os 70 mil euros, 80 mil euros. Isto é da reunião com os Bombeiros Voluntários de Nelas. Ficar com um carro para uma rotunda. Têm dois para abate, como nós falámos disso. Tem 65 Bombeiros, sem precisar de EPI, porque estão servidos. E cada EPI em média custa 500 mil euros. Estamos a falar dos Bombeiros, Bombeiros candidatos aos VLCI. E que a Câmara participe. Pronto. É evidente que os Bombeiros, foram o que os Bombeiros nos disseram. Está aqui. Agora, deixe-me acabar. Eu já a ouvi. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas: -----

---- - Mas não pediram mais dinheiro para a viatura? -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Não, não. Está aqui. Como nós depois falámos. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

--- - Não foi esse feedback que me cá chegou. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Está aqui. Não falaram. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Eu também tenho aqui. -----

---- O Senhor Vice-Presidente: -----

---- - A reunião foi com o Senhor Presidente dos Bombeiros de Nelas e com o Senhor Comandante. E foi com o Senhor Segundo Comandante de Canas de Senhorim e com o Senhor Presidente dos Bombeiros de Canas de Senhorim. Está aqui. São os apontamentos todos aqui. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Está tudo doido. Está tudo doido. Está tudo como amnésia. -----

--- O Senhor Vice-Presidente: -----

---- - E atenção. Eu não escrevi isto agora aqui. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Eu também não escrevi isto, ó Senhor Vice-Presidente. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Espere. Está bem. Eu sei. Está bem. Temos informações diferenciadas. Eu estou a dizer é que também oiçam o nosso lado. Isto foi reunido. E até em comentário vosso, quando nós falámos do valor de 75 mil euros da Câmara, até acharam que era mais do que estavam à espera que a Câmara apoiasse. Primeira questão. Segunda questão, não menos importante: O outro valor permanente é que os 150 mil euros eram a parte almofadada da Câmara para 85% se fosse possível. E só não percebo é porque é assim: No fundo, o valor está lá igual. Porque não há comparticipação agora. Tentou-se renegociar. Não foi possível. Renegociou-se, é possível através dos EPI,s. Os EPI,s também são importantes para os Bombeiros? São. O valor que nos comprometemos com os Bombeiros está igual. Com uma diferença: É que se estivesse no ITI, a vantagem que havia não era a mais, tínhamos que receber. Tínhamos que retirar noutra rubrica para meter aquela. Porque os 5,4 milhões de euros são iguais. Portanto, para metermos este, tínhamos de retirar outro. É simples. E é isso que funcionava. E é isso que tentou-se renegociar. Não foi possível. Não foi aceite. Não foi só o nosso. Houve outros Municípios, não vou dizer o nome, mas também têm conhecimento, até que fazem fronteira com o nosso, também tentaram o mesmo e também não conseguiram. Não foi autorizado. Aonde, como havia qualquer Projeto supra comunitários, a forma como foi feita foi através dos EPI,s conforme eu falei logo no início e das viaturas para o Comando Sub-Regional. O que nós nos comprometemos com os Bombeiros, neste montante e não me parece também curial agora porque cada um tem as informações que tem. No final, está aqui o Senhor Vice-Presidente que esteve nas reuniões comigo, os Senhores Presidentes, as Corporações, não estavam tanto à espera, até do montante que nós metemos em cima da Mesa. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Permite-me que leia aqui uma mensagem? -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Deixe-me terminar e depois, sim. Pode ser? Se não se importar. Sobre a prática e sobre a expectativa, acho que, depois, é para dizer uma coisa: Eu, independentemente, de tudo, é certo que o passado é o passado. E as coisas vão lá. Mas há factos. Quadros Comunitários, houve sempre. Portanto, que eu me recorde, quem se dispôs a fazer isto, foi este Executivo. E quando o Quadro Comunitário não conseguiu acomodar, nós mantivemos, na mesma, o compromisso. Era um esforço adicional. Era muito melhor, para o Executivo, para a sua Tesouraria, ter os 150 mil euros a vir do ITI, do que saírem do Orçamento. Até porque o que está neste Protocolo é tão simples quanto isto: No final deste mês os Bombeiros vão ter esse dinheiro disponível para comprar a viatura. E, às vezes, é o contrário. Sobre a questão do que decorreu das reuniões. Esta conta. Já lá vamos, Já lhe dou a palavra.

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Sim, é simples. É simples. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Portanto, em termos do que é investimento, ou deixar de investimento, em termos de viaturas, são 150 mil euros que saem do Orçamento Municipal. Nem é de uma candidatura. Senhor Vereador Dr. Manuel Marques. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - No dia 8 de abril de 2026, eu recebo esta mensagem, 8 de abril de 2026. Em abril. Senhor Dr. Manuel Marques, boa noite. No dia 9 de fevereiro houve uma reunião por solicitação do Senhor Presidente da Câmara, onde o mesmo nos informou que ia apoiar com 86 mil euros para a compra de uma viatura de combate a incêndios. Ontem fiquei a saber que na reunião de Câmara a realizar amanhã ele vai apresentar uma proposta para nos apoiar em 75 mil euros, em vez dos 86 mil euros do que havia prometido. Do que havia. Não leio mais. Do que havia prometido. Nem interessa. As fontes não se revelam. -----

---- O Senhor Vice-Presidente: -----

---- - Mas, pelo texto, eu já sei quem é. Nós, na reunião que tivemos no dia 09/02/2026, às 18h52m, que foi a última reunião, que foi com os Bombeiros de Canas de Senhorim, a de Nelas foi antes, o que nós falámos foi o que o Senhor Presidente acabou de dizer, que são os apontamentos que aí temos. Nós falámos, os Bombeiros de Canas de Senhorim até disseram que estavam a tratar de uma candidatura ao ITI. Não, não, não. Eu também não estou a dizer



Reunião de 13/05/2026

que essa mensagem é dos Bombeiros de Canas de Senhorim, ou que é dos Bombeiros de Nelas. Mas eu sei. Do Município. Pronto. Agora, o que nós falámos aos Bombeiros, que eles ficaram surpreendidos, foi que dávamos 75 mil euros a cada um. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Nem queriam tanto, ó Senhor Vice-Presidente. -----

---- O Senhor Vice-Presidente: -----

---- - Claro que queriam. Mas eu faço esta pergunta: O que se está aqui a querer pôr nesta Mesa é menosprezar o apoio que este Município está a dar aos Bombeiros. E eu pergunto assim. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Não, não. Mas está a dizer que os Bombeiros de Canas de Senhorim e de Nelas não quiseram mais dinheiro. -----

---- O Senhor Vice-Presidente: -----

---- - Não, não é nada disso. Eu pergunto assim e o Senhor Dr., com todo o respeito que eu lhe tenho e à Senhora Dr.^a Sofia Relvas igual, que passaram aqui por este lado e não assim há tanto tempo, qual foi o apoio que vocês deram aos Bombeiros de Canas de Senhorim e de Nelas? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Nunca dei nada aos Bombeiros. A Senhora Dr.^a Isaura e o Senhor Dr. Manuel Marques nunca deram nada a ninguém. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas: -----

---- - E como Vice-Presidente, diga lá, o que é que reclamou com o Executivo anterior para dar mais apoio? Vocês não têm que estar com estas coisas. -----

---- O Senhor Vice-Presidente: -----

---- Agora, é assim: Nós temos em cima da Mesa, nós temos em cima da mesa. É que isto é tudo muito fácil, deitar postas de pescadas para cima da Mesa. E eu não estou a dizer que vocês não fizeram um grande trabalho com os Bombeiros. Porque nós vamos dar 150 mil euros aos Bombeiros. E tomarmos nós dá 500 mil euros. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas: -----

---- - É a Câmara que vai dar, Senhor Vice-Presidente. -----

---- O Senhor Vice-Presidente: -----

---- - Claro que sim. Estou a falar da Câmara. Nós, Câmara. Não sou eu. Tomar eu tê-los para dar. Se me sair o Euromilhões, não dava 75 mil euros, dava muito mais. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas: -----

---- - Claro que sim. E todos queremos dar mais. Mas a discussão não é essa. -----

---- O Senhor Vice-Presidente: -----

---- - Agora, não se podem menosprezar 150 mil euros que este Executivo vai dar, ou o Município. Claro que sim. Está aqui. É o que estou a dizer. Não, é mentira, Senhor Dr. Então, olhe, eu vou-lhe dizer. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Você está a partir do pressuposto que o que nós dissemos não é verdadeiro e o que lhe disseram é que é verdadeiro. -----

---- O Senhor Vice-Presidente: -----

---- - Senhor Dr., então vou-lhe dizer uma coisa e pode ficar em ata. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Os meus amigos nunca me faltaram à verdade. Ainda, ontem mandei uma carta registada que o Senhor recebeu na sexta-feira. -----

---- O Senhor Vice-Presidente: -----

---- - Senhor Dr., eu não sei quem lhe mandou a mensagem, mas não interessa. Mas sem saber o nome que está na sua mensagem, eu digo-lhe e pode ficar em ata: A pessoa que lhe mandou a mensagem, mentiu-lhe. Mentiu-lhe. Eu estava na reunião com o Senhor Presidente e pode chamar cá a pessoa que lhe mandou a mensagem, ou então, até os quatro, tanto os dois Senhores Presidentes das duas Associações, como o Senhor Segundo Comandante dos Bombeiros de Canas de Senhorim e o Senhor Presidente e o Senhor Comandante dos Bombeiros de Nelas. Podemo-nos sentar os quatro, ou melhor, os seis, e o Senhor Dr. pode estar presente e eu posso-lhes dizer a eles que é mentira. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Olhe, quanto ao que o Senhor referiu, nem me pronuncio. Tinha muito para me pronunciar. Basta ir às GOP,s já sabe o que está lá a ser pronunciado. -----

---- O Senhor Vice-Presidente: -----

---- - Eu não sei o que é que o Senhor está a falar e não tenho nada a ver com isso. Isso são outras coisas. Isso são coisas suas e eu não tenho nada a ver com isso. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Senhor Vereador, já se pronunciou? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Já, já. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Há uma questão nacional que é as perceções. Neste momento, fala-se muito sobre perceções. Estamos a falar aqui de perceções, para variar. Então, é o seguinte: Isto é, eu não estou a ir tão longe como o Senhor Vice-Presidente porque também já tenho idade para entender essas coisas. Mas houve reuniões e foi falado. Agora, é o seguinte: Os Senhores Vereadores estão no direito que vos assiste de acreditarem, ou naquilo que eu estou a dizer e o Senhor Vice-Presidente, ou naquilo que vos disseram, que não é o mesmo. Já deu para ver. Agora, cada um acredita naquilo que entender. Eu não vejo mal, absolutamente, nenhum nisso. É o que é. Agora, eu estou a assegurar, eu e o Senhor Vice-Presidente que tivemos as reuniões, que foi isto. Estão aí os apontamentos. Não foram inventados. Não faz sentido nenhum também estarmos aqui a inventar uma coisa tão delicada como é. Se for preciso o contraditório, lá voltamos. E volto, outra vez, a dizer-lhe a mesma coisa. -----

---- O Senhor Vice-Presidente: -----

---- Eu no dia 0/02, a esta hora, não sabia que isto ia acontecer. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Espere. Não é não quererem mais. Toda a gente quer mais. Agora é o que faltava. O que era a expectativa era do retorno. Que se calhar não era isto. Para terminar: É um valor, no mínimo, estranho, 86 mil euros. Geralmente, nestas coisas, nós damos um apoio redondo: 90%, 100%. Porquê 86%? O que eu vos digo é o que está aqui. Ó Senhor Vereador, deixe-me dizer-lhe, outra vez: Está escrito que foi isto. Agora, é o seguinte: Há forma de tirarmos isto que não, as palavras dos intervenientes. Não foi gravada a reunião. Não há o áudio. Não há vídeo da reunião. Pronto. É o que foi dito por uns e por outros. E não bate certo. Agora, garanto-lhe eu, como palavra de Presidente da Câmara e com o Senhor Vice-Presidente, do que nós falámos, foi este valor. Se a questão é de uma forma. Eu também, não andamos aqui há dois dias, ninguém. Foi este valor que foi combinado e foi este valor que foi estabelecido. -

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Mas o Senhor já falhou. Quer que lhe diga qual foi a sua falha mais recente? O Senhor disse que não ia encarecer mais o valor gasto com os Políticos em relação ao mandato de 2021/2025. O Senhor aumentou os encargos dos Políticos. Falhou. O Senhor disse isto na reunião de Câmara. O Senhor, que é um homem tão atento com os Serviços desta Câmara, traga o excerto dessa ata, que é para ver se o Senhor falhou, ou não falou. -----

---- O Senhor Presidente: -----



Reunião de 13/05/2026

---- - Ó Senhor Vereador, oiça uma coisa: O Senhor Dr. Manuel Marques tem essa opinião sobre o Presidente da Câmara. Tem a mesma opinião do Senhor Vice-Presidente da Câmara?

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Não. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Então, ouviu da boca dele? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Não o apanhei a mentir. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Ouviu da boca dele? Você é um homem correto, sério, só diz verdades. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Não digo mentiras ao mundo. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Ó Senhor Vereador, eu estou-lhe a dizer uma coisa: Ouviu o que disse o Senhor Vice-Presidente, não ouviu? Então, agora faça os juízos de valores que entenda. Já concluiu? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Já conclui. Ponha à votação. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Ótimo. Então, 2.2 - Proposta de protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Nelas e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim, para aquisição de uma viatura de combate a incêndios – Discussão e aprovação, com um montante atribuído de 75 mil euros, a serem, imediatamente, transferidos, após a aprovação, ou não, desta proposta. Quem vota contra? Quem se abstém? É aprovado, por unanimidade. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de Protocolo de Colaboração, atrás descrita, a celebrar entre o Município de Nelas e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim, para aquisição de uma viatura de combate a incêndios, bem como autorizou o pagamento no valor de 75.000,00 euros. -----

--- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

--- - Eu quero fazer declaração de voto. -----

--- O Senhor Presidente: -----

---- - Muito bem. Agora? Já para a ata? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Sim, para já. Votei favoravelmente este ponto 2.2, na proposta do rotocolo para os Bombeiros de Canas de Senhorim, porquanto a minha vontade seria votar contra. Mas porque ao votar contra ia prejudicar a Associação Humanitária, fui forçado a votar favoravelmente. Votar favoravelmente. E o esforço vem, exatamente, do incumprimento que o Senhor Presidente da Câmara teve para com os Bombeiros de Canas de Senhorim e dos Bombeiros de Nelas. Do que lhe prometeu, dos 86 mil euros. É esta a minha ideia sempre, vai continuar. E não desisto, até prova em contrário. -----

---- O Senhor Vice-Presidente: -----

---- - Está aqui a prova. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Ó Senhor Vice-Presidente tem aí a prova. Eu tenho a prova aqui. -----

---- O Senhor Vice-Presidente: -----

---- - Você esteve na reunião? Está aqui. Olhe aqui. Olhe ali as horas. Olha aqui, vou-lhe mostrar. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Ó Senhor Vice-Presidente, há quem mate as pulgas a murro. Há quem as mata assim. E há quem as mata de outra forma. Eu digo mais, eu digo mais: Há quem mate as pulgas, assim, a murro e assim. Ó Senhor Vice-Presidente, eu já cá ando há muitos anos. Até lhe digo mais: Eu já convoquei reuniões, mandava uma folha em branco para quem não queria que não estivesse presente. Eu sei muito bem como é que isso funciona. -----

---- O Senhor Vice-Presidente: -----

---- - Pronto, tudo bem. Você pode acreditar mais nessa pessoa que mandou a mensagem do que em mim e do que me ouviu. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Eu tenho provas em contrário para não acreditar. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Pronto, muito bem. Então é o seguinte, é só para dizer uma coisa: De acordo com as informações, permita-me só pedir uma coisa, de acordo com as informações que tem? Não é um incumprimento da palavra do Presidente. Então, que fique isso salvaguardado.-----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Bom, mas pode antecipar isso à minha declaração de voto, se, assim, o entender. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Não, não, não, não. Só para esclarecer. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Não me oponho que isso aconteça. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Que fique claro que é de acordo com as informações que tem. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Oficiais. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Oficiais de participantes dos Bombeiros. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Oficiais, oficiais. Engloba tudo. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Pode ser assim? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Pode. Oficiais. Fica mais claro. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Muito bem. Oficiais. -----

2.3.PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE NELAS E A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE NELAS, PARA AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA DE COMBATE A INCÊNDIOS – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente uma proposta de Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município de Nelas e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Nelas, para aquisição de uma viatura de combate a incêndios, que a seguir se transcreve: -----

---- “PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO -----

---- Entre: -----

---- 1.º “MUNICÍPIO DE NELAS”, com sede no Largo do Município, 3520-001 Nelas, titular do NIPC 506 834 166, representado, nos termos legais, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Joaquim Augusto Alves de Amaral, como Primeiro Outorgante e adiante designado “Município”/”Câmara Municipal” e -----

---- 2.º “ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE NELAS”, com sede na Rua António Lobo Antunes, 3520-082 Nelas, titular do NIPC 501 064 133, representada, nos termos legais, pelo Senhor Presidente da Direção, Manuel da Silva Rodrigues, e pelo Senhor Comandante, representante do Corpo de Bombeiros, Filipe Guilherme Rodrigues de Almeida, como Segunda Outorgante e adiante designada “AHBVN”/”Associação”. -----

---- Considerando: -----



Reunião de 13/05/2026

---- I- Que a Associação, no âmbito dos fins que prossegue, coopera ativamente na Proteção Civil e presta os mais variados serviços de cariz social às populações abrangidas pelas suas áreas de atuação e a sua mera existência constitui um fator de segurança para as mesmas; ----

---- II- Que este tipo de associações vive do voluntariado e da boa vontade de todos aqueles a quem servem, logo, com enormes dificuldades financeiras para cumprir o seu desiderato; ----

---- III-Que nos termos do disposto na alínea j) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, diploma que aprovou a Lei de Bases da Proteção Civil, constituem atribuições dos municípios atuar, nos interesses próprios das populações, no domínio da Proteção Civil; -----

---- IV- Que nos termos da alínea o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito de apoio a atividades de interesse municipal, “deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes (...)” e “apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças”; -----

---- V- Que o parque de viaturas de combate a incêndios florestais da Associação é muito antigo, sendo essencial a aquisição de veículos novos; -----

---- VI- Que se justifica, face à insuficiência de recursos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Nelas, o apoio financeiro a atribuir. -----

É estabelecido o presente Protocolo nos termos dos considerandos supra, do disposto nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e, ainda, das cláusulas seguintes: -----

---- Cláusula 1ª – Objeto -----

---- O presente protocolo tem por objeto a concessão de um apoio financeiro a prestar pelo Município à Associação, para aquisição de uma viatura de combate a incêndios. -----

---- Cláusula 2.ª - Formas de apoio -----

---- 1- O Município compromete-se a prestar apoio financeiro à “AHBVN” no montante total de 75.000,00€ (setenta e cinco mil euros) para aquisição de uma viatura de combate a incêndios. -----

---- 2- O pagamento do apoio previsto no número anterior será efetuado, por transferência bancária, no dia da assinatura do presente protocolo, a realizar no dia 24 de maio de 2026. ---

---- Cláusula 3.ª - Colaboração entre as partes -----

---- 1- A “AHBVN” compromete-se a assegurar uma estreita colaboração com o “Município”, no âmbito das suas atribuições, finalidades, eventos e responsabilidades, com vista ao mais correto acompanhamento e execução da atividade de ambas as partes e do presente protocolo e, em especial, a assegurar princípios de boa gestão financeira na aplicação das verbas atribuídas, tendo em conta o custo/benefício relativo à aquisição da viatura de combate a incêndios. -----

---- 2- Até 60 dias após o pagamento do apoio previsto no n.º 1 da cláusula 2.ª, a Associação deverá entregar ao Município documento comprovativo da aquisição da viatura. -----

---- Cláusula 4.ª - Resolução pelas Partes Outorgantes -----

---- Sem prejuízo dos fundamentos gerais da resolução, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes. -----

---- Cláusula 5.ª - Acompanhamento e controlo do protocolo -----

---- O acompanhamento e controlo do presente protocolo são feitos pelo Município, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução. -----

---- Cláusula 6.^a - Revisão do protocolo -----
---- Qualquer alteração ou adaptação ao presente protocolo carece de prévio acordo de ambas as partes, a prestar por escrito. -----
---- Cláusula 7.^a – Vigência -----
---- O presente protocolo vigora desde a data da sua assinatura até ao cumprimento do previsto no n.º 2 da cláusula 3.^a. -----
---- Pelos Outorgantes foi declarado que aceitam o presente protocolo com todas as suas condições, de que tomaram inteiro e perfeito conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam nos termos nele expressos e nos demais impostos pela Lei. -----
---- E por estarem de acordo vão assinar as partes em dois exemplares. -----
---- O Senhor Presidente: -----
---- - É, rigorosamente, igual o montante e a forma de pagamento . Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado, por unanimidade.
---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de Protocolo de Colaboração, atrás descrita, a celebrar entre o Município de Nelas e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Nelas, para aquisição de uma viatura de combate a incêndios, bem como autorizou o pagamento no valor de 75.000,00 euros. -----
---- O Senhor Presidente: -----
---- - Com a declaração de voto igual, do Senhor Vereador Dr. Manuel Marques. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - Exatamente. É isso mesmo. -----

2.4.HASTA PÚBLICA PARA CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UM ESPAÇO, NO MERCADO MUNICIPAL DE NELAS, DESTINADO A CAFETARIA E SNACK BAR, COM ESPLANADA, PARA O QUINQUÊNIO 2026-2031 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente o Caderno de Encargos referente à hasta pública para concessão de exploração de um espaço, no Mercado Municipal de Nelas, destinado a cafeteria e snack bar, com esplanada, para o quinquénio 2026-2031, que a seguir se transcreve: -----
---- “CADERNO ENCARGOS - HASTA PÚBLICA PARA CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UM ESPAÇO, NO MERCADO MUNICIPAL DE NELAS, DESTINADO A CAFETARIA E SNACK BAR, COM ESPLANADA, PARA O QUINQUÊNIO 2026-2031 -----
---- CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS -----
--- Cláusula 1.^a – Objeto -----
---- O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a “Concessão de exploração de um espaço, no Mercado Municipal de Nelas, destinado a cafeteria e snack bar, com esplanada, para o quinquénio 2026-2031” de acordo com as cláusulas deste caderno de encargos. -----
---- Cláusula 2.^a - Forma e documentos contratuais -----
---- 1- Na execução do contrato abrangido pelo presente concurso observar-se-ão: -----
---- a) As cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante; -----
---- b) O Código dos Contratos Públicos e a restante legislação aplicável; -----
---- c) A legislação aplicável, nomeadamente o Novo Regime do Arrendamento Urbano, aprovado pela Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, na sua atual redação, o Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, bem como o disposto no Código Civil no que seja aplicável a esta matéria. -----
---- 2- Para efeitos estabelecidos na alínea a) do número anterior consideram-se integrados no contrato os suprimidos dos erros e omissões do caderno de encargos expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, os esclarecimentos e retificações relativos ao caderno de encargos, este caderno de encargos e os restantes elementos patenteados em concurso, a proposta do concessionário bem como os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo concessionário. -----



Reunião de 13/05/2026

- Cláusula 3.^a - Prazo e transmissão -----
- 1- A concessão terá o prazo de 5 (cinco) anos com início na data da assinatura do contrato. -----
- 2- A concessão não é transmissível, total ou parcialmente, nem mesmo por arrendamento, sem prévia autorização do Município de Nelas sendo nulos e de nenhum efeito os atos e contratos celebrados com infração do disposto neste preceito. -----
- Cláusula 4.^a - Forma e prazo para apresentação de propostas -----
- 1- As propostas, bem como os documentos que a acompanham, devem ser entregues em formato de papel e encerrados em invólucro opaco e fechado, tendo escrito no exterior, além do nome e morada ou sede social do concorrente, a indicação “CONTÉM PROPOSTA PARA EXPLORAÇÃO DE UM ESPAÇO, NO MERCADO MUNICIPAL DE NELAS, DESTINADO A CAFETARIA E SNACK BAR, COM ESPLANADA”, sendo as mesmas dirigidas ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas – Praça do Município, 3520 – 001 Nelas. -----
- 2- O invólucro, depois de fechado, deve ser rubricado na aba. -----
- 3- As propostas deverão ser entregues no Balcão Único do Município, sito na Loja de Cidadão de Nelas, pessoalmente ou enviadas pelo correio, sob carta registada com aviso de receção, até às 16h00 do dia 8 de junho de 2026, sendo que as enviadas por correio, sob carta registada com aviso de receção, serão aceites desde que efetivamente recebidas até esta data limite. -----
- 4- Nos casos em que o envio da proposta seja feito por correio, o concorrente será o único responsável pelos atrasos que, porventura, se verificarem, não sendo dado provimento a qualquer reclamação apresentada com base na hipótese de a entrada dos documentos se verificar já depois de esgotado o prazo de entrega das propostas. -----
- 5- Os interessados poderão deslocar-se ao Mercado Municipal de Nelas para verificação do espaço e respetivas condições até às 13h00 do dia 8 de junho de 2026, sendo que para o efeito deverão deslocar-se à Câmara Municipal e solicitar o devido acompanhamento. -----
- Cláusula 5.^a - Documentos que acompanham a proposta -----
- A proposta é constituída pelos seguintes documentos: -----
- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo de declaração que se anexa (Anexo I), assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar; -----
- b) Curriculum vitae do concorrente com indicação da sua experiência profissional no ramo; -----
- c) Descrição do conceito da proposta de exploração, a sua concretização, o tipo de ofertas e dos serviços prestados; -----
- d) Cópia da última declaração periódica de rendimentos para efeitos de IRS ou IRC, a qual contenha o carimbo de recibo, ou, para os concorrentes não empresários, declaração do concorrente em como se compromete a apresentar declaração de início de atividade no prazo de oito dias a contar do recebimento da comunicação da respetiva adjudicação. -----
- Cláusula 6.^a - Forma de apresentação das propostas -----
- 1- A proposta, bem como os documentos que a acompanham, são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, com letra bem legível, sem rasuras nem emendas e devem conter, pelo menos, o nome do concorrente, NIF ou NIPC e respetiva morada ou sede social. -
- 2- O valor da proposta deverá ser indicado por algarismos e por extenso, prevalecendo este para todos os efeitos, em caso de divergência. -----
- 3- Não são admitidas propostas variantes. -----

---- Cláusula 7.^a - Local, dia e hora de abertura das propostas -----

---- 1. A abertura das propostas apresentadas para adjudicação da “Exploração de um espaço, no Mercado Municipal de Nelas, destinado a cafetaria e snack bar, com esplanada, para o quinquénio 2026-2031” realizar-se-á em sessão pública no dia 9 de junho de 2026, pelas 14h30, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por uma Comissão composta pelos seguintes elementos: -----

---- a) Marta Sofia Póvoas Bilhota, Técnica Superior - Presidente; -----

---- b) Ana Isabel Almeida dos Santos, Dirigente Intermédia de 3º Grau - Vogal; -----

---- c) Susana Maria Daniel Abrantes Mesquita, Dirigente Intermédia de 3º Grau - Vogal. -----

---- 2. Em situação de falta ou impedimento de qualquer dos membros efetivos, proceder-se-á à sua substituição por qualquer dos seguintes membros: -----

---- a) Paula Alexandra Lopes Sampaio, Técnica Superior; -----

---- b) Susana Maria Rabaça Teixeira Henriques, Técnica Superior. -----

---- 3. As propostas serão analisadas pela referida Comissão, pelo que, só após esta análise, se procederá à adjudicação que será realizada em reunião da Câmara Municipal a realizar no dia 25 de junho de 2026, às 15h00. -----

---- Cláusula 8.^a - Critérios de adjudicação -----

---- A adjudicação será feita à proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta os seguintes fatores: -----

---- a) Valor da proposta (preço mais alto) – 60% -----

---- b) Experiência profissional – 20%. -----

---- Para a avaliação do critério referido em b), será considerado o curriculum do concorrente e/ou equipa técnica no domínio da exploração de estabelecimento de restauração e bebidas, pontuados de 0 a 20. Essa avaliação será feita da seguinte forma: -----

Experiência na área	Classificação	Pontuação
+ de 10 anos	Muito Bom	20
Entre 5 e 10 anos	Bom	15
Entre 2 e 5 anos	Médio	10
Até 2 anos	Suficiente	5
Sem experiência	Fraco	0

---- c) Qualidade do projeto de exploração – 20% -----

---- Este fator será avaliado de acordo com a descrição do conceito da proposta de exploração, a sua concretização, o tipo de ofertas e dos serviços prestados, bem como a adequação do projeto de exploração ao meio envolvente em que as infraestruturas objeto de concessão se inserem, bem como ao público alvo. A pontuação referida em c), será atribuída da seguinte forma: -----

Qualidade do projeto (Classificação)	Pontuação
Muito Bom	20
Bom	15
Médio	10
Suficiente	5
Fraco	0

---- Cláusula 9.^a - Preço base -----

---- O preço base fixa-se em 125,00€ (cento e vinte e cinco euros). -----

---- Cláusula 10.^a - Documentos de habilitação -----

---- Após a adjudicação, o adjudicatário deve apresentar, no prazo de 10 dias úteis os seguintes documentos: -----



Reunião de 13/05/2026

- a) Declaração referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP (Anexo II); -----
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP. -----
- CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS -----
- Cláusula 11.^a - Início e termo de exploração -----
- 1- No prazo máximo de 10 dias úteis após a outorga do contrato, o concessionário deverá dar início à exploração do espaço. -----
- 2- O concessionário é o único responsável perante o Município de Nelas pela preparação, planeamento e coordenação de todas as tarefas a desenvolver na exploração. -----
- 3- Com o termo da concessão, o concessionário entregará ao Município de Nelas as instalações concessionadas, no mínimo, nas condições em que lhe foram entregues na data da celebração do contrato escrito, incluindo todas as benfeitorias entretanto ali efetuadas sem que acarrete qualquer custo para o Município. -----
- Cláusula 12.^a - Obrigações principais do concessionário -----
- 1- Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o concessionário as seguintes obrigações principais: -----
- a) Dotar o estabelecimento do equipamento necessário à exploração; -----
- b) Obter todas as licenças, certificações e autorizações necessárias às atividades integradas na concessão; -----
- c) Assegurar a gestão do espaço destinado a café e snack bar conforme definido no caderno de encargos e no contrato; -----
- d) Manter a limpeza e a segurança do espaço da exploração, incluindo a esplanada, de acordo com as normas de higiene em qualquer serviço prestado ao público, sendo as despesas com a respetiva limpeza da responsabilidade do concessionário; -----
- e) Proceder ao pagamento mensal das rendas; -----
- f) Proceder ao pagamento dos encargos resultantes do exercício da concessão, nomeadamente água, eletricidade e outros. -----
- 2- A execução de quaisquer benfeitorias por parte do concessionário é obrigatoriamente antecedida de comunicação escrita ao concedente e prévia autorização por escrito. -----
- 3- É vedado ao concessionário a instalação de equipamento que de algum modo danifique, degrade ou adultere o estabelecimento. -----
- 4- O concessionário obriga-se a manter a sua atividade, ininterruptamente durante o prazo de concessão. -----
- 5- O incumprimento do previsto nos números anteriores, poderá dar origem à cessação do contrato. -----
- 6- O Município de Nelas, após verificação e análise da situação prevista no número anterior, pode colocar termo ao contrato, devendo para o efeito proceder à audiência prévia do concessionário. -----
- Cláusula 13.^a - Condições de pagamento -----
- 1- O preço da exploração é pago em duodécimos mensais, na Tesouraria do Município de Nelas, do dia 1 ao dia 10 do mês anterior àquele a que disser respeito, sendo atualizável anualmente de acordo com o fator legal de correção que vier a vigorar no mesmo período, para as rendas de estabelecimentos comerciais e ou industriais. -----
- 2- A primeira mensalidade será paga até ao final do mês da efetiva entrega ao adjudicatário, em valor proporcional aos dias correspondentes, e antes da abertura do estabelecimento. -----

---- 3- Por cada dia de atraso no pagamento nos termos referidos nos números anteriores, serão aplicados, sobre o valor em dívida, juros de mora nos termos da lei. -----

---- 4- A partir do 10.º dia de atraso o Município de Nelas poderá optar pela cessação da concessão. -----

---- Cláusula 14.^a – Seguros -----

---- Para além dos seguros obrigatórios nos termos da legislação em vigor, o concessionário deverá celebrar e manter em vigor, sem qualquer encargo para o Município de Nelas, os seguintes seguros, válidos até ao fim da concessão: -----

---- a) Acidentes de trabalho, conforme legislação em vigor, cobrindo todo o pessoal ao seu serviço na execução da concessão; -----

---- b) Responsabilidade civil de exploração, cujas garantias devem abranger danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros por atos ou omissões decorrentes da atividade inerente à exploração, incluindo os resultantes de operação de qualquer máquina e/ou equipamento, e outros danos causados pelo pessoal ou pelas pessoas sob a sua direção; -

---- c) Multirriscos. -----

---- Cláusula 15.^a – Pessoal -----

---- 1- São da exclusiva responsabilidade do concessionário todas as obrigações relativas ao pessoal contratado, à sua aptidão profissional e à sua disciplina, bem como ao cumprimento da legislação laboral. -----

---- 2- O concessionário compromete-se a respeitar e fazer respeitar todas as normas vigentes em matéria de entrada, permanência e trabalho, permanente ou eventual e ainda que não remunerado, de trabalhadores estrangeiros em território nacional. -----

---- 3- O concessionário é responsável por todos os encargos sociais e descontos estabelecidos na legislação em vigor, relativa ao pessoal que tiver ao seu serviço. -----

---- 4- O concessionário obriga-se a ter exposto, nas instalações da exploração, o horário de trabalho em vigor e demais publicações e documentos legalmente obrigatórios. -----

---- 5- O concessionário é obrigado a manter a boa ordem nos locais objeto da concessão de exploração. -----

---- 6- O concessionário é obrigado a cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor, designadamente relativa à segurança, higiene e saúde no trabalho, incluindo a identificação dos trabalhadores. -----

---- Cláusula 16.^a - Atos e direitos de terceiros. Perdas e danos -----

---- 1- O concessionário é o único responsável pelas indemnizações por perdas e danos e as despesas resultantes de prejuízos pessoais, de doenças, de impedimentos permanentes e temporários ou morte, decorrentes ou relacionados com a execução da exploração; estas indemnizações e despesas abrangerão obrigatoriamente terceiros, incluindo o próprio Município de Nelas. -----

---- 2- O concessionário é o único responsável pela reparação de todos os prejuízos sofridos por terceiros, incluindo o próprio Município de Nelas, designadamente os prejuízos materiais resultantes: -----

---- a) Da atuação do pessoal do concessionário ou dos seus subcontratados; -----

---- b) Do deficiente comportamento dos equipamentos; -----

---- c) Do impedimento de utilização. -----

---- 3- O concessionário é o único responsável pela cobertura dos riscos resultantes de circunstâncias fortuitas e/ou imprevisíveis, e de quaisquer outras, nomeadamente as decorrentes de inundações. -----

---- Cláusula 17.^a – Equipamentos -----

---- 1- Constituem encargos do concessionário os custos com a aquisição e manutenção de máquinas, aparelhos, utensílios, ferramentas, bem como todos os encargos com a substituição dos equipamentos existentes, manutenção das instalações concessionadas, em tudo indispensável à boa execução da exploração. -----

---- 2- O equipamento afeto à exploração e referido no número anterior deve satisfazer, quer quanto às suas características, quer quanto ao seu funcionamento, o estabelecido nas leis e regulamentos de segurança em vigor. -----



Reunião de 13/05/2026

- 3- O equipamento fixo existente ou a adquirir pelo concessionário, no termo da concessão, passa automaticamente para propriedade do Município de Nelas. -----
- Cláusula 18.^a - Horário de funcionamento -----
- O café/snack bar terá os horários de funcionamento aprovados para estabelecimentos do mesmo ramo existentes no Concelho de Nelas e licenciados pelas competentes autoridades oficiais. -----
- Cláusula 19.^a – Fiscalização -----
- O Município de Nelas tem o direito de exercer inspeções ao estado da conservação e equipamentos afetos à concessão, bem como fiscalizar a exploração e cumprimento dos deveres do concessionário nos termos impostos por este caderno de encargos, nas cláusulas contratuais e a legislação em vigor, e nomeadamente no que se refere: -----
- a) Qualidade do serviço prestado na área explorada; -----
- b) Estado de asseio e arranjo das respetivas instalações e zonas circundantes; -----
- c) Relações do explorador e do seu pessoal com o público. -----
- Cláusula 20.^a -----
- Suspensão da exploração -----
- 1- O adjudicatário apenas poderá suspender a exploração quando tal resulte de: -----
- a) Ordem ou autorização escrita do Município ou de facto que lhe seja imputável; -----
- b) Caso de força maior. -----
- 2- No caso de suspensão nos termos da alínea b) do número anterior, o concessionário deverá comunicar ao Município de Nelas, logo que possível, o motivo de força maior. -----
- Cláusula 21.^a - Resolução do contrato -----
- 1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o concessionário pode resolver o contrato em caso de incumprimento das obrigações contratuais do Município de Nelas. -----
- 2- De igual modo o Município poderá resolver o contrato por incumprimento das obrigações contratuais de concessionário. Serão consideradas causas legítimas de resolução, nomeadamente: -----
- a) A transmissão de exploração a qualquer título a terceiros sem autorização do Município; -----
- b) Falta de pagamento da renda da concessão; -----
- c) Utilização para fim diverso da concessão; -----
- d) Desobediência às instruções e recomendações do Município; -----
- e) Estabelecimento encerrado, sem justificação atendível por período superior a 5 dias consecutivos ou 10 dias interpolados. -----
- 3- A resolução é efetuada mediante notificação escrita, remetida com aviso de receção. --
- 4- Em caso de resolução do contrato, o concessionário terá 30 dias para retirar do local os bens móveis que lhe pertençam. -----
- Cláusula 22.^a - Denúncia do contrato -----
- 1- Após seis meses de duração efetiva do contrato, o concessionário pode denunciá-lo, independentemente de qualquer justificação, mediante comunicação ao Município com a antecedência mínima seguinte: -----
- a) 120 dias do termo pretendido do contrato, se, à data da comunicação, este tiver um ano ou mais de duração efetiva; -----
- b) 60 dias do termo pretendido do contrato, se, à data da comunicação, este tiver até um ano de duração efetiva. -----

---- 2- A inobservância da antecedência prevista no número anterior não obsta à cessação do contrato, mas obriga ao pagamento das rendas correspondentes ao período de pré-aviso em falta. -----

---- CAPÍTULO III - DISPOSIÇÕES FINAIS -----

---- Cláusula 23.^a - Casos omissos -----

---- Os casos omissos no presente Caderno de Encargos serão resolvidos e decididos, caso a caso, pela Câmara Municipal de Nelas. -----

---- Cláusula 24.^a - Falsidade de documentos e declarações -----

---- A falsificação de qualquer documento ou a prestação de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação que será comunicada à entidade competente para efeitos de procedimento criminal. -----

---- Cláusula 25.^a - Comunicações e notificações -----

---- 1- Sem prejuízo do poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato. -----

---- 2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte. -----

---- Cláusula 26.^a - Contagem de prazos -----

---- Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e feriados, com exceção dos prazos referidos na cláusula 10.^a e n.º 7 da cláusula 12.^a. -----

---- ANEXO I - Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) da Cláusula 5.^a] -----

---- 1 — _____ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) _____ (firma, número de identificação fiscal e sede), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento relativo à Concessão de Exploração de um espaço, no Mercado Municipal de Nelas, destinado a cafetaria e snack bar, com esplanada, para o quinquénio 2026-2031, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas. -----

---- 2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3): a) ...; b) ... -----

---- 3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável. -----

---- 4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que, não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos. -----

---- 5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal. -----

---- 6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código. -----

---- 7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação



Reunião de 13/05/2026

do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal. -----

---- ... (local), ... (data), ... [assinatura (4)]. -----

---- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas. -----

---- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada». -----

---- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração. -----

---- (4) Nos termos do disposto nos n.º 4 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos. ----

---- ANEXO II - Modelo de declaração -----

---- [a que se refere a alínea a) da Cláusula 10.ª] -----

---- 1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede), adjudicatário(a) no procedimento relativo à Concessão de Exploração de um espaço, no Mercado Municipal de Nelas, destinado a cafetaria e snack bar, com esplanada, para o quinquénio 2026-2031, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos. -----

---- 2 — O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos. -----

---- 3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra - ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal. ... (local), ... (data), ... [assinatura (5)]. -----

---- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas. -----

---- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada». -----

---- (3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso. -----

---- (4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada». -----

---- (5) Nos termos do disposto nos n.º 4 do artigo 57.º.” -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Para apresentar o ponto, Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: -----

---- - Obrigada, Senhor Presidente. O Município trás aqui, então, o Caderno de Encargos porque pretende fazer uma hasta pública, para concessão de um espaço no Mercado Municipal de Nelas destinado a cafetaria e snack-bar, com esplanada, para o quinquénio 2026-2031. Esta concessão terá o prazo de 5 anos com início na data da assinatura do contrato. Não é transmissível, total, ou parcialmente, nem mesmo por arrendamento, sem prévia autorização do Município de Nelas. As propostas deverão ser entregues no Balcão Único do Município, sito na Loja de Cidadão de Nelas, pessoalmente, ou entregues pelo correio, sob carta registada, com aviso de receção, cujo prazo de concessão terá a duração de

5 anos. Os interessados poderão deslocar-se ao Mercado Municipal de Nelas para verificar o espaço e respetivas condições até às 13h00 do dia 8 de junho de 2026, sendo que para o efeito deverão deslocar-se à Câmara Municipal e solicitar o devido acompanhamento ao local. A abertura das propostas apresentadas para adjudicação da exploração de um espaço, no Mercado Municipal de Nelas, destinado a cafetaria e snack bar, com esplanada, para o quinquénio 2026-2031, realizar-se-á em sessão pública no dia 9 de junho de 2026, pelas 14h30, no Salão Nobre dos Paços do Concelho. E o preço base fixou-se em 125,00 euros. Pronto, Senhores Vereadores, qualquer dúvida que queiram tirar, sintam-se à vontade para o fazer. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Muito bem. Muito obrigado, Senhora Vereadora. Algum dos Senhores Vereadores quer fazer alguma intervenção? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Eu queria só perguntar se esta hasta pública, em vez de ser uma hasta pública só de per si, se não podia ser efectuada na própria reunião de Câmara. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - As propostas? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - A abertura, a hasta pública? -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Sim, pode participar, Senhor Vereador. Pode estar presente, se quiser. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Sim, eu sei. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Sim, o Senhor, como Vereador, pode participar. Pode ser candidato e tudo, com todo o gosto. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Nove de julho? -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Junho. Mas, com todo o gasto. Qualquer Senhor Vereador pode participar. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Eu peço desculpa. Nesta hasta pública está determinado quem é que a vai presidir? Quem é que a vai assessorar? -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Está no documento também. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Eu li, eu li assim só pela raiz, só pela rama. Há aqui uma questão que parece-me que, mais uma vez, como eu tenho a mania de falar muito nisso, nas benfeitorias. As benfeitorias estão contempladas? Eu li por alto só, sou-lhe sincero. Não tive tempo para ler isto. Aliás, só tirei cópia à convocatória da reunião. A pergunta que eu faço é: Se houver benfeitorias, obviamente, sempre com o consentimento do Município, elas são depois pagas ao arrendatário? Ou fica assim? Vão-se embora? -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - A concessão não contempla as benfeitorias. Portanto, nós não vamos. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Não as deixa fazer? Imagine que é preciso fazer lá mais uma. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Pode acontecer, mas, para já, não. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Não? Estou esclarecido. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - O que não quer dizer, como é óbvio, isso está tipificado na Lei. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----



Reunião de 13/05/2026

---- - Eu vi, eu de facto vi, eu vi o que foram os equipamentos. Fica a favor, o fixo fica a favor do Município. Pronto, tudo bem. Mas eu estava a dizer: Imagine que é preciso lá fazer, com autorização, evita a autorização da Câmara para fazer uma parede? Fazer uma coisa qualquer?

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Mas, isso, não está contemplado fazer isso agora lá. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Mas pode fazê-lo. Mas pode fazê-lo lá, se a Câmara o autorizar. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Internamente, sim. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Era a dúvida que eu tenho. Se depois a Câmara o indemniza por o ter feito? Ou, então fica a favo? Ele perde aquilo a favor do Município. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- Se houver, então, benfeitorias, será, então, ressarcido do que de corre da Lei. Portanto: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado, por unanimidade. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Caderno de Encargos referente à hasta pública, atrás descrito, para concessão de exploração de um espaço, no Mercado Municipal de Nelas, destinado a cafetaria e snack bar, com esplanada, para o quinquénio 2026-2031. -----

2.5.PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE NELAS E A EDM-EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO MINEIRO EM 2016-CONHECIMENTO

---- Presente o Acordo de Parceria para a valorização do potencial cultural, turístico, geológico e mineiro dos territórios das antigas áreas mineiras abandonadas e recuperadas no âmbito da Concessão entre o Estado e a EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro e celebrado em 23 de setembro de 2016, entre o Município de Nelas e a referida EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Para dar conhecimento, portanto, até do que nós tínhamos também falado na última reunião. É um Protocolo de 2016 que está em vigor. Com o contexto que está, neste momento, a ser uma proposta, à laia de passar para o Município outro edifício, neste caso, os antigos Serviços Administrativos. A EDM fez uma proposta ao Município mais alagada. Antes dessa, o que nos pedido para termos o que é Protocolo em vigor de 2016, para dar conhecimento. Está dado conhecimento. Eu pedi ao Senhor Vice-Presidente para fazer um pequeno enquadramento sobre esta questão, antes, naturalmente, de dar a palavra aos Senhores Vereadores que assim, o entenderem. Senhor Vice-Presidente. -----

---- O Senhor Vice-Presidente: -----

---- - Obrigado, Senhor Presidente. O protocolo que existe com o Município e com o EDM já é público, é conhecido. Os Senhores Vereadores também o têm aí. E nós reunimos com a EDM há três semanas. Estamos a elaborar um Protocolo onde, na nossa opinião, podemos alavancar, aquele Parque da EDM, onde tem todas as condições para ser um ponto de referência. O Município tem interesse em ficar com o edifício dos escritórios, como é sabido. E estamos a negociar aqui uns ajustes onde o Município, no nosso entender, terá grandes benefícios em poder, além de ficar com esse edifício dos escritórios, ficar também com outros edifícios que estão no Parque da EDM e não só. O Protocolo abrange outras coisas fora daquele Parque. Mas penso que, no geral, é benéfico para o Município, para podermos, porque está na altura também, e acho que todos são todos da mesma opinião, o Parque da EDM é um Parque que tem condições para poder, não estar só, ter que ir lá o Município, uma vez por mês, ou de dois em dois meses, cortar a erva para poder estar disponível à população.

Acho que pode e tem potencial para muito mais. E estamos a trabalhar, juntamente, com a EDM para poder alavancar, não só o Parque, mas toda a Zona envolvente que pertencia à EDM. E, num futuro próximo, depois deste Protocolo, poderá ficar tudo ao encargo do Município. Senhor Presidente, quer dizer mais alguma coisa? -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Senhor Vice-Presidente, está muito bem. Está muito bem. Senhora Vereadora, Senhor Vereador, faz favor. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Diogo Figueiredo: -----

---- - Senhor Presidente, a minha intervenção está relacionada com essa falta de manutenção que se verifica nos espaços abrangidos pelo Protocolo. Até porque, logo no Preâmbulo, o Acordo refere que o Programa de Remediação e Requalificação Ambiental das Antigas Áreas Mineiras visa, entre outros objetivos, promover a recuperação ambiental, proporcionar novas utilizações das áreas abrangidas em prol das Comunidades locais e ainda promover uma alteração da imagem do Setor, valorizando os territórios e criando condições para o seu usufruto de parte da população. O próprio Protocolo identifica intervenções realizadas no Concelho, designadamente na Zona da Urgeirica, enquadradas, precisamente, nessa lógica de recuperação, valorização ambiental, turística e comunitária. Por isso, manifestamos o nosso desagrado relativamente ao estado em que se encontram os espaços abrangidos pelo Protocolo, particularmente o Parque, ali adjacente à Rua 1 de Julho. O que verificamos no local é um evidente estado de abandono, de falta de manutenção, incompatível com os objetivos que eu enunciei atrás. Existem equipamentos que estão degradados, inutilizados. Há passadiços e ali uma ponte também com algumas madeiras partidas. Falta de limpeza, ausência de manutenção em lugar dos espaços verdes, com ervas altas, impedindo, inclusive, a utilização dos aparelhos que ali existem, até para algum exercício físico. Trata-se de um espaço que deveria estar ao serviço das Famílias, da prática da atividade física e do usufruto da Comunidade. Mas nestas condições, a localização é, praticamente, impossível. Por isso mesmo é até importante esclarecer quem é que tem essa responsabilidade, em termos daquilo que é a manutenção e a conservação dos espaços. Se é o Município. Se é a Junta de Freguesia. Eu deduzo até que, no caso até da Junta de Freguesia, se é quem tem essa responsabilidade, quando é o Orçamento, se já prevê alguma verba para isso. Não sendo a Freguesia, será o Município. Pronto, aqui o importante é garantir que aquele espaço deixe de estar ao abandono e possa, então, voltar a cumprir a função pública para a qual foi criado. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Obrigado, Senho Vereador. Senhor Vice-Presidente, faz favor. -----

---- O Senhor Vice-Presidente: -----

---- - Bem, aqui estamos de acordo, praticamente, em tudo. Aliás, somos os dois contrterrâneos e vivemos portas com portas com o Parque da EDM. Está num estado avançado de degradação. Isso é fácil de ver. Não vale a pena estar aqui a camuflar uma coisa que está à vista de todos. Quanto às ervas, não sei. Se já não estiverem cortadas hoje, devem estar amanhã. Pronto, é isso: Se já não estiverem cortadas hoje, devem estar amanhã. Que eu sei que, pelos Serviços, se acabaram hoje, não estão lá. Mas isso não é tudo. Isso não é tudo. Não é só cortar a erva. Se passarem ali no Parque do e isso também está no Protocolo com a EDM. E, por isso é que não está mexido em nada de madeiras. Se passarem ali no Parque dos Valinhos, estão a ver que aquilo está a ser tudo, estão ser requalificadas as madeiras que lá estão. E a seguir, irão para o Parque da EDM. Não vai ficar, não vão remover, mas vão requalificar, exatamente, como vão fazer no Parque dos Valinhos. Depois de o Protocolo feito e passar tudo, que já está e devia ter sido preservado ao longo destes anos, essas madeiras, devia ter sido tudo preservado. Não foi e não vale a pena, como disse, estarmos aqui a camuflar isso. São alguns anos ali de, não vou dizer de abandono, mas mais de desleixo. Mas estamos em condições de avançar que, a breve trecho, o Parque estará outra vez em condições. E depois esse trabalho será nosso de não o deixar abandonar e manter, manter. E não só porque depois, mais à frente, se calhar, iremos falar. Temos reunido com algumas Associações, acho que o Senhor Presidente até falou nisso na última reunião de Câmara. Temos Associações, temos Associações de opção também, os Lagostins e os Anti-Social, preparados para instalar nesse



Reunião de 13/05/2026

espaço e dar vida ao Parque. E com essa dar vida, também incutir as Associações, não só metê-los lá, mas eles vão fazer parte integrante da solução para o Parque não voltar outra vez ao abandono que está no momento. E acredito que, a breve trecho, como disse, estará outra vez aprazível para os miúdos e os graúdos poderem desfrutar dele. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Muito bem. O ponto 2.5 tem a ver com o Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Nelas e a EDM, em 2016. Conhecimento. Está dado conhecimento. Um apontamento para dizer que a proposta virá à próxima reunião de Câmara, da EDM, para nós a vermos. E a partir daí. E o passo que nós fizemos foi: Primeiro - Haver conhecimento do Protocolo que está em vigor, antes de estudar a nova proposta da EDM. Portanto, naturalmente é esta. E, depois, na próxima, a nova proposta de Protocolo. Portanto, está dado conhecimento deste ponto. -----

---- A Câmara tomou conhecimento do Acordo de Parceria para a valorização do potencial cultural, turístico, geológico e mineiro dos territórios das antigas áreas mineiras abandonadas e recuperadas no âmbito da Concessão entre o Estado e a EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro e celebrado em 23 de setembro de 2016, entre o Município de Nelas e a referida EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro. -----

3 – CONTABILIDADE

3.1.PAGAMENTO DE FATURAÇÃO DIVERSA–ABRIL DE 2026–CONHECIMENTO

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Se houver algum pagamento que esteja, ou dos registos que estejam efetuados, os Senhores Vereadores requeiram informação adicional, sintam-se confortáveis com isso, seja em qualquer circunstância, agora, ou à posteriori. Não haverá problema nenhum em essa informação ser facultada. -----

---- A Câmara tomou conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Senhor Presidente da Câmara, Joaquim Augusto Alves Amaral, durante o mês de abril de 2026, no total de 2.256.099,45 euros (dois milhões duzentos e cinquenta e seis mil noventa e nove euros e quarenta e cinco centavos), referente a Operações Orçamentais e no total de 2.010,00 euros (dois mil e dez euros), referente a Operações de Tesouraria, descritos em relação elaborada pelos Serviços de Contabilidade. -----

3.2. ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO MUNICIPAL N.º 6 E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO N.º 6, DO ANO DE 2026 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presentes as Alterações ao Orçamento Municipal n.º 6 e às Grandes Opções do Plano n.º 6, do ano de 2026, a qual fica anexa a esta ata (Anexo I), fazendo dela parte integrante. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Portanto, nós temos aqui o documento da Alteração, que decorre, grande parte também do reforço de verbas de candidaturas. Tem a ver com o ITI. Já falámos hoje sobre ele, sobre o Portugal 2030. E tem a ver com a Requalificação e Beneficiação Energética e Modernização do Jardim-de-Infância de Canas de Senhorim, que tem o reforço de 163.968,00 euros. Candidatura aprovada com um montante de 472.336,00 euros. E a Requalificação e Beneficiação Energética e Modernização do Jardim-de-Infância de Senhorim, também decorrente do que é a candidatura. Temos uma candidatura aprovada com um montante de 299.976,63 euros. Dizer-vos que as rubricas que tiveram reforço foram as senhas de presença, que decorrem da atualização da tabela remuneratória dos Eleitos Locais e implica o pagamento retroativo dos novos valores 2026, no valor de 2.950,00 euros. Tem a ver com a

Comunicação que veio, que é a obrigatoriedade das senhas de presença, seja na Câmara Municipal, na Assembleia Municipal, sejam feitos os pagamentos retroativos. E, portanto, é esse o reforço que é feito. Há reforço da adesão, que foi ainda mais significativa, na Campanha da Páscoa do Comércio Local, de 2.500,00 euros. No que é da vigilância de eventos do Município promovidos, que também decorre do que é expectável em eventos, da Feira do Vinho, ou outros, que sejam realizados. É uma Bolsa de Vigilância no valor de 4 mil euros. Nos outros impostos, taxas, pago, independentemente do valor, da Taxa de Recursos Hídricos ao Estado, calculada, decorrente do que é o Ciclo Urbano da Água, do território, 37.500,00 euros. Há outras Despesas Correntes de Contra-Ordenação, que têm a ver com uma Contra-Ordenação de 2018, que têm a ver com o IGAMAOT. E o Município deduziu a pronúncia da oposição. O que foi, e, entretanto, em Primeira Instância foi dada razão ao Município. Mas o Ministério votou. E, portanto, a decisão agora é final. E foi o Município comunicado que tem que fazer o pagamento desse valor. Neste momento, portanto, é a decisão. Portanto, tem a ver com o procedimento de, como eu estava a dizer, de 2018. Eu queria só aqui confirmar ao certo para não vos induzir em erro. Em 13 de julho de 2018 o Município foi notificado relativamente à Contra-Ordenação que já reportava do Processo de Contra-Ordenação número NUI-CO-00-163. Portanto, tem três referências que aparecem depois e que foram depois nas Informações à Assembleia, SGI, da IGAMAOT. Portanto, é uma Contra-Ordenação Ambiental muito grave. Descargas. Descargas. Uma empresa do território. De qualquer maneira, se o Senhor Vereador também se recordar, nós também nos fomos responsabilizando em termos de Câmara, com algumas questões das empresas. E, portanto, nós temos um valor provisionado para esta questão. Obviamente que esta, a primeira, quando foi feito o Orçamento. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Qual é o valor da coima, já agora? -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - No total temos de pagar 25 mil euros. Nós tínhamos uma dotação de 20 mil euros. Pensávamos que isso seria suficiente. Mas fomos notificados. Temos de pagar esta de uma maneira acrescida até ao final deste mês. E, portanto, é necessário fazer este reforço para haver essa disponibilidade para fazer esse pagamento. O Plano de Estabilização de Emergência, o ajuste do valor, tem a ver com o que nós falámos também da comparticipação. É uma boa notícia. Estávamos a falar do Jardim-de-Infância de Canas de Senhorim. Cobre todo o procedimento. A necessidade de fazer este reforço. Da Escola Secundária Eng.º Dionísio Augusto Cunha, por causa do Certificado Energético, para a conclusão depois da empreitada, que é obrigatório. E da Requalificação da Casa da Câmara em Agueira, de mais de 6.800,00 euros. O mesmo com a Estação Elevatória de Carvalhal Redondo. E o reforço, cada vez que há, que é um custo natural, mas recorrente, que tem a ver com os produtos químicos que nós utilizamos no Ciclo Urbano da de água, em particular. Não só na água, mas no saneamento, onde tem uma expressividade bem significativa. Mas, naturalmente, nós não podemos querer ETAR,s e não ter o custo que lhe esteja associado. Portanto, as rubricas que tiveram na anulação da Despesa é o Plano de Estabilização de Emergência neste ajuste. Portanto, o ajuste é reforço e é diminuição, porque tem a ver com o facto da candidatura. A outra tem a ver com a dotação, ainda sem execução, de 30.000,00 euros na Ampliação da Rede de Esgotos do Concelho, em rubrica generalizada. É a Rede Viária, que nós, com dotação ainda sem execução prevista, 10.056,00 euros. Portanto, Senhores Vereadores, Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas: -----

---- - Obrigada, Senhor Presidente. Senhor Presidente, em relação a esta Alteração Orçamental e, sem prejuízo, de facto, isto é uma competência do Senhor Presidente de Câmara. Já não é uma competência da Câmara. Ainda assim, eu preciso de fazer aqui algumas questões e queira desculpar se, às vezes, sou um bocadinho aborrecida nesse sentido. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - É o seu papel. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas: -----



Reunião de 13/05/2026

---- - Exatamente. Ainda que não é uma questão. A primeira observação é dizer que não consigo compreender porque é que esta informação só foi enviada ontem. A exceção não pode ser uma regra. E, portanto, apelo mais uma vez para que sejam respeitados os prazos porque, de facto, torna-se muito complicado para nós cumprirmos, precisamente, o nosso papel, como disse, as nossas funções de escrutínio. Relativamente às movimentações que são propostas, eu, ou eu estou a interpretar isto mal e devo estar, de certeza absoluta. E, portanto, a minha primeira questão tem a ver com, se calhar, uma interpretação errada da minha parte. A segunda questão tem a ver com o não concordar com duas movimentações que são feitas. E, daí que, portanto, a nossa intenção de voto, que não tem valia nenhuma, mas, no entanto, tem a valia da responsabilidade política. O Senhor Presidente informa que está a fazer uma Alteração modificativa ao Orçamento decorrente da aprovação de duas candidaturas, as quais trazem aqui quase que um valor, eu estou a fazer assim, um valor líquido de aumento de Receita no Orçamento Municipal. E, por conseguinte, essa Receita é distribuída no segundo quadro desta proposta naquilo que são as modificações de reforço e de anulação. A primeira pergunta que eu ponho, porque nós não conhecemos, é: As duas candidaturas foram aprovadas quando? Será que nós, hoje a reunião é descentralizada, não é possível, não temos aqui os Serviços perto de nós, mas desconhecendo nós o Projeto e o Orçamento e aquilo que foi candidatado, aquilo que eu estou a ler da informação do Senhor Presidente, é que no caso do Jardim-de-Infância de Canas de Senhorim, foi apresentada uma candidatura e ela foi aprovada num valor de 432 mil euros. Eu não sei se é o valor do investimento total, se isto é o valor do elegível, ou se é o valor da participação. Mas isso é uma informação que o Senhor Presidente poderá dar hoje, ou depois. E, relativamente à candidatura do Jardim-de-Infância de Senhorim, aconteceu o contrário. Ou seja, a Câmara apresentou uma candidatura, que tem um Projeto, que tem um Orçamento. E por alguma razão houve um corte dessa candidatura e foi aprovada apenas por 299 mil euros, que também não sei se é o valor do investimento total, se é o valor elegível. Portanto, a minha primeira dúvida subsiste aqui que é e vamos falar apenas no valor que foi aprovado a mais e ainda bem. À partida, penso eu, o que aconteceu foi: O Município de Nelas apresentou uma candidatura. Essa candidatura tem um Projeto, tem um Orçamento, de construção, de aplicação de painéis, seja lá do que for a candidatura. E esse Orçamento e essa Memória Descritiva tinham um determinado valor. E aquilo que foi aprovado foram 432 mil euros, sendo que no Orçamento Municipal de 2026 e eu até me dei ao trabalho de ir ver o que é que estava em 2025, que nem devia, mas vá. E aquilo que foi a execução, foi tão recente a aprovação das Contas de Gerência. E aquilo que nós tínhamos em 2025, desculpem lá, a Execução Anual das Grandes Opções do Plano que eu tinha aqui, deixem-me ver, portanto, eu não sei quando é que a candidatura foi apresentada. Aquilo que me é dito aqui é que a candidatura está aprovada. Pronto. Mas já em 2025, o Senhor Presidente tinha inscrito no Orçamento e não executou, pois claro, estes valores que refere e que eu, no que diz respeito à Requalificação do Jardim-de-Infância de Canas de Senhorim, os valores que estavam inscritos em 2025 e que não foram executados eram 425 mil euros para 2025 e 229 mil euros para 2026. Naturalmente, como nós sabemos, não foi executado. Eu deduzo porque a candidatura foi apresentada, volto a dizer que não sei quando é que ela foi apresentada. Ou foi apresentada no final do ano, em 2025 e veio agora aprovada. Ou foi apresentada no início de 2026 e veio agora aprovada. Certo é que, em 2026, quando o Senhor Presidente construiu o Orçamento, aquilo que tinha nesta mesma obra, orçamentada e eu já fiz os valores de 2025 não executados, era que o valor, ora, como são três Escolas, eu não quero estar aqui a confundir. Ora bem: 454 mil euros e para 2027, 177 mil euros. O que daria uma expectativa, um Orçamento de execução desta obra, de 631 mil euros, que eu

deduzo que também esteja com base, ninguém aponta estes valores do nada, já haveria alguns trabalhos iniciados de orçamentação desta intervenção, portanto, de Projeto. Portanto, eu só estou aqui a fazer e a partilhar consigo estas minhas dúvidas porque o que aqui o quadro nos diz é que o que estava de, o que tem a dotação, a dotação que está no Orçamento e o Orçamento é o de 2026, para este Projeto é de 268.369,00 euros. Como o que eu aqui tenho é o Orçamento. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Está a falar do de Canas de Senhorim? -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas: -----

---- - Do de Canas de Senhorim. Como o que eu aqui tenho à minha frente é o Orçamento inicial e eu não sei se houve movimentações nesta rubrica e porquê, para mim, é irrelevante porque a obra ainda não tinha sido, não sei se candidatada, ou não. O que eu quero dizer é: O Senhor Presidente, no Orçamento de 2026, inscreveu: Para 2026, o valor de 454.412,00 euros e para 2027, 177.000,00 euros. De facto, é uma intervenção plurianual. De acordo. Mas para 2026 inscreveu 454.000,00 euros. No entanto diz que a dotação é de 266.000,00 euros para 2026. Até aqui já não compreendo. Mas ainda que fosse. Portanto, a minha primeira dúvida é esta, mas que acaba por ser irrelevante. O que é relevante para mim é fazer a seguinte questão: Se a candidatura já está aprovada, atenção que eu não duvido do que ouvi, eu acredito em si, é o que aqui está: Candidatura aprovada de 452.000,00 euros. E se a rubrica está aberta com este valor de 268.000,00 euros, primeira questão: Porque é que o Senhor Presidente só reforça em 91.500,00 euros o valor desta obra, que é o que vem a seguir? Segunda questão: Se o valor, que parece ser um valor líquido positivo, mas até vamos admitir que só estávamos a falar de uma candidatura, nem vamos falar da segunda, é indiferente. Há um valor de Execução de Receita para o ano 2026 que, de acordo com uma candidatura aprovada, vai crescer, vai fazer crescer o Orçamento. Porquê? Porque essa obra, no Orçamento, estava dotada com um valor que tinha a expectativa, que tinha Projeto de valor inferior. E, quando a candidatura vem aprovada, afinal de contas conseguiu-se uma aprovação superior. Este valor de aprovação superior é desta obra. Não é de mais coisa nenhuma. E, portanto, eu continuo a dizer que a responsabilidade, de facto, é do Senhor Presidente de Câmara. Se, contabilisticamente, isto está bem feito, está tudo bem. Fico com sérias dúvidas porque, volto a dizer: O que acontece é que há uma candidatura que veio aprovada. A rubrica até podia ter zero euros, porque eu vou apresentar uma candidatura, podia ter um euro. Tinha a rubrica aberta para poder apresentar a candidatura. Fez um Orçamento, apresentou. Vieram aprovados 400 mil euros. Faz uma Revisão Orçamental para inscrever uma Receita que não estava prevista no Orçamento. Neste caso, a rubrica até já tinha um valor previsto. Havia essa expectativa. E há aqui um diferencial positivo que é desta obra. Não é de mais coisa nenhuma. Portanto, eu até assumo como é que se justifica a distribuição deste valor. Se é para distribuir algum valor, então, julgo eu, uma vez que agora tem a certeza do valor da Receita que vai obter do financiamento, se calhar o que tem que ser distribuído era o valor total do que estava na rubrica desta obra, uma vez que só agora é que entra o valor da receita completa. Mas é contabilístico. A minha segunda observação está relacionada com aquilo que são as movimentações que assumo que, contabilisticamente, as possa fazer, embora eu tenha posto a dúvida que pus porque, de facto, o valor da Receita extraordinária é de um financiamento de uma obra. Portanto, eu não sei como é que pode estar a distribuir nas outras rubricas, mas admitindo que o pode fazer, aqui, depois é uma questão de concordarmos, ou não e nós não concordamos com o facto de, sem justificação nenhuma, se retirar valor à Conservação, Remodelação e Ampliação da Rede de Esgotos no Concelho, num Concelho onde existem casas que não têm ligação à Rede de Saneamento Pública. E que se retire valor à rubrica de Requalificação de Rede Viária no Concelho, quando temos um Concelho, aliás como o Senhor Vice-Presidente disse no início deste mandato, com situações vergonhosas e bem. Ele disse-o. Só o estou a lembrar a expressão. Lembrando até que nestas duas rubricas, elas foram dotadas de um valor, portanto, na última Revisão Orçamental foi utilizado valor e bem, por isso a aprovámos, para reforçar estas rubricas. Uma delas era de cerca de mais de 50 mil euros. Esta, claramente, da Requalificação da Rede Viária do Concelho. Volto a dizer,



Reunião de 13/05/2026

Revisão Orçamental essa, de fevereiro, de março. Já nem me recordo. Por isso a aprovámos. Reforçámos investimentos mais do que prioritários necessários, urgentes. E, portanto, a minha questão, as minhas questões são estas e que vão, de alguma maneira, como é evidente, condicionar a nossa intenção de voto. Obrigada, Senhor Presidente. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, Senhor Vereador Dr. Diogo Figueiredo. Pronto. Muito bem. Só duas, ou três notas Nós sabemos que estão, no que é de Alterações ao Orçamento, que a informação ganha, completamente, descritiva, até com os quadros onde é que são feitos os reforços, onde é que são feitas as anulações, porquê, quais são as rubricas. E, portanto, acho que é a justificação, em termos legais e contabilísticos, o valor global do Orçamento, onde sai. As Alterações ao Orçamento servem para isso. Está cá, devidamente, evidenciado. Não é uma prática habitual. Não é que é bem ou mal. Nós fazemos questão disto. É verdade que foi enviada a informação fora do que é do período consignado. E é estas coisas fantásticas também existem, é, nem sempre vai ser possível alterar. Quando for possível a Alteração ao Orçamento vir para a votação, vota. Em abono da verdade até podia não vir e ia sempre para ratificação, ou para conhecimento. Mas vem para a votação. E sempre que for possível virá sempre para a votação. Portanto, basicamente, contra mim falo, com esta decisão. Se fosse para mero conhecimento, ou eu entendesse ratificação, viria nessa figura. A questão a que é que isso prendeu foi que, para contemplar com a informação fidedigna e trazer para aprovação, para que permita também que a discussão seja feita de uma forma mais abrangente. Uma coisa é discutirmos um documento que é, meramente, informação. O que não quer dizer que também não tem discussão. Ou para ratificação em que a decisão está tomada. E outra é a votação clara do documento. Foi isso que foi privilegiado. Dizer-vos que, no que foi, só dois, ou três pontos porque me parecem naquilo que eu percebi da intervenção da Senhora Vereadora. É assim: As candidaturas são submetidas. As candidaturas, até serem submetidas e aprovadas, têm o seu hiato temporal. Umas demoram mais, outras demoram menos. E a aprovação foi feita. Há montantes que são elegíveis, que decorrem da candidatura e outros que não são elegíveis. Eu por exemplo, há um montante máximo na Área da Educação, da parte de elegível, nós temos um montante máximo que podemos submeter de candidatura e temos um montante máximo que podemos ter o retorno de comparticipação. A partir daí a responsabilidade é da Autarquia. É o caso paradigmático do Jardim-de-Infância de Canas de Senhorim, onde, apesar de não haver comparticipação para uma componente que é um espaço extra que foi a Autarquia achar que faz sentido, em articulação com o pensamento também do que era esta infraestrutura que, finalmente vai ser requalificada, tem a necessidade deste reforço. Este reforço é para permitir o passo seguinte. A candidatura foi submetida. Foi aprovada. E, naturalmente, que tem que ter os Fundos Disponíveis para entrar na fase de concurso. E o concurso será aberto agora até ao final deste mês, tanto do Jardim-de-Infância de Canas de Senhorim, como do Jardim-de-Infância de Senhorim. Portanto, os valores, aqui, têm a ver, quando for o aviso de candidatura está, devidamente, espelhado o que é parte da comparticipação elegível e da parte do que é o financiamento da Câmara porque isto tinha uma comparticipação elegível de 85%, mas se o nosso Projeto for superior ao montante definido não aumenta a dotação que estava limite, ou no máximo, do ITI. E, portanto, é necessário que seja reforçado. É uma opção do Executivo que fez esta candidatura. Na altura também se falou sobre isso. E o investimento no Jardim-de-Infância, que tem um crescimento grande, que tem um número grande de crianças e que já que estávamos a fazer o investimento, fizemos um investimento mais abrangente e não só de requalificação plena. E, portanto, isto tem, naturalmente, os custos assumidos pela própria Autarquia, que é o caso do Jardim-de-

Infância de Canas de Senhorim. O Jardim-de-Infância de Senhorim é uma intervenção que não mexe com o edifício atual. É a Requalificação da Escola onde andou o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, digo eu, não, Senhor Vereador, não? E, portanto, tem a ver com isso. Sobre a questão do que é os reforços, ou as anulações, naturalmente que depende do que seja o necessário fazer em termos operacionais. Não quer dizer que seja colocado de parte. Mas sobre o saneamento que foi falado pela Senhora Vereadora recordo só uma coisa tão simples como esta e temos aí até nesta própria rubrica: Pela primeira vez a Freguesia de Senhorim vai ser contemplada com 2 ETAR,s. Portanto não há um desinvestimento em saneamento, bem pelo contrário. Carvalho Redondo tinha um problema que não estava resolvido com a ETAR e tem necessidade de uma Estação Elevatória. Também foi resolvido. A nova conduta, que é um investimento de 1.8 milhões de euros, que vai entrar em empreitada este mês, é o que está decorrente da consignação, este mês/primeira semana de junho, desculpem, para não induzir ninguém em erro, contempla, entre outras coisas, não só o coletor da água, mas o saneamento também. Portanto, o investimento em saneamento, na água, no Ciclo Urbano da Água existe e é bem substancial e bem significativo. Alguma informação adicional, se a Senhora Vereadora assim o entender para depois prestar mais especificamente informação que ache que seja necessária, faça favor, ou ditar em ata e que fique registado e nós enviamos alguma informação adicional, se o senhor entender, ou quando se sentir mais confortável. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas: -----

---- - Há uma coisa que eu gostava de perguntar: Na próxima opinião de Câmara, o Senhor Presidente pode trazer, então, aquilo que foi o Projeto aprovado das Escolas? -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Mais que isso, Senhora Vereadora. Podemos, à semelhança do que foi o pedido formulado pelos Senhores Vereadores para consultarem os Projetos das Escolas, das USF,s, igual. Do Jardim-de-Infância de Canas de Senhorim? Até amanhã, Senhora Vereadora, se quiser. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas: -----

---- - Então, muito bem. Uma pergunta muito simples: Tendo o senhor Presidente dotação orçamental de 268.369,00 euros no Orçamento para esta obra porque é que o Senhor Presidente necessitou de reforçar esta obra em mais noventa e um mil e quinhentos euros para a abertura do procedimento? Não tinha valor para a abertura do procedimento? -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Se tivemos de fazer reforço era porque não tínhamos o valor suficiente para fazer o procedimento. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas: -----

---- - Então, mas diga-me uma coisa: Duzentos e sessenta e oito mil euros mais noventa e um mil e quinhentos euros não dá o valor total da candidatura aprovada? -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Senhora Vereadora, vou-lhe dizer outra vez o que disse há minutos atrás: Um - Há um montante limite máximo para a rubrica de Requalificação na Área da Educação; Dois. Deixe-me terminar. É este o dado oficial. Um. Dois - A comparticipação que está instituída são 85%. Mas o Projeto tem, nós podemos sujeitar um Projeto de um milhão de euros, mas temos que ter 15% até àquele montante. E, portanto, a partir daí, a responsabilidade é do Município. Quando nós consagrámos o valor no ITI e depois o que resultou na candidatura, o que resultou da candidatura foi, ligeiramente, superior ao que estava consagrado no ITI. Para lançarmos o procedimento concursal precisamos ter o Fundo, devidamente, disponível. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas: -----

---- - Senhor Presidente, desculpe, o Senhor diz que tem uma candidatura aprovada de 432 mil euros. Mas o valor para uma determinada obra, o valor que consta do seu Orçamento para a execução desta obra, depois da inscrição daquilo que foi aprovado, é menor. Não sei se já percebeu? -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Já percebi, Senhora Vereadora, já. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas: -----



Reunião de 13/05/2026

---- - Pronto. O que significa que está a afetar Receita de uma determinada obra noutras coisas. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Não, Senhora Vereadora. Mas, Senhora Vereadora, a dúvida estará esclarecida quando for consultar o Projeto. Reitera-se, rigorosamente, o que lhe estou a dizer porque o que é importante no Projeto é, volto a dizer: Um - A dotação em ITI: Dois - O montante máximo que é de comparticipação, independentemente, da percentagem. A comparticipação é até 85%, mas até àquela dotação máxima limite. A partir daí, a responsabilidade é do município se tiver tornado o Projeto mais abrangente, como foi o caso. Muito bem. Ponto 3.2. Alteração ao Orçamento Municipal n.º 6 e às Grandes Opções do Plano n.º 6 do ano, de 2026 - Discussão e aprovação. Quem vota contra? Dois votos contra dos Senhores Vereadores Dr.ª Sofia Relvas e Diogo Figueiredo. Quem se abstém? Uma abstenção do Senhor Vereador Dr. Manuel Marques. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas: -----

---- - Nós votamos contra, com declaração de voto. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Eu abstenho-me, Senhor Presidente. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- Pronto. Muito bem. Então, aprovado com 4 votos favoráveis, 1 abstenção e 2 votos contra. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria, com quatro votos favoráveis do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Nuno Daniel da Silva Pereira, Dr.ª Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues e Ilídio José Morais Loureiro, uma abstenção do Senhor Dr. Manuel da Conceição Marques e dois votos contra dos Senhores Vereadores Dr.ª Sofia Relvas Marques e Dr.º Diogo Manuel Andrade de Figueiredo, aprovar as Alterações ao Orçamento Municipal n.º 6 e às Grandes Opções do Plano n.º 6, do ano de 2026. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques quer fazer declaração de voto? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Não, não, não. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas: -----

---- - Sim, mas nós queremos. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Mas, de momento? -----

---- A Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas: -----

---- - Sim, de momento. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Então, disponha. Faça favor. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas: -----

---- - Declaração de voto - Contra - Alteração Orçamental n.º 6/2026. -----

---- - Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, Sofia Relvas e Diogo Figueiredo, votam contra a proposta de Alteração Orçamental n.º 6/2026, pelos fundamentos políticos, técnicos e procedimentais que a seguir se expõem: -----

---- Antes de mais, importa registar que, mais uma vez, que a documentação relativa a esta Alteração Orçamental foi remetida fora de prazo previsto no Regimento da Câmara Municipal de Nelas, aprovado no início do mandato autárquico 2025-2029. Esta prática reiterada revela, apenas e só, a desconsideração pelo regular exercício das funções fiscalizadoras dos

Vereadores que não integram o Executivo, reduzindo o tempo de análise das matérias em questões a poucas horas, como se a exceção tivesse passado a regra de funcionamento deste Órgão. -----

---- Ainda assim, entendemos ser nosso dever político e institucional demonstrar, uma vez mais, as incoerências e fragilidades que caracterizam a gestão orçamental, atualmente, seguida pelo Executivo. -----

---- Desde logo, relativamente à candidatura referente à Requalificação do Jardim-de-Infância de Canas de Senhorim, apregoada como “aprovada com um valor superior”..., permanecem por esclarecer questões essenciais quanto ao valor, efetivamente, aprovado, ao montante global do investimento, à componente elegível e não elegível e à respectiva estratégia de financiamento municipal para a componente não financiada. De realçar que, até à data, não foi disponibilizado qualquer elemento técnico substancial sobre a obra prevista, designadamente o Projeto, Memória Descritiva, ou Plano Financeiro, ou esclarecimento sobre encargos não financiados, impedindo uma análise séria e transparente da operação contabilística que, hoje, o Senhor Presidente de Câmara diz ser necessária. -----

---- Se a candidatura aprovada ascende a 432.336,06 euros, importa esclarecer se tal valor corresponde ao investimento total, ou apenas à comparticipação financiada, ou seja, os 85% do PT 2030. Acresce que, existindo já uma dotação orçamental de 268.369,00 euros, não se compreende por que razão o reforço agora proposto é de apenas mais 91.500,00 euros, totalizando um valor inferior ao montante, alegadamente, aprovado. Tal incongruência suscita fundadas dúvidas quanto ao rigor da inscrição orçamental e à efetiva afetação das verbas provenientes do financiamento comunitário. -----

---- Mais dúvidas persistem quanto à normalidade contabilística de usar uma suposta margem positiva entre o valor previsto para financiar a obra de Requalificação deste Jardim-de-Infância e o valor que o PT 2030 aprovou para essa mesma obra. Ora, se o valor financiado é de 432.000,00 euros, com que justificação se usa este valor de Receita para distribuir por outras rubricas de Despesa? A Receita está consignada à execução do investimento que foi candidatado e financiado. Não a outra coisa qualquer! -----

---- Paralelamente, do lado da diminuição da Despesa, ou seja, do que o Orçamento Municipal tem previsto gastar, é, particularmente, preocupante que o Executivo proponha reduzir verbas destinadas a intervenções, absolutamente, prioritárias para o Concelho, nomeadamente: -----

---- - menos 30.000,00 euros para investimento na rede de esgotos e saneamento; -----

---- - menos 10.056,00 euros na Requalificação da Rede Viária Municipal. -----

---- Estas opções são incompreensíveis num Concelho onde persistem carências evidentes ao nível do saneamento básico (num Concelho onde ainda existem casas que não estão ligadas a qualquer rede de esgotos) e onde o estado da Rede Viária continua a motivar reclamações permanentes por parte da população, quem cá vive, quem cá trabalha e quem nos visita. -----

---- Mais contraditório se torna quando, há menos de um mês, na Revisão Orçamental n.º 2, do Orçamento de 2026, estas mesmas rubricas foram reforçadas com o argumento da urgência e necessidade dos investimentos.... E bem! Por isso as aprovámos! Hoje, sem qualquer fundamentação política, ou técnica credível, os valores são, novamente, retirados, revelando uma gestão errática e casuística das rubricas orçamentais. -----

---- Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista em exercício, Sofia Relvas e Diogo Figueiredo, não acompanham esta forma de governação assente em sucessivas movimentações de verbas sem critério, sem estabilidade e sem respeito pelos compromissos assumidos perante a Câmara Municipal, perante as Freguesias e perante os Municípios. -----

---- Recordamos ainda que a competência para proceder às Alterações Orçamentais foi delegada no Senhor Presidente de Câmara na reunião de 28 de janeiro de 2026, com três votos favoráveis, uma abstenção e três votos contra, ao obrigo do regime legal aplicável. Estão, assim, garantidas as condições políticas para a aprovação das mesmas, quer estejam bem elaboradas, ou não. -----

---- Aos Vereadores da Oposição mantém-se o dever de escrutínio político e de questionar opções de gestão que considerem mal fundamentadas, desajustadas, incoerentes, ou lesivas do interesse público municipal. O nosso voto contra evidencia esta certeza, que nesta Alteração



Reunião de 13/05/2026

Orçamental nº 6, não estão garantidos os resultados de execução das Despesas previstas e muito menos a capacidade de gestão de Receitas consignadas às obras financiadas. -----

----- Nelas, 13 de maio de 2026. Os Senhores Vereadores: Dr.^a Sofia Relvas e Dr. Diogo Figueiredo.” -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Muito bem. Declaração de voto também do Executivo. Lapidariamente, num minuto. Da nossa parte do copo, eu prefiro ver o copo meio cheio. Finalmente, o Jardim-de-Infância de Canas de Senhorim mara é alvo de atenção. Finalmente, o Jardim-de-Infância de Canas de Senhorim vai ser requalificado. E vai ter um investimento substancial, como se justifica. A candidatura foi formalizada. Foi aprovada. Tem Fundos Disponíveis. E vai ter a parte complementar do Orçamento do próprio Município, porque assim o justifica. E, portanto, nós estamos muito satisfeitos e orgulhosos com a candidatura e com o facto de ser aprovado e ser lançado o concurso, brevemente, para dar Requalificação do Jardim-de-Infância de Canas de Senhorim. -----

4 – OBRAS PARTICULARES

4.1.INFORMAÇÃO DE DECISÕES GERADORAS DE CUSTO OU PROVEITO FINANCEIRO

4.1.1.LICENCIAMENTO DE OBRAS, LOTEAMENTOS, INFORMAÇÕES PRÉVIAS E OUTROS, DEFERIDOS E INDEFERIDOS – CONHECIMENTO

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Está dado conhecimento. -----

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, referente a processos de licenciamento de obras, loteamentos, informações prévias e outros, deferidos e indeferidos no período compreendido entre 20 de abril de 2026 e 05 de maio de 2026, a qual fica anexa a esta ata, (Anexo II), fazendo dela parte integrante. ---

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Senhores vereadores, eu vou, agora, muitos destas questões, em princípio, porque é como é. Se entenderem alguma questão que queiram, eu andando, com maior celeridade, intervir, ou colocar alguma questão, sintam-se confortáveis com isso. -----

5 - LICENCIAMENTOS DIVERSOS

5.1.PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE ALTERAÇÃO DO PROJETO DE DIVISÃO DE PRÉDIO EM REGIME DE PROPRIEDADE HORIZONTAL – CERTIDÃO DE ALTERAÇÃO DE PROPRIEDADE HORIZONTAL - LOCAL: RUA DR. JOSÉ GUILHERME FAURE, EM NELAS - PROCESSO N.º 10/1997/6 - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente o Processo n.º 10/1997/6, datado de 10/03/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, referente à proposta de aprovação da alteração do projeto de divisão de prédio em regime de Propriedade Horizontal, com certidão de alteração da propriedade horizontal, sita na Rua Dr. José Guilherme Faure, Lote 1, em Nelas -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Com o processo que está referenciado na Ordem de Trabalhos e com o documento com o requerente que os Senhores Vereadores, certamente, terão analisado no documento. Dito

isto, o Parecer dos Serviços é: Nada a opor. De acordo com a Informação de Serviços. E, portanto, quando é com a Informação de Serviços, nós subscrevemos, em princípio, analisando. E, neste caso, em particular, no que nos concerne a nós, o que nós propomos é que seja aprovado, com a intenção de nada a opor, de acordo com o Parecer dos Serviços. Portanto: Quem vota contra? Quem se abstém? É aprovado, por unanimidade. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração do projeto de divisão de prédio em regime de Propriedade Horizontal, com certidão de alteração da propriedade horizontal, sita na Rua Dr. José Guilherme Faure, Lote 1, em Nelas, constante do Processo n.º 10/1997/6, datado de 10/03/2026, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 3977, datada de 10/03/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares. -----

5.2.PEDIDO DE LICENCIAMENTO ADMINISTRATIVO – RENOVAÇÃO – CLASSE B2: INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO SUPERFICIAL DE G.P.L. COM CAPACIDADE DE 4.48 M³ E REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS ASSOCIADA - LOCAL: URBANIZAÇÃO DO FOJO, NA RUA DR. ABÍLIO MONTEIRO, EM CANAS DE SENHORIM. REQUERENTE: GASCAN, S.A. - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente o Processo n.º 20/2025/3, datado de 18/02/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, referente ao pedido de licenciamento administrativo – Renovação – Classe B2: Instalação de reservatório superficial de G.P.L. com capacidade de 4.48 m³ e rede de distribuição de gás associada, sito na Urbanização do Fojo, na Rua Dr. Abílio Monteiro, em Canas de Senhorim, em que é requerente a empresa Gascan, S.A. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - De acordo com o Parecer dos Serviços, também não há inconveniente. E nós subscrevemos o Parecer dos serviços. Quem vota contra? Quem se abstém? É aprovado, por unanimidade. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de licenciamento administrativo – Renovação – Classe B2: Instalação de reservatório superficial de G.P.L. com capacidade de 4.48 m³ e rede de distribuição de gás associada, sito na Urbanização do Fojo, na Rua Dr. Abílio Monteiro, em Canas de Senhorim, em que é requerente a empresa Gascan, S.A., nos termos e de acordo com a informação interna n.º 2670, datada de 18/02/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares. -----

5.3.PEDIDO DE LICENCIAMENTO ADMINISTRATIVO – RENOVAÇÃO – CLASSE B2: INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO SUPERFICIAL DE G.P.L. COM CAPACIDADE DE 4.48 M³ E REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS ASSOCIADA - LOCAL: RUA DR. ABÍLIO MONTEIRO, EM CANAS DE SENHORIM. REQUERENTE: GASCAN, S.A. - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente o Processo n.º 20/2025/7, datado de 18/02/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, referente ao pedido de licenciamento administrativo – Renovação – Classe B2: Instalação de reservatório superficial de G.P.L. com capacidade de 4.48 m³ e rede de distribuição de gás associada, sito na Rua Dr. Abílio Monteiro, em Canas de Senhorim, em que é requerente a empresa Gascan, S.A. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - O mesmo se aplica ao ponto 5.3, que é um pedido de licenciamento administrativo, também de todo igual, de Classe B12. Instalação de reservatório superficial de GPL e redistribuição de gás associada. E também, de acordo com os Serviços, não há inconveniente. Quem vota contra? Quem se abstém, É aprovado, por unanimidade. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de licenciamento administrativo – Renovação – Classe B2: Instalação de reservatório superficial de G.P.L. com capacidade de 4.48 m³ e rede de distribuição de gás associada, sito na Rua Dr. Abílio Monteiro, em Canas de Senhorim, em que é requerente a empresa Gascan, S.A., nos termos e de acordo com a



Reunião de 13/05/2026

informação interna n.º 2680, datada de 18/02/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares. -----

5.4. PEDIDO DE LICENCIAMENTO ADMINISTRATIVO – RENOVAÇÃO – CLASSE B2: INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO SUPERFICIAL DE G.P.L. COM CAPACIDADE DE 4.48 M³ E REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS ASSOCIADA - LOCAL: RUA 1 DE JULHO, EM CANAS DE SENHORIM. REQUERENTE: GASCAN, S.A. - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente o Processo n.º 20/2025/5, datado de 31/03/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, referente ao pedido de licenciamento administrativo – Renovação – Classe B2: Instalação de reservatório superficial de G.P.L. com capacidade de 4.48 m³ e rede de distribuição de gás associada, sito na Rua 1 de Julho, em Canas de Senhorim, em que é requerente a empresa Gascan, S.A. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - O ponto 5.4, da mesma maneira. Pedido de licenciamento administrativo. Renovação, Classe B12. Instalação de reservatório superficial de GPL, com capacidade de 4.48 m³ e redistribuição de gás associada. Local: Rua 1 de Julho, em Canas de Senhorim. Requerente: Gascan, S.A - Discussão e aprovação. E de acordo com o Parecer dos Serviços, também não há inconveniente. E nós subscrevemos. É isso que pomos à votação: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado, por unanimidade, de acordo com o Parecer dos Serviços. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de licenciamento administrativo – Renovação – Classe B2: Instalação de reservatório superficial de G.P.L. com capacidade de 4.48 m³ e rede de distribuição de gás associada, sito na Rua 1 de Julho, em Canas de Senhorim, em que é requerente a empresa Gascan, S.A., nos termos e de acordo com a informação interna n.º 5719, datada de 31/03/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares. -----

5.5. PEDIDO DE LICENCIAMENTO ADMINISTRATIVO – CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR – EMISSÃO DE LICENÇA DE CONSTRUÇÃO – LOCAL: RUA DE SÃO PEDRO, EM CARVALHAL REDONDO – PROCESSO N.º 01/2026/25 - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente o Processo n.º 01/2026/25, datado de 04/05/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, referente ao pedido de licenciamento administrativo para a construção de moradia unifamiliar e emissão de licença de construção, sito na Rua de São Pedro, em Carvalhal Redondo. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - De acordo com os Serviços, também nada a opor. Portanto: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado, por unanimidade, de acordo com o Parecer dos Serviços. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a emissão de licença para a construção de moradia unifamiliar, sita na Rua de São Pedro, em Carvalhal Redondo, a que se refere o Processo n.º 01/2026/25, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 7417, datada de 04/05/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares. -----

5.6. PEDIDO DE LICENÇA PARA RECINTO IMPROVISADO – CONVÍVIO 4X4, NO DIA 25/04/2026, DAS 16:00 HORAS ÀS 02:00 HORAS DO DIA SEGUINTE. LOCAL: COMPLEXO DESPORTIVO DE NELAS, EM NELAS - REQUERENTE: CLUBE DE PARTICIPANTES TTNELASAVENTURA - DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 7048, datada de 24/04/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, referente ao pedido de licença para recinto improvisado – Convívio 4x4, no dia 25/04/2026, das 16:00 horas às 02:00 horas do dia seguinte, no Complexo Desportivo de Nelas, em Nelas, em que é requerente o Clube de Participantes TTNelasAventura, na qual se encontra exarado um Despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 24/04/2026, que a seguir se transcreve: “No âmbito do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei 75/2013, de 12/09, que altera a Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atendendo à proximidade do evento, pelo carácter de urgência, defira-se a pretensão, nos termos da informação técnica. Este ato deverá ser ratificado na próxima reunião de Câmara Municipal.” -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Do ponto 5.6 até ao ponto 5.9 são pedidos de licença para recinto improvisado, discussão e ratificação: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovados, por unanimidade,

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o pedido de licença para recinto improvisado – Convívio 4x4, no dia 25/04/2026, das 16:00 horas às 02:00 horas do dia seguinte, no Complexo Desportivo de Nelas, em Nelas, em que é requerente o Clube de Participantes TTNelasAventura, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 7048, datada de 24/04/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares. -----

5.7. PEDIDO DE LICENÇA PARA RECINTO IMPROVISADO – CONVÍVIO 4X4, NO DIA 25/04/2026, DAS 16:00 HORAS ÀS 02:00 HORAS DO DIA SEGUINTE. LOCAL: COMPLEXO DESPORTIVO DE NELAS, EM NELAS - REQUERENTE: CLUBE DE PARTICIPANTES TTNELASAVENTURA – PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS - DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 7122, datada de 27/04/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, referente ao pedido de isenção do pagamento das taxas municipais referente ao pedido de licença para recinto improvisado – Convívio 4x4, no dia 25/04/2026, das 16:00 horas às 02:00 horas do dia seguinte, no Complexo Desportivo de Nelas, em Nelas, em que é requerente o Clube de Participantes TTNelasAventura. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o pedido de isenção do pagamento das taxas municipais referentes à licença para recinto improvisado – Convívio 4x4, no dia 25/04/2026, das 16:00 horas às 02:00 horas do dia seguinte, no Complexo Desportivo de Nelas, em Nelas, em que é requerente o Clube de Participantes TTNelasAventura, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 7122, datada de 27/04/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares. --

5.8. PEDIDO DE LICENÇA PARA RECINTO IMPROVISADO – CONVÍVIO 4X4, NO DIA 26/04/2026, DAS 12:00 HORAS ÀS 18:00 HORAS DO MESMO DIA. LOCAL: ZONA POENTE DA ZONA INDUSTRIAL 1, DE NELAS - REQUERENTE: CLUBE DE PARTICIPANTES TTNELASAVENTURA - DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 7052, datada de 24/04/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, referente ao pedido de licença para recinto improvisado – Convívio 4x4, no dia 26/04/2026, das 12:00 horas às 18:00 horas do mesmo dia, na Zona Poente da Zona Industrial 1 de Nelas, em que é requerente o Clube de Participantes TTNelasAventura, na qual se encontra exarado um Despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 24/04/2026, que a seguir se transcreve: “No âmbito do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei 75/2013, de 12/09, que altera a Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atendendo à proximidade do evento, pelo carácter de urgência, defira-se a pretensão, nos termos da informação técnica. Este ato deverá ser ratificado na próxima reunião de Câmara Municipal.” -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o pedido de licença para recinto improvisado – Convívio 4x4, no dia 26/04/2026, das 12:00 horas às 18:00 horas do mesmo dia, na Zona Poente da Zona Industrial 1 de Nelas, em que é requerente o Clube de Participantes TTNelasAventura, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 7052,



Reunião de 13/05/2026

datada de 24/04/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares. -----

5.9. PEDIDO DE LICENÇA PARA RECINTO IMPROVISADO – CONVÍVIO 4X4, NO DIA 26/04/2026, DAS 12:00 HORAS ÀS 18:00 HORAS DO MESMO DIA. LOCAL: ZONA POENTE DA ZONA INDUSTRIAL 1, DE NELAS - REQUERENTE: CLUBE DE PARTICIPANTES TTNELASAVENTURA - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 7133, datada de 27/04/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, referente ao pedido de isenção do pagamento das taxas municipais referente ao pedido de licença para recinto improvisado – Convívio 4x4, no dia 26/04/2026, das 12:00 horas às 18:00 horas do mesmo dia, no Complexo Desportivo de Nelas, em Nelas, em que é requerente o Clube de Participantes TTNelasAventura. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o pedido de isenção do pagamento das taxas municipais referentes à licença para recinto improvisado – Convívio 4x4, no dia 26/04/2026, das 12:00 horas às 18:00 horas do mesmo dia, na Zona Poente da Zona Industrial 1 de Nelas, em que é requerente o Clube de Participantes TTNelasAventura, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 7133, datada de 27/04/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares. -----

5.10. PEDIDO DE LICENÇA PARA RECINTO IMPROVISADO – KARAOKE, NO DIA 13/03/2026, DAS 22:00 HORAS ÀS 02:00 HORAS DO DIA SEGUINTE. LOCAL: SEDE DA ASSOCIAÇÃO, EM FOLHADAL - REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO CULTURAL, DESPORTIVA E RECREATIVA CATEDRAL DA ÁGUIA - DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO - ARQUIVO OFICIOSO - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 5734, datada de 31/03/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, referente ao pedido de arquivo oficioso do pedido da licença para recinto improvisado, para Karaoke, dia 13/03/2026, das 22:00 horas às 02:00 horas do dia seguinte, na Sede da Associação, em Folhadal, em que é requerente a Associação Cultural, Desportiva e Recreativa Catedral da Águia. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - E o ponto 5.10 é um pedido de pedido de licença, para aprovação. Pedido de licença para recinto e improvisado, para karaoke, na Sede da Associação Cultural, Desportiva e Recreativa do Folhadal. – Arquivo oficioso. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado, por unanimidade. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de arquivo oficioso do pedido da licença para recinto improvisado, para Karaoke, dia 13/03/2026, das 22:00 horas às 02:00 horas do dia seguinte, na Sede da Associação, em Folhadal, em que é requerente a Associação Cultural, Desportiva e Recreativa Catedral da Águia, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 5734, datada de 31/03/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares. -----

6 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Portanto, chegamos, assim, ao fim do Período da Ordem de Trabalhos da reunião

ordinária de 13 de maio de 2026. E, portanto, devolvia a palavra ao Público e a Senhora Presidente da União de Freguesias de Santar e Moreira, encerrava. Ou quer falar já? No fim, no fim. Não tinha percebido. Então, queiram-se inscrever, por favor. -----

---- O Senhor Arlindo Rodrigues Duarte: -----

---- - Senhor Presidente, Senhores Membros da Mesa. Estimado Público. Senhores Funcionários. Boa tarde a todos. Pequenas questões. Sobre as limpezas, já foi falado aqui e uma coisa é certa. Na minha opinião, modesta opinião. Vale o que vale. Mas já estamos a fazer um prédio pelo telhado. Ou seja, em vez de limparem, primeiro, as estradas municipais, que não estão limpas as verbas das estradas, vão para o meio do mato limpar os caminhos, e bem, por causa dos fogos. Mas há muitas estradas, ainda hoje já passei em duas por motivos de saúde da minha esposa e as verbas das estradas não estão limpas. Falando nisso, sobre os Bombeiros, se a Câmara Municipal de Nelas, se já reuniu com as Corporações de Bombeiros de Canas de Senhorim e de Nelas, para dar apoio ao que nós chamamos, se calhar, não é o termo mais correto: As Equipas de Intervenção porque, como sabemos, temos os fogos à nossa porta. E a Câmara, felizmente, todos os anos tem contribuído para que sejam criadas Equipas de Intervenção Rápida. Sobre a limpeza, também gostaria que a Câmara estivesse alerta porque há uma rua que vai de Canas de Senhorim para a Urgeiriça, para o Jardim-Escola João de Deus. Não sei o nome dessa rua porque continua a não ter placas. Não sei porquê. Há lá matagal da altura de um prédio. Portanto, acho que a Câmara, não é da Câmara, atenção, mas a Câmara tem obrigação, Senhor Vice-Presidente, tem obrigação de chamar à atenção os proprietários destes terrenos. Se eles não limpam, a Câmara limpa e depois mande-lhe o cheque para casa. Sobre a EDM, foi falado aqui e eu só gostaria de chamar a atenção um simples motivo sobre os terrenos da EDM: Há uma Associação criada pelos Ex-Trabalhadores da ENU, da qual eu sou sócio. Pronto, eu sou sócio dessa Associação. Sei também que a Câmara anda em diálogo com essa Associação para ser criado um Museu dos Mineiros na Urgeiriça. Eu só gostaria de fazer um pequeno alerta à Câmara Municipal de Nelas: Que tenha muita atenção com essa Associação porque as pessoas que estão lá não são aquelas que eram antigamente. E eu tenho dados concretos. Não vou aqui dizer porque a pessoa não está cá para se defender. Mas tenho dados concretos Além disso, gostaria também que a Câmara, quando chegasse a esse Protocolo com essa Associação, tivesse a atenção e interviesse, diretamente, na nomeação, ou na aquisição, como queiram chamar, dos Funcionários para esse mesmo Museu. Porque, pelo que se consta na Urgeiriça e eu estou lá, simplesmente, há 74 anos, está previsto que essa Associação quer meter lá pessoas a tomar conta do Museu, tomar, entre aspas, trabalhar no Museu. Eu vou dizer a palavra correta. Gosto de chamar o Boi pelos nomes, querem meter os seus Familiares. Portanto, gostaria que a Câmara tivesse muita atenção e que interferisse, diretamente, na nomeação, seja o que for, dos Trabalhadores e do Diretor, ou da Diretora do Museu, porque tem que ter um Diretor, possivelmente. Eu sou um bocado leigo nisso. Mas acho que não vão fazer um Museu sem ter uma pessoa capacitada para executar esse exercício. Muito obrigado a todos. -----

---- O Senhor Celso Gaudêncio: -----

---- - Boa tarde a todos. Eu não vou cumprimentar ninguém em geral. Está tudo cumprimentado na generalidade. É o seguinte: Eu queria chamar à atenção das obras que estão a ser efectuadas aqui na Estrada principal em frente ao Hotel, aquela Área que está a ser requalificada. E há ali casos que eu tenho que chamar à atenção porque aquilo tem que ser acompanhado mais de perto, especialmente, para chamar à atenção no seguinte: Há uns postes de cimento que estão com iluminação na mesma. A eletrificação de Santar foi modificada e esse mamarracho continua por volta de Santar, com luzes acesas. Eu não percebo porquê. Dá um mau aspeto. Eu agradecia que esses postes, naquela intervenção, fossem retirados. Além disso, há dois postes dessa iluminação muito moderna que nunca funcionaram. Estão ali junto aos Vinhos da Casa de Santar, naquela Botique, como lhe queiram chamar. A Junta nunca viu isso. Provavelmente, estão distraídos. A Câmara também não. E, aquilo, foram lá colocados. Estão lá os postes, mas não iluminam. Não têm nada. Gostaria de saber se há alguma intervenção, agora que seja feita, para fazer a ligação a esses postes, a esses candeeiros, vá. Ontem discutimos o problema da curva da Misericórdia e o acesso que vão ali ceder. E muito



Reunião de 13/05/2026

bem. Eu votei a favor. Esteve lá a Senhora Vereadora Dr.^a Elsa Loureiro. E correu tudo muito bem. Há ali uns pormenores a alterar. E só lamento o trânsito ter que passar por ali porque a Câmara podia ter arranjado alternativas sem estar a passar em frente à Misericórdia, onde não temos, enfim, uma Casa Mortuária e têm que ir para a Misericórdia e o trânsito fica interrompido ali quando há funerais, quando há missas, quando há, não sei, agora o caso e passa ali um trânsito medonho. Infelizmente, eu chamei, nessa altura, à atenção que isto ia acontecer. Ninguém tomou providências. O trânsito podia ser por outro lado. Não foi. E mesmo hoje, o trânsito está mal sinalizado porque ali à minha porta passam N pessoas. Olhe, onde é que é a Estrada para não sei quê? Onde é que é a Estrada para não sei quê? É uma vergonha. Não sei quem foi da ideia de pôr a sinalização, porque, enfim, vale o que vale. Temos o que temos. E, outra coisa: Agradeço ao Senhor Dr. Manuel Marques, o Senhor Vereador ter falado no Sporting Clube de Santar, que é uma Instituição que me diz muito. Obrigado. -----

---- O Senhor Manuel Pereira: -----

---- - Ora, muito boa tarde. Vinha cá falar em diversas coisas. A Av.^a 25 de Abril está, urgentemente, a precisar de uma passadeira. Um dia destes já lá houve um desastre, agora há dias. E vai haver mais. Passa-se ali com grande velocidade e, portanto, é urgente por lá uma passadeira na Av.^a 25 de Abril. Em relação aos sinais também vinha para falar nisso. Há pessoas que acompanham o desvio, mas não sabem para onde é que é Viseu. Já me perguntaram a mim, por duas, ou três vezes: Por onde é que se vai para Viseu? Não custa nada, na Catarina, portanto, na rotunda pequenina, como eu costumo chamar, pôr ali uma setazinha, Viseu. E chegando à Estrada Nacional, que não há lá nada, Viseu. Nem todas as pessoas são obrigadas a saber para onde é que é Viseu. Pronto, isto também é urgente e vê-se no dia-a-dia. É bom e é um gosto ver Santar com buracos. E, eles, neste momento, há bastantes. Mas é com alegria que eu os vejo. É sinal de que há obra. É sinal de que, finalmente, a parte do Museu vai ficar completa. Santar vai ficar ainda mais bonito do que já é hoje. Tem obstáculos e obras que estão a ter problemas, o que é natural. Eu só fazia aqui uma pergunta: Será que ali, o Senhor Celso falou agora na questão da Misericórdia, o trânsito que vem por ali, aquela parte não podia ser cortada lá mais para diante, em vez de ser cortada já? Porque vão passar alguns meses e Santar está bloqueado em termos de trânsito. Se aquela via ficasse ligada, pelo menos Santar ficava mais desobstruído. Assim não. É complicado. E as obras, tem tanta obra ainda para fazer e aquela parte não deviam ter mexido sem, primeiro, chegar à outra conclusão. Mas dou os parabéns à Câmara porque, de facto, a obra vai ficar bonita, com certeza e Santar merecia. Mas Santar merece mais. E merece mais, falando ainda, em termos de trânsito. Acho que a seguir a estas obras, é fundamental uma Variante, uma nova Variante para Santar. Já foi falada. Já foi discutida. E penso que uma Variante, seguindo a continuação da Avenida da Soma, indo bater à Estrada que vem de Nelas para Viseu. É uma Variante possível, na minha opinião. Não será uma Variante que custará, para aí, milhões de euros. Mas é muito necessária para Santar. Muito necessário para Santar. E, portanto, na minha opinião, parece que seria uma obra a realizar, ou pelo menos, a pensar, a seguir a estas obras que estão a realizar. E não podia deixar de falar noutra questão, que é melindroso, mas que tem que ser falado, que é: O que é que se passa entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Santar? Isto é complicado. Houve uma campanha eleitoral em que houve ataques mútuos. Alguns muito violentos. Eu tive a minha opinião e continuo a tê-la. A Junta queixa-se que envia e-mails para a Câmara, para uma reunião e não os recebe. Nem resposta lhe dão. Alterações, aí, nos sinais em Santar, eu não sei de nada. Ninguém me informou. De uma vez por todas, de uma vez por todas, porque estamos no local certo, vamos ver em que é que nós

ficamos. Porque quem perde é a Freguesia. Quem perde é Santar. Penso que chegou a altura de: É pá, vamos reunir, vamos dar murros na Mesa, mas cheguemos a uma conclusão. E não havendo uma boa colaboração entre a Junta e a Câmara, Santar não vai muito longe. Pronto, é chegada a altura, com murros na Mesa, de chegarem a uma conclusão para não andar nisto: A Câmara não me ajuda. A Câmara não me ouve. Pronto, e é só isso. Mais uma vez, parabéns pela obra que estão a realizar. Obrigado. Bem-Haja. -----

---- O Senhor Dr. Alexandre João Simões Borges: -----

---- - Boa tarde. Boa tarde à Câmara. E, em vós, cumprimentar, quer dizer, também cumprimentar a Senhora Presidente de Junta e o Executivo e todas as pessoas. Eu tinha várias Perguntas. Uma delas já foi respondida, que tinha a ver com a situação do Jardim-de-Infância de Canas de Senhorim. Mas, se calhar, começava por uma sugestão. A sinalização aqui em Santar, efetivamente, é um bocado confusa. Quem vem de Viseu e se dirige, ou para Canas de Senhorim, ou para Carvalhal Redondo, ou para aquela Zona em que utilizada a Estrada Nacional n.º 231/2, se calhar, era adequado porem aí logo ali, ao pé do semáforo, uma informação porque, senão, aquilo que acontece é a gente vem por dentro de Santar e depois aquele cruzamento, quem sai do Paço dos Cunhas, é bastante perigoso, bastante mesmo, porque não tem visibilidade. E, agora, como há muitos carros, não sei se já lá houve alguma acidente, mas é provável que possa acontecer. Eu tinha duas sugestões, ou alertas: Uma delas tem a ver com os Parques Infantis, em Canas de Senhorim, em frente à Junta, que até penso que é da Câmara Municipal, tem lá um baloiço partido há quase um ano. E o da Urgeiriça também está a degradar-se aos olhos vistos, ao pé da Casa do Pessoal. Tem madeira a apodrecer. Tem cordas partidas. E, portanto, aquilo precisa de ser repostado, senão é o mesmo que acontece no Parque da EDM. Outro: Quem vai para a Lapa do Lobo de Canas de Senhorim, se chegar, lá em baixo, a seguir à Estação, há lá uma passagem hidráulica. Aquilo, um dia destes, ficam lá as suspensões dos carros. Aquilo já tem os paralelos no meio do alcatrão. Só que aquilo está de tal maneira abatido que já ninguém se consegue desviar. Soube noutro dia que a Fundação Lapa do Lobo terá, em conjunto com o Agrupamento, doado um equipamento para constituir uma Sala Swaziland no Agrupamento, que é uma coisa que parece que cada vez é mais precisa e que a Câmara se teria comprometido em complementar com a formação de uma sala. Não sei se isso corresponde à verdade. Digo isto, quem me disse, não tenho razões para desconfiar. Mas, se isso é verdade, efetivamente, estando a Escola em obras e havendo os equipamentos, pergunto: Se estão a pensar nisso? Ou se, efetivamente, isso é um disparate para vocês? E a última tem a ver com a Rua da Casa da Guarda, que eu, na altura da campanha eleitoral estava um pouco um bocadinho mais atento à questão da campanha. E vi o Senhor Presidente a fazer um vídeo lá na Rua da Casa da Guarda a dizer, que até eu acho que já estava era adjudicado, ou tinha lançado o concurso. Pronto. Não, não. Por acaso não tenho consultado. Não consulto, não. Não tenho consultado. Não, tenho consultado outras coisas, não tenho consultado. Queria saber. E a última questão tem a ver. Não sei se posso colocá-la. Penso que é contra o Regimento. Mas tem a ver com o assunto que ouvi aqui e que merece alguma preocupação, que tem a ver com o tal Protocolo, que não deram detalhes, com a EDM. Porque, em 2016, havia a intenção da EDM transferir para a Câmara Municipal um conjunto de responsabilidades acrescidas que eu acho que a Câmara não tem capacidade para, concretamente, monitorizar e manter o sarcófago e essas coisas todas, que têm impacto ambiental. Eu espero que isso não esteja em cima da Mesa. ----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Da parte da EDM, está. Da parte da Câmara, não. -----

---- O Senhor Dr. Alexandre João Simões Borges: -----

---- - Portanto, porque, pronto, se estiver, eu, enquanto Cidadão, espero que a Câmara rejeite, liminarmente, essa possibilidade, por várias razões. Mas eu acho que a Câmara não tem capacidade técnica porque. Aliás, é um conhecimento tão específico que não tem, propriamente, a ver, acho que nenhuma Câmara Municipal da dimensão da de Nelas, tem capacidade para tratar de um assunto tão importante como a contaminação radiológica que existe em Canas de Senhorim, ou na Urgeiriça e não só e com as implicações que isso possa ter. E, acho, sinceramente, que um Organismo do Estado, uma empresa do Estado, pôr só isso



Reunião de 13/05/2026

em cima da Mesa, coisa que já aconteceu no passado, portanto, nem sequer é uma originalidade de agora, ter essa possibilidade em cima da Mesa, quer-se ver livre de uma responsabilidade que lhe foi atribuída pelo Estado, parece-me lamentável. E espero que a Câmara Municipal não aceite essa possibilidade a troco de edifícios administrativos e outras coisas que podem dar muito jeito. Mas acho que uma coisa não pode estar, diretamente, relacionada com a outra. E era só. Obrigado. -----

----- A Senhora Dr.^a Anabela Sampaio Araújo, Presidente da União de Freguesias de Santar e Moreira: -----

---- - Então, boa tarde a todos. Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vice-Presidente, os Senhores Vereadores, os Senhores Funcionários da Câmara e o estimado Público. Pronto, posso começar pela Requalificação do Centro Urbano. Gostaríamos de saber, ou a População questiona-nos o tempo de duração. Ou seja, ter uma previsão, mais, ou menos, do final desta obra devido aos cortes de trânsito que está a haver. também tentar perceber como é que vai ser a pavimentação. Eu acho que a estrada vai ficar com o paralelo, o cubo normal. E, depois os passeios, daquele cubinho, como está já a ser feito. A questão é que como vai ficar a estrada ao nível do passeio. Se vai haver alguma divisão? Se vão pôr pinocos, ou vasos? Porque, o que nos foi dito e o que vai acontecer é que, se não houver pinocos, ou vasos, a separar a estrada do passeio, a tendência dos carros vai ser estacionar em cima do passeio. E, segundo o Senhor Encarregado me disse, aqueles passeios, aquele cubinho não está preparado, para ter o peso dos carros. Ou seja, vai começar a ser danificado logo no início. Por isso, gostaria de saber qual é a vossa sugestão em relação à estrada, ou à via circulável do carro e do passeio. A sinalização das ruas, como disse o Senhor Manuel Pereira e o Senhor Celso, acho que está aqui uma grande complicação. Acho que neste momento, na Rua das Casquilhas foi colocado o sinal de sentido proibido. Ou seja, neste momento, está só com um sentido de circulação. Só que o sinal foi mal colocado. Devia ter sido colocado no início da Rua, ou seja, onde começa o Café do Charila, colocarem lá o sinal de sentido proibido. Mas não. Foi colocado mais à frente. E, daí que não está muito visível. Para quem não conhece Santar, esse sinal não está muito visível para as pessoas. E já aconteceu não repararem no sinal e continuarem na Rua das Casquilhas em direção à Escola Primária. Como também já foi dito, portanto, a Avenida 25 de Abril, neste momento, está com muito movimento. O que não era normal. Já aconteceu um acidente esta semana, acho que foi ontem, ou anteontem. Precisávamos, urgentemente, ou que seja a Câmara, ou que seja a Junta, de um espelho. Quem vem da Rua da Taipa para entrar na Avenida 25 de Abril precisa, urgentemente, lá de um espelho, tal como lombas, ou passadeira, precisa, urgentemente. E não sei se será possível a marcação na estrada. Portanto, aquela estrada, como todos sabem, não tem marcações no chão e se calhar, era uma oportunidade para fazer essa marcação e colocar, se calhar, traço contínuo, para ninguém ultrapassar. Em relação às paragens do autocarro, como há uma ao cimo da Avenida 25 de Abril, portanto na rotunda da Catrina e a outra ao fundo da Rua do Ervedal. Já esta semana também já ia havendo outro acidente porque o autocarro pára no meio da Avenida, praticamente, ao fundo da Rua do Ervedal e os carros querem é andar a grandes velocidades. E como não há ali sinalização de 30 kms/hora, ou 20 kms/hora, ou 40 kms/hora, eles não ligam a nada. Em relação à circulação do trânsito, eu acho que quem vem de Casal Sancho para, vamos dar o exemplo, para Moreira, devia chegar ali à rotunda da Catrina, como nós chamamos, ou seja, ao cimo da Avenida 25 de Abril e ao entrar na Rua do Carvalhinho, devia ter só um sentido porque já aconteceu, por exemplo, há carros estacionados, vem um autocarro e dificilmente se consegue passar ali. Eu acho que, no meu ver e se calhar no de mais pessoas de Santar, acho que

deviam colocar a Rua do Carvalhinho com um sentido, e esta aqui, a Rua Manuel Castro Menezes, com outro sentido. E, aí, se calhar, já não havia tanto problema no trânsito. Porque eu acho que, não sei quem é que veio colocar as placas de desvio, mas, mais uma vez, eu acho que a Junta deveria ter sido chamada a vir ao local e, se calhar, ajudar as pessoas que andaram aí a pôr a sinalização. Não digo que fosse a Presidente, mas, se calhar alguém do Executivo da Junta, estar presente nessas situações, porque andaram a pôr aí placas e como dizem e se calhar as pessoas chegam ao cimo da Avenida da Soma, não sabe para onde é que é Viseu, por exemplo. Acho que ficou ali um bocadinho, acho que se podia arranjar ali outra solução, mas, pronto. Em relação aos caminhos florestais, portanto, eu sei que já começaram, as máquinas já começaram noutras Freguesias. Acho que em Nelas, Canas de Senhorim. Acho que vai para Carvalhal Redondo. E, pronto, só queria ter mesmo a certeza quando é que vem para Santar, visto que a encosta do Rio Dão deve ser uma das mais problemáticas e acho que a intervenção deve ser feita o mais rápido possível. Também tenho aqui outra rua em Casal Sancho, a Rua da Regadinha, que já falámos várias vezes. Precisa de uma intervenção urgente. Já falei com o Senhor Vice-Presidente, com o Senhor Nuno. Estou a aguardar que seja alcatrão, ou não sei o que é que vai ser, mas que tentem intervir naquela rua o mais urgente possível. Em relação ao que se passe entre a Câmara e a Junta, o que eu posso dizer é que, eu, como Presidente de Junta, se calhar, sinto-me um bocadinho triste, porquê? Porque nós não somos chamados para nada. Está a haver aqui uma grande requalificação, uma grande obra em Santar, acho que não ficava mal ao Executivo da Câmara, quando vêm, ou quando iniciaram esta obra, chamarem alguém da Junta, alguém do Executivo, chamar para estar presente. E para dizer: Olhe, nós vamos começar esta obra. É desta maneira. Acho que era o mínimo que podiam-nos fazer. Houve o corte das estradas e muito bem porque as obras têm que ser feitas. Não é aí. Nós fomos avisados na véspera dos cortes. Ou seja, cortaram numa segunda-feira, nós fomos avisados, por e-mail, na sexta-feira à tarde, tal como foram avisados os Bombeiros, a GNR e outras Instituições. Acho que ficava de bom tom, ou por telefone, ou chamarem alguém da Junta e dizer: Olhe, nós vamos começar esta obra. Vamos proceder a estes cortes. Vocês têm alguma opinião a dar? Eu acho que ficava bem porque, afinal, nós somos de Santar. Temos interesse em que as coisas corram bem. Ponham de parte os Partidos. Uns são do PS, outros são do PSD, outros são do CDS. Ponham de parte os Partidos. Nós estamos aqui para trabalhar em prol das Freguesias. Era isso que eu gostava, porque vocês, eu gostava de ter mais apoio da vossa parte. Houve a apresentação de um livro do Dom Duarte, Duque de Bragança, na Câmara de Nelas. Tudo muito bem. Foi na Câmara. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Não foi, não foi. -----

---- A Senhora Dr.^a Anabela Sampaio Araújo, Presidente da União de Freguesias de Santar e Moreira: -----

---- - Eu não sei. Eu vi no Facebook. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Não, não, não foi. Não é isso que lá está. Ele fez uma apresentação em Viseu. Esteve em Nelas, mas não apresentou nada. -----

---- A Senhora Dr.^a Anabela Sampaio Araújo, Presidente da União de Freguesias de Santar e Moreira: -----

---- - Pronto, não foi isso que apresentava lá, mas, pronto. Então, peço desculpa. Mas o que deu a entender essa notícia não foi isso. E eu fiquei, disse assim: Se, afinal ele tem ligação a Santar porque é que Santar, ou alguém de Santar, não é chamado a essa reunião? E porque não é em Santar? Pois, aí está. Visto ele ter ligação a Santar porque é que não é em Santar? Mas, pronto. Ok. Tudo bem. Agora, que há e vocês sabem muito bem, nós enviamos e-mails, como enviámos na altura do corte das estradas, nós enviamos o e-mail para a Câmara para saber o que é que ia acontecer. Ainda não foi dada essa resposta, como outros e-mails. E vocês sabem muito bem que não nos respondem. Vou conseguindo falar, sim. Falo muitas vezes com o Senhor Vice-Presidente, falo. Ele vai-me dando algum feedback mas vocês não respondem aos e-mails que a Junta de Freguesia vos envia. Eu não quero que vocês me



Reunião de 13/05/2026

chamem só para as festas, ou para essas coisas. Eu nem gosto de protagonismo, nem gosto de andar aí à frente de ninguém. Gostava era que: Há uma obra em Santar. Vamos começar esta obra. Sim, olha, vamos chamar o Executivo da Junta também para eles estarem a par do que vai acontecer. Era isso que eu gostava. Mas, pronto. É só isso. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Muito bem. Então, em relação às intervenções do Público e começando, naturalmente, pelas intervenções pela ordem que as foram fazendo. Senhor Arlindo Duarte: No sentido das reuniões com os Bombeiros, ou com as Corporações. Essas reuniões são regulares. E resultam, em grande parte, na Comissão Municipal de Proteção Civil. Portanto, a articulação e já lá vamos, até nas intervenções florestais, foi feita com os Bombeiros Voluntários e com as Juntas de Freguesia. Nós deixámos, na prioridade das intervenções florestais, como já aqui foi dito e já a vou recuperar, a primeira incidência na Proteção Civil e a questão nas sugestões das Freguesias, em termos do que são as intervenções nas suas áreas. Mas foi priorizada a Proteção Civil, como prioritária, definido isso pelos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim e pelos Bombeiros Voluntários de Nelas. E, portanto, isso foi feito, até na reunião e no Plano Operacional, já está tudo isso, devidamente, consignado. As limpezas deixo depois com o Senhor Vice-Presidente. Já lá voltamos. Há aqui um conjunto de assuntos para o Senhor Vice-Presidente e outros para a Senhora Vereadora Dr.^a Elsa Loureiro e já deixamos No que concerne à EDM e ao Museu Mineiro, há, de facto, inclusive, há uma resolução do Parlamento Português. E o Museu Mineiro acontecerá. É uma Associação que o faz, em articulação, naturalmente, com o Município. Não me parece, as suas conjecturas, ou o que ouve, eu respeito. Neste momento, não são do nosso conhecimento. E, portanto, não serão, para já, questões que possam ser equacionadas, ou discutidas. Agradeço, na mesma, o comentário. Mas, pronto, sobre essa questão, já lá voltamos. Depois já voltamos à questão. Deixo aqui duas, ou três questões para o Senhor Vice-Presidente e para a Senhora Vereadora Dr.^a Elsa Loureiro. Mas, continuando, com o Senhor Manuel Pereira, dizer-vos que muitas das intervenções têm a ver com recomendações e sugestões. E, portanto, algumas foram anotadas, sejam as passeadeiras, seja a questão da Variante, seja a questão dos espelhos, ou formas para, de alguma forma, condicionar o trânsito com velocidades excessivas no que é a proteção das pessoas. E, portanto, fomos anotando, naturalmente, para depois as implementar. Não, naturalmente, todas muito, de imediato, mas, naturalmente, para serem equacionáveis. Umas já estão. Outras, não. E, portanto, todas, é entendível a questão das recomendações e das sugestões. No que concerne ao Senhor Celso Gaudêncio, eu deixaria, do acompanhamento da empreitada, está mais direccionada com a Senhora Vereadora Dr.^a Elsa Loureiro, da questão da Requalificação do Centro Urbano, dos postos, em particular e das questões que levantou. Eu já passo a palavra para lhe dar esse conhecimento mais cabal. No que concerne à sinalização do Senhor Dr. Alexandre de Borges e dos outros, em geral, em Santar, fica a recomendação e nós entendemo-la, enquanto isso. E, portanto, será, novamente, sinalizada essa alerta que foi feita para validar as recomendações que foram feitas e retificado o que não está, devidamente, feito com a forma como devia estar. Na questão dos Parques Infantis, um é da Câmara, o outro é da Junta, como julgo que saiba. O de Canas de Senhorim, em frente ao Jardim-de-Infância é, de facto, da Câmara Municipal. O da Urgeiriça é do Protocolo da Junta de Freguesia. No que concerne à Sala Swaziland, nós temos, já existe há um tempo significativo, o Espaço Swaziland criado pelo Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim. Portanto, havia ali uma Associação que era feita com a Fundação e com o Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim. No Projeto da Promoção do Sucesso Educativo, que levámos a efeito no último biênio, foi reforçado com equipamentos e materiais

da Sala Swaziland. E foi criada também uma Sala Swaziland no Agrupamento de Escolas de Nelas. Portanto, os dois Agrupamentos têm a Sala Swaziland. E, se o Senhor Dr. Alexandre Borges diz que nós nos comprometemos a meter um piso, ou que ouviu isso. Portanto, se ouviu isso há-de chegar aqui esse pedido, eventualmente. Não chegou. Mas não quer dizer que, eventualmente, não seja atendível a ser realizado. São duas coisas distintas. Mas, naturalmente, quando surgiu o Espaço Swaziland, tanto um, como o outro, foram prioridades no equipamento dos dois Agrupamentos. E também, naturalmente, que o Município cá estará para o efeito. A Rua da Casa da Guarda, o procedimento foi lançado. O concurso foi levado a efeito. Houve um candidato que venceu o concurso. Foi feita a outorga. E, neste momento, o que nós temos em cima da Mesa é: Ou denunciámos, já devia ter começado, o que estava na outorga era que fosse já iniciado na semana a seguir à Páscoa. E o início, com o Empreiteiro, acabou por não ser feito. Nós fizemos as notificações para o que consta também. Há duas opções: Uma – Eventualmente, nós e temos esse mecanismo para rescindir, digamos assim, o contrato e voltar ao ponto zero. Ou termos um pouco mais de paciência e a maturidade, que está consignada, ser feita. E, neste momento, para já, é neste papel que nós resolvemos assumir. O lançamento está feito do percurso. Tem Empreiteiro. O Empreiteiro tem pedido prazo de prorrogação para entrar em obra devido à execução de outras obras, que está, entretanto, a finalizar. E a responsabilidade, sim, é nossa, nesta aceção. Temos aceitado isso para não perdermos a maturidade do Projeto. Na questão do Protocolo com a EDM, na questão do novo Protocolo, que vai ser analisado e há-de vir a reunião de Câmara, à próxima reunião de Câmara. Se não vier nesta, imediatamente a seguir, na outra. Mas numa próxima reunião de Câmara, preferencialmente, na próxima, próxima, passa a redundância. Mas tem a ver com, nós, o novo Protocolo tinha só uma Adenda, que eram os Serviços Administrativos, que ainda não estavam para o domínio da Câmara. E, portanto, há esse entendimento com a EDM. Naturalmente que o EDM, também percebemos, fez uma proposta com outras questões que gostaria que passassem para o domínio público. O que não quer dizer que nós atendemos a essas solicitações. A única coisa que nos interessa, basicamente, é, além do Parque da EDM, os Serviços Administrativos e, naturalmente, o que está no Protocolo inicial. Da Senhora Presidente da União de Freguesias de Santar/Moreira, Estimada Anabela, na Requalificação do Centro Urbano, eu já tinha dito o mesmo para o Senhor Celso Gaudêncio e a Senhora Vereadora Dr.^a Elsa Loureira já irá falar sobre isso. Dizer-lhe que o final da obra está previsto para o que é, que está estipulado em PRR, em junho, com derivação até julho. Portanto, é expectável que até julho a obra esteja concluída. Os pormenores técnicos do cubinho, do passeio, da delimitação, é uma questão que nós também temos que abordar de outra coisa. A candidatura é feita no pressuposto da mobilidade suave. Pode ser entendível por nós de uma maneira que é complexa. Isto vai mexer um bocadinho. Não é só em Santar. O mesmo, por exemplo, em Canas de Senhorim. Em Nelas também. Nós estamos habituados, no que é na utilização das vias, grande parte, com o passeio, devidamente, elevado para permitir segurança aos Peões e para também servir como quase barreira em termos do que são os veículos e os estacionamento. O que existe, em termos de candidatura, que são as regras da União Europeia, é a mobilidade suave, é quase a supressão do que são os passeios. O entendimento é que há um convívio integral entre o que é o uso da via pelas viaturas e o uso pedonal pelos transeuntes, pelas pessoas. É claro que essa forma de ver as coisas em muitos países resultará. No nosso é um bocadito mais complicado, às vezes, isso porque é que é o respeito da mobilidade suave. Naturalmente, como em outras empreitadas, na parte final do ajuste, também cá estaremos para isso. Se for essa a consensualização, como já foi feita noutras empreitadas, estou-me a lembrar do Mercado Municipal, estou-me a lembrar da Avenida João XXIII, onde foram depois os ajustes finais. E, isso não está posto de parte. Se chegarmos à conclusão que é a solução, ou a melhor solução e que não invalida o que é a candidatura depois da revisão de candidatura, naturalmente que serão atendíveis essas questões. Na alteração no sentido de algumas das vias, a única coisa que solicitava à Senhora Presidente, se assim eu entender, faz, formalmente, a exposição. E, desde que seja o entendimento da União de Freguesias, em Assembleia da União de Freguesias, a não ser que



Reunião de 13/05/2026

invalide alguma coisa que seja do que decorra da Lei, não me parece, eu, da minha parte e já estou a dizê-lo, que fica em ata, não vejo, obviamente, nenhum impedimento, digamos assim, que isso seja feito. Naturalmente, à posterior, depois de concluirmos esta empreitada, que tem tido implicações na circulação. Os caminhos florestais, como a Senhora Presidente sabe, foram sinalizados em sede de Proteção Civil, até na visita que fizemos aos territórios, com a Senhora Presidente, que nos honrou com a sua presença. E, portanto, o que foi definido é o que está a ser feito. Primeiro, uma faixa de contenção definida pelos Bombeiros de Nelas e de Canas de Senhorim. O seguimento, depois, para Carvalhal Redondo/Aguieira. E em Santar/Moreira, imediatamente, a seguir. Pode, às vezes, haver questões que não possam ser, completamente, feitas de forma mais adequada. Mas tudo o que tem a ver quase com as posições da União de Freguesias está muito relacionado, ou com obras, ou com intervenções dessa natureza. E todas elas são bem reencaminhadas para quem tem a Tutela e para quem vem, que é o Senhor Vice-Presidente. E conhecendo-o, como conheço, a Senhora Presidente falou nisso, a receptividade do Senhor Vice-Presidente é total e disponível. A obra do Centro Urbano de Santar, na questão da sinalização, se me dissesse que podia ter sido avisado com mais tempo para estar toda a gente a contar? Eu, em abono da verdade, não consigo dizer o contrário. Era o que seria ideal e desejável. Também é verdade que, no decorrer de uma obra destas, com tanta pressão que existe sobre o Empreiteiro e sobre todas as pessoas, por causa de cumprir prazos, às vezes, isso desliza um bocadinho. Não é desculpa. Formalmente, é o que acontece. Não há nenhuma intenção de impor alguma coisa, ou de desrespeitar, ou de não informar. É um procedimento normal. Também parece normal que, eventualmente, no futuro e já poderia ter sido feito, pelo menos um telefonema, ou alguma coisa? Sim. Sim. Pode ser, não vejo, naturalmente, nenhum óbice em relação a isso. A obra do Centro Urbano, nós apresentamo-la aqui nesta mesma sala, com a União de Freguesias e com a População. Estava bastante cheia e participada esta sala e esta sessão, com o que era a intervenção, como ia ser, o tempo, o cubinho, o passeio. Portanto, essa informação foi generalizada. Sobre a questão do Dom Duarte. O Dom Duarte fez o lançamento de um livro em Viseu. Portanto, ele veio ao território e veio a Viseu. Portanto, a Editora que está associada à publicação dos livros dele veio a Viseu e ligou-nos se podíamos nos receber porque tinha um livro para entregar à Câmara. E ele foi entregar o livro à Câmara que tinha publicado em Viseu. Não há problema. Mas o que nós dissemos ao Senhor Dom Duarte é, uma vez que ele tem estas ligações todas ao território, para equacionar uma data, ele e a Assessora, que equacionasse uma data a sugerir por ele, num tempo que ele, assim, o entendesse, para além do lançamento que ele fez em Viseu, fazer um lançamento também no nosso Concelho. Dito isto, das limpezas, Senhor Vice-Presidente e depois a parte da obra em si, com detalhes, com a Senhora Vereadora Dr.^a Elsa Loureiro. Senhor Vice-Presidente. -----

---- O Senhor Vice-Presidente: -----
 ---- - O Senhor Arlindo, ele disse que não queria dizer o nome da rua. Deduzo que seja a 1 de Julho, não é? Não tem placa. Mas deve ser essa. Porque os terrenos, os terrenos que lá estão, são os ditos terrenos que é preciso sempre notificar os proprietários. Quem de direito, está a tratar disso. É todos os anos a mesma história. Têm que ser notificados para serem limpos, mas está dentro do procedimento normal a notificarem os donos titulares do terreno para fazerem a limpeza. Às vezes, nem é preciso mandar carta, outras vezes. Mas está no que é normal e o que acontece todos os anos. Senhor Dr. Alexandre Borges. você já falou dos parques. Mas o Parque da Urgeiriça, também não tinha conhecimento que o Parque da Urgeiriça, que foi remodelado. E eu sei do que falo porque fui eu, enquanto Presidente de Junta, que o remodelei em 2024. Não sei se está nesse estado. Mas vou informar a Junta de

Freguesia porque pertence à Junta o Parque. Esse, ao lado do Jardim-de-Infância, em frente ao Jardim-de-Infância, já fui avisado que está lá um. Já é a segunda, ou a terceira vez, que o mesmo. Acho que é aquele logo à entrada da porta. Correto? Que está. Aquilo não está partido, mas acho que tem uma peça ali qualquer que deve estar gasta e ele, que devia ficar ao mesmo nível, para balançar, está sempre num lado. É preciso estar uma pessoa mais adulta para ajudar o miúdo. Mas está também sinalizado. O Senhor Presidente já falou: Estão a decorrer as limpezas normais como estavam estipuladas. Para a semana, a máquina de rasto já vem para Santar, Santar/Moreira, fazer aquela encosta do Dão que tínhamos falado aquando da visita. Para a semana, para a semana, não sei se é na segunda, se é na terça. Mas, para a semana já vem a máquina de rasto para fazer essa, para começar essa intervenção, que pode andar a par da Motoniveladora a acabar Carvalhal Redondo/Agueira. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Muito bem, Senhor Vice-Presidente. Senhora Vereadora, na questão da Requalificação do Centro Urbano de Santar, com todas as questões levantadas. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Elsa Loureiro: -----

---- - Vou começar, então, pelo Senhor Celso, relativamente aos postes de cimento, não sei muito bem o que é que se está a referir. Mas podemos ir ver e depois indica. Pronto Intervencionado. Então, no local que está a ser intervencionado é onde nós estamos a agir. O resto é diferente. Agora, nesse local, a iluminação, aqueles candeeiros vão ser substituídos por candeeiros LED. E vão ser, eles, neste momento, são candeeiros com 6 faces. Estamos a analisar ainda. A candidatura contempla 4 faces. Estamos a analisar. Se ficarem melhor os de 6 faces e se for exequível, ficarão os de 6 faces como estão, só que com a iluminação LED. Sendo que eles não fazem aquela estrutura, neste momento, para a iluminação LED. Portanto, possivelmente, vão ficar com 4 faces porque só esse é que permite a iluminação LED. Mas vai ser tudo substituído. Depois falou também na Misericórdia. Sim. A Misericórdia, nós propusemos-lhe um pequeno Projeto para retirar ali 3 metros daquele bico, chamemos-lhe assim, ali, onde os carros circulam, quem vem da Rua das Adegas e corta para a direita. E eles fizeram reunião de Mesa. E, depois, ontem de reunião de Assembleia. Correu muito bem. Toda a gente foi favorável. E, portanto, à partida será também realizada porque flui melhor o trânsito e evitamos que ele passe para o eixo da via porque ali há sempre um cruzamento com 2 carros e poderia ser problemático. Relativamente à sinalização, a sinalização, foi feito um Plano de Sinalização pela Senhora Eng.^a que está a acompanhar a fiscalização da obra em parceria com a empresa que está a executar a obra. E, claro que nós confiamos nos Serviços e confiamos nesse Plano de Sinalização que foi divulgado também, atempadamente. Já fomos solicitados que a única coisa que, efetivamente, falta é a indicação para Viseu, ali na rotunda. Que aí é que falta a indicação para Viseu. Portanto, eu sei que muitas vezes vemos trânsito a fluir em sentido contrário porque não estão atentos aos sinais. Eu também me deparei, noutra dia, com um pesado ali ao pé da Escola, a tentar virar, quando o sinal de pesado está lá à entrada da rotunda e também está no cruzamento. Portanto, isto é um bocadinho falta de atenção. Mas contra isso, nós não podemos fazer nada. E os sinais de pesado já estão há imenso tempo. Já não é de agora. Os sentidos proibidos foram colocados onde a empresa considerou que seria o local apropriado. Nós temos sempre opiniões diferentes, mas eles é que são os Técnicos. Claro que eu posso dizer para pôr mais à frente um bocadinho. Mas, de facto, é o que está. Também sei que foi anunciado na missa que iria fechar a estrada e que iria haver uma sinalização diferente. Portanto, mais do que colocar nas redes sociais, colocar ao Senhor Padre para dizer e colocar a sinalética, não sei se mais possamos, de facto, fazer. Mas, pronto, vamos colocar esse sinal, que foi indicado, a indicar Viseu. E penso que o resto está bem sinalizado. Depois, o Senhor Manuel, a falta de sinal para Viseu, já falei. Buracos, sim, temos alguns, nomeadamente por causa da chuva também e temos andado a reparar, mas a chuva continua e eles continuam sempre a resistir. Mas nós vamos tentar também continuar a arrematar esta questão. Os das obras, eu sei que as obras estão a provocar alguns constrangimentos a muita gente, nomeadamente, até a alguns comerciantes. Mas, isso, é inevitável. Para fazermos obras temos, obviamente, que ter estes constrangimentos. -----

---- O Senhor Vice-Presidente: -----



Reunião de 13/05/2026

---- - A intervenção do Senhor foi nesse sentido. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Elsa Loureiro: -----

---- - Pronto. Ok. Muito bem. Mas mesmo que não tenha sido, eu acho que buracos nós também temos, por aí, alguns. Mas, pronto, temos de tentar colmatar esses problemas. A nova Variante sim, é verdade. Mas de facto não há nada perfeito. É nós, a d partir disso, também é uma filosofia aqui em Santar. Mas, pronto. Quanto à Junta de Freguesia e à Câmara Municipal, eu penso que não se passa nada. Como o Senhor Presidente já explicou, a Junta de Freguesia é a mesma do mandato anterior. E, portanto, eu penso que não se passa nada. Eu respondo aos e-mails todos que me chegam. Inclusive, tenho telefonado à Senhora Presidente até por causa da questão das Obras de Coesão das Freguesias. E tenho tido resposta. E tem-me devolvido as chamadas. E, portanto, acho que não se passa nada. Para mim, não se passa nada. -----

---- O Senhor Vice-Presidente: -----

---- - Ó Senhora Presidente da União de Freguesias de Santar e Moreira, não sei quais são os e-mails a que se refere. Os que chegam para mim, que têm a ver com as obras, tem resposta de todos. -----

---- A Senhora Dr.^a Anabela Sampaio Araújo, Presidente da União de Freguesias de Santar e Moreira: -----

---- - Foi o primeiro corte das estradas. Nós ficámos surpreendidos. -----

---- O Senhor Vice-Presidente: -----

---- - Sim, mas isso você falou comigo ao telefone. -----

---- A Senhora Dr.^a Anabela Sampaio Araújo, Presidente da União de Freguesias de Santar e Moreira: -----

---- - Não, mas falei depois, já à noite, às oito horas. estava a sair da Câmara e eu até estava a entrar na Junta. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Os assuntos têm todo tratamento. Pode é não ser por e-mail. -----

---- A Senhora Dr.^a Anabela Sampaio Araújo, Presidente da União de Freguesias de Santar e Moreira: -----

---- - Sim, sim, sim, Senhor Dr., mas a única questão é que depois nós fizemos um e-mail, a Junta para a Câmara para nos dar os esclarecimentos porque nós precisamos de uma resposta por escrito. -----

---- O Senhor Vice-Presidente: -----

---- - Esse não foi naquele por causa da procissão?. Sim, mas eu disse-lhe que se não estava a afetar a procissão, que estava fora de questão. Ai, mas foi por não lhe ter respondido por e-mail? se você me tivesse dito, eu tinha-lhe respondido por e-mail. Eu disse-lhe ao telefone. ---

---- A Senhora Dr.^a Anabela Sampaio Araújo, Presidente da União de Freguesias de Santar e Moreira: -----

---- - Nós precisamos de uma resposta escrita por e-mail porque eu digo às pessoas que mandei um e-mail para a Câmara. Elas não acreditam. -----

---- O Senhor Vice-Presidente: -----

---- - Então, são duas coisas diferentes. -----

---- O Senhor Vice-Presidente: -----

---- - São duas coisas distintas. Uma coisa é não haver a ausência de resposta. Outra coisa é não ser formalizada a resposta. Não, não, formalizada. Então, se é formalizar, pedia ao Senhor Vice-Presidente que responda por e-mail. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Elsa Loureiro: -----

---- - Ó Senhora Presidente da União de Freguesias de Santar e Moreira, por exemplo, o último e-mail que chegou, que foi por causa daquela questão da propriedade da Capela Mortuária, pronto, eu já tinha falado consigo, que é preciso uma reunião de Junta e o e-mail veio nesse sentido. Mas aquilo não resolve. Tem mesmo que haver uma reunião. Temos que ter um documento oficial. -----

---- A Senhora Dr.^a Anabela Sampaio Araújo, Presidente da União de Freguesias de Santar e Moreira: -----

---- - Pronto, tudo isto só foi para vos dizer que podiam contar connosco para resolver o problema. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Elsa Loureiro: -----

---- - Certo. Mas tem que haver primeira a reunião. Sem o documento oficial da reunião, conforme foi deliberado, não podemos fazer nada. Pronto: Duração das obras do Centro Urbano. O PRR termina a 30 de junho. É 30 de junho. Não há alternativa. Como é que vai ficar a pavimentação? Vai ficar ao mesmo nível, com a distinção entre a via onde transitam os veículos e o passeio. Sabemos que sim, que o passeio não tem capacidade para sustentar tanto o peso, até porque já temos essa experiência em outras Freguesias, nomeadamente, a Rua Gago Coutinho, que as tijoleiras estão até partidas porque as pessoas colocam. Acontece que, por exemplo, também a Rua Gago Coutinho já teve umas bolas de ferro para as pessoas não pararem. Já teve também vasos. E, nem fomos nós, Executivo. Foram outra Câmaras. Retiraram-se porque as pessoas queixavam-se que não havia paragem, não havia estacionamento, etc. Mas, sim, eu concordo consigo, que deverá haver uma limitação para que os carros não possam ser colocados em cima dos passeios. Os espelhos, pronto, é assim: Nós também, às vezes, temos que ser consequentes, eu tenho que dizer isto, com os nossos atos. Eu tenho conhecimento que a Junta já colocou alguns espelhos em Santar. Portanto, se colocou alguns espelhos, pronto. -----

---- A Senhora Dr.^a Anabela Sampaio Araújo, Presidente da União de Freguesias de Santar e Moreira: -----

---- - Sim, eu também acabei de dizer. Pronto, se tiverem podem algum espelho a mais. Nós não temos. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Elsa Loureiro: -----

---- - Temos que perguntar. Pronto, isso tem que ser agilizado porque isso até é uma competência da Câmara, mas, uma vez que vocês não dizem nada à Câmara e colocam os espelhos, então. Coloquem. São livres para fazer isso. Pronto, já que o fazem. A Rua da Regadinha já foi intervencionada várias vezes. Até condutas já foram reparadas e foi sempre repostado o pavimento. Mas será outra vez, possivelmente. E eu tenho conhecimento também que a Senhora Presidente da Junta tem sido chamada para tudo. Foi connosco à BTL. Tem sido convidada para tudo quanto é acontecimento. Até no Dia da Árvore foi chamada. Andou connosco a plantar árvores. -----

---- A Senhora Dr.^a Anabela Sampaio Araújo, Presidente da União de Freguesias de Santar e Moreira: -----

---- - Sim, mas para Santar nunca nos chamam para nada. É isso que eu referi. Eu, as festas, se não me chamarem também não leva a mal. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Ó Senhora Presidente da União de Freguesias de Santar e Moreira, está evidenciada uma coisa. Não leve a mal. Teve sempre respostas de tudo, do Senhor Vice-Presidente. -----

---- A Senhora Dr.^a Anabela Sampaio Araújo, Presidente da União de Freguesias de Santar e Moreira: -----

---- - Nunca tive resposta por escrito de nada. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - É o que eu estou a dizer ao Senhor Vice-Presidente, O Senhor Vice-Presidente vai deixar de telefonar e vai responder por e-mail. -----

---- O Senhor Vice-Presidente -----

---- - Não vou mais ouvir a sua voz. Agora só lhe respondo aos e-mails. -----

---- O Senhor Presidente: -----



Reunião de 13/05/2026

---- - A mim, não me interessa. Não acho tão relevante a comunicação. Estamos a falar duas coisas diferentes. Uma coisa é não haver uma comunicação escrita, formal. Outra coisa é não haver resposta. Não é a mesma coisa. A resposta, há. Não há é evidenciada. Ó Senhora Presidente, está feito. -----

---- A Senhora Dr.^a Anabela Sampaio Araújo, Presidente da União de Freguesias de Santar e Moreira: -----

---- - Porquê é que vocês não nos comunicam, ou só nos comunicam? -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Ó Senhora Presidente já lhe disse que é verdade, tem razão. Aí tem razão. Não há comunicação. -----

---- A Senhora Dr.^a Anabela Sampaio Araújo, Presidente da União de Freguesias de Santar e Moreira: -----

---- - Vocês vêm ao local começar uma obra. Porque é que não chamam alguém da Junta para estar presente? Se a obra é de Santar porque é que a Junta não está presente, até para dar uma opinião? -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Mas estamos a falar de questões diferentes. Não leve a mal. uma coisa, ó Senhora Presidente, tenha paciência, tenha paciência, não leva a mal. Só há duas coisas e eu, da minha parte, não acrescento mais nada. A forma como está a apresentar, parece que há uma entropia por parte da Câmara, seja por que razão for. Não é verdade. Qualquer iniciativa que façamos é sempre com, a Junta é sempre. Apresentámos o Projeto aqui nesta mesma sala. Uma, ou outra vez, que possa haver isso. Sinalização, não foi informada? Já lhe disse sim. Tem razão. Mas isso não é uma atitude deliberada. A sinalização, eu autorizo-a e partimos do pressuposto que é feita essa informação. E, às vezes fazemo-la. A maior parte das vezes decorre da obra e com o Serviço, que é o Dono da Obra é a Câmara. Agora, se me diz assim: Mas era bom que nós tivéssemos conhecimento? Eu já lhe disse que sim. Sim, é verdade. Mas não há. Como é que eu ia dizer? Dolo nisto. D a mesma forma que as respostas, calma, da mesma forma que as respostas, a mesma coisa. O Senhor Vice-Presidente, tudo o que vem de, ou obras, ou limpezas, ou isso, automaticamente, são despachadas. Umas são despachadas para o Ambiente, para um lado. A parte da Agricultura, para o outro. E o feedback que eu tenho é que é tratado. O Senhor Vice-Presidente trata disso, de imediato. Agora, se a Senhora Presidente me está a dizer que precisa das evidências por causa das questões que lhe são colocadas na Assembleia de Freguesia, eu já pedi ao Senhor Vice-Presidente que privilegie o que está certo, ou está tratado, por e-mail. Pronto. Agora, o que é mais substancial para mim é: Houve, ou não houve resposta? Houve. É para ser formalizada por causa da evidência? Muito bem. Siga. Pronto. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Elsa Loureiro: -----

---- - Eu só queria dizer que, ainda, relativamente às obras, que a gente está a acompanhar. E, às vezes, surge um problema, ou outro. E diz-me no momento: Olhe, pode ir comigo? E não é propositado. É porque, nesse dia, está a trabalhar. -----

---- O Senhor Vice-Presidente: -----

---- - Aliás, só viemos cá uma vez todos juntos. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Isso. Acho que foi uma vez. Não foi mais. Mas pronto. Muito bem. Obrigada pela colaboração. Um agradecimento, em particular, aos Senhores Vereadores, aos Senhores Colaboradores do Município, ao Público e, em particular, naturalmente, à União de Freguesias e à Senhora Presidente, ao Estimado Membro Senhor Jorge. Obrigado por nos

acolherem. Obrigado pela colaboração na realização desta reunião. E vamo-nos vendo por aí.
Obrigado pela vossa presença. Até um dia destes. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA

---- O Senhor Presidente da Câmara pediu à Funcionária Dr.^a Ana Isabel Almeida dos Santos, Dirigente Intermédia de 3.º Grau, da Unidade Orgânica de Desenvolvimento Social, Emprego e Saúde, que secretariou a reunião, para proceder à leitura da minuta da ata da presente reunião. -----

---- Posta à votação a minuta da ata da presente reunião, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

ENCERRAMENTO

---- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião às dezanove horas e trinta e um minutos, da qual se lavrou a presente ata que foi lida em voz alta por mim, _____, Dirigente Intermédia de 3.º Grau, da Unidade Orgânica de Desenvolvimento Social, Emprego e Saúde, conforme deliberação tomada na reunião ordinária desta Câmara Municipal, realizada em 07 de novembro de 2025, que a redigi, subscrevi e assino, tendo verificado a sua conformidade com a minuta já aprovada e assinada. -----

O Presidente,

A Dirigente Intermédia de 3.º Grau,
